Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 10

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 11

3.2 - Medições Não Contábeis 12

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17

3.7 - Nível de Endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras Informações Relevantes 21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 31

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 35

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 44

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 45

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 46

4.7 - Outras Contingências Relevantes 49

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 50

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 51

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 54

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 58

5.4 - Programa de Integridade 61

5.5 - Alterações significativas 62

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 63

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 64

6.3 - Breve Histórico 65

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 68

6.6 - Outras Informações Relevantes 69

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 70

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 74

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 75

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 77

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 85

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 86

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 88

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 89

7.8 - Políticas Socioambientais 90

7.9 - Outras Informações Relevantes 91

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 94

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 95

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 96

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 97

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 98

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 99

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 100

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 107

9.2 - Outras Informações Relevantes 109

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 110

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 128

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 131

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 132

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 133

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 148

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 151

10.8 - Plano de Negócios 152

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 154

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 155

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 156

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 157

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 165

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 169

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 171

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 172

12.7/8 - Composição Dos Comitês 179

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 182

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 183

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 186

12.12 - Outras informações relevantes 187

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 190

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 198

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 202

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 205

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 217

13.6 - Opções em Aberto 225

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 229

13.8 - Precificação Das Ações/opções 231

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 237

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 238

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 239

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 240

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 241

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 242

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 243

13.16 - Outras Informações Relevantes 244

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 245

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 247

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 248

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 252

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 254

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 255

15.3 - Distribuição de Capital 256

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 257

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 258

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 259

15.7 - Principais Operações Societárias 260

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 261

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 264

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 268

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 273

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 274

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 275

17.2 - Aumentos do Capital Social 276

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 278

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 279

17.5 - Outras Informações Relevantes 280

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 283

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 284

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 287

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 288

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 289

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 290

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 291

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 292

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 293

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 294

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 295

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 296

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 297

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 298

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 301

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 302

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 304

20.2 - Outras Informações Relevantes 306

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 307

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 308

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 310

21.4 - Outras Informações Relevantes 311

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sr. Alexandre Café Birman**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sra. Aline Ferreira Penna Peli**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

AREZZO &CO

Declaração do Diretor Presidente

Alexandre Café Birman, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Célula de Identidade RG nº 63.519-53, expedida pela SSP/MG inscrito no CPF sob o nº 002.293.896-60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o endereço comercial na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Edifício Berrini One, Itaim Bibi, CEP 04571-010, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), declarar que:

a. Revisou o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480/09, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2019.

Alexandre Café Birman
Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações

AREZZO &CO

Declaração da Diretora de Relações com Investidores

Aline Ferreira Penna Peli, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.259.909-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 308.774.048-95, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com o endereço comercial na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Edifício Berrini One, Itaim Bibi, CEP 04571-010, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com a da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), declarar que:

a. Revisou o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480/09, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2019.

Aline Ferreira Penna Peli
Diretora de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes.

As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM

Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia e revisão especial das Informações Trimestrais – ITR, (ii) Emissão de cartas de conforto em relação à oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia (IPO), (iii) A Ernst & Young Terco foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Ernst & Young Terco também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013. A Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda, parte relacionada com o auditor independente, também desempenhou serviços de implementação de soluções em ERP, e em Projeto de Gestão de Riscos, Mapeamento de Processos e Gestão de Mudança, (iv) A Ernst & Young foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Ernst & Young Terco também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014. A Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda, parte relacionada com o auditor independente, também desempenhou serviços de implementação de soluções em ERP, e em Projeto de Gestão de Riscos, Mapeamento de Processos e Gestão de Mudança. (v) A Ernst & Young foi contratada para realizar a auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015; Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2015; e Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$390 Mil referente à prestação de serviços de auditoria. Além dos serviços recorrentes ligados à atividade de auditoria e revisão, outros serviços não ligados à atividade de auditoria ou revisão foram prestados pela EY. Os honorários relativos a estes outros serviços totalizaram R$137.700, e estão relacionados à: i) revisão técnica de estudo tributário realizado por terceiros em relação aos impactos dos tributos indiretos em operações de compra e venda de mercadorias; ii) serviços relacionados à diagnóstico técnico do SPED Fiscal; e iii) serviços de avaliação de impacto tributário decorrente da realocação do centro de distribuição.
Justificativa da substituição	Em 1° de outubro de 2010, a Terco Grant Thornton Auditores independentes foi incorporada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Após essa incorporação, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. passou a ser denominada Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância na justificativa do emissor.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Américo F. Ferreira Neto	01/01/2010	045.379.898-58	Av. Mostardeiro, n° 322, 10° andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 21042050

Guilherme Ghidini Neto	01/09/2013	727.640.400-59	Av.Mostadeiro, 1º 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Nova Iorque, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 21042050

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (PWC)
CPF/CNPJ	61.562.112/0006-35
Data Início	03/03/2016
Descrição do serviço contratado	A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016; Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2016; e Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os honorários referentes ao serviço de auditoria estipulados em contrato foram de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2016
Justificativa da substituição	A contratação PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (PWC) ocorreu em atendimento ao artigo 31 da ICVM 308/99, em função da rotatividade de auditores independentes a cada período de cinco anos
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância na justificativa do emissor.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fábio Abreu de Paula	03/03/2016	935.194.436-00	Rua Mostardeiro, 800, 8º. e 9º. andares, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 33781700, Fax (51) 33281609, e-mail: fabio.abreu@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (PWC)
CPF/CNPJ	61.562.112/0006-35
Data Início	03/03/2017
Descrição do serviço contratado	A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017; Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2017; e Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os honorários referentes ao serviço de auditoria estipulados em contrato foi de R$ 379.750,00 (trezentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2017 e, até o momento, nenhum serviço que não seja de auditoria externa foi prestado pelos auditores independentes.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância na justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Adriano Machado	03/03/2017	156.711.018-59	Rua Mostardeiro, 800, 8º. e 9º. andares, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 33781700, Fax (51) 33281609, e-mail: a.machado@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (PWC)
CPF/CNPJ	61.562.112/0006-35
Data Início	03/03/2018
Descrição do serviço contratado	A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019; Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019; e Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os honorários referentes ao serviço de auditoria estipulados em contrato foi de R$ 868.186,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta e seis reais) para o anos de 2018 e 2019 e, até o momento, nenhum serviço que não seja de auditoria externa foi prestado pelos auditores independentes.
Justificativa da substituição	não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância na justificativa do emissor.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Maurício Colombari	03/03/2018	151.078.228-19	Rua Mostardeiro, 800, 8º. e 9º. andares, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 33781700, Fax (51) 33281609, e-mail: mauricio.colombari@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a controladora e suas controladas, além de fazerem seus próprios julgamentos, adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Adicionalmente são requeridas declarações formais desses mesmos auditores quanto a sua independência para realização de serviços de não auditoria.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia, não foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras e asseguração do Relatório Anual da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	711.337.596,19	664.956.710,07	669.696.777,75
Ativo Total	1.045.032.554,39	1.049.899.610,79	907.149.763,61
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.526.658.638,93	1.360.474.133,17	1.239.110.901,21
Resultado Bruto	710.671.690,94	623.768.075,09	549.289.202,26
Resultado Líquido	142.644.662,81	154.470.913,36	116.148.937,91
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	90.250.289	89.740.882	88.836.247
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,881832	7,409741	7,538553
Resultado Básico por Ação	1,580545	1,721299	1,307450
Resultado Diluído por Ação	1,57	1,72	1,30

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras e da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, US GAAP ou IFRS, abaixo definidos, e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

(em R$ mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2016**
EBITDA	232.161	206.265	177.141
Margem EBITDA	15,2%	15,2%	14,3%

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

(em R$ mil, exceto se de outra forma indicado)	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Lucro líquido	142.644	154.470	116.149
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	27.354	28.463	40.851
(+/-) Resultado Financeiro	21.281	(9.300)	(5.674)
(+) Depreciação e Amortização	40.882	32.632	25.815
EBITDA	**232.161**	**206.265**	**177.141**
Receita Líquida	1.526.659	1.360.474	1.239.110
Margem EBITDA	**15,2%**	**15,2%**	**14,3%**

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado, por possibilitar a análise do resultado operacional, sem os efeitos oriundos da estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais da Companhia. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes constantes das nossas demonstrações financeiras consolidadas findas em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, o Estatuto Social da Companhia estabelece que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O lucro líquido do exercício, obtido após a dedução dos prejuízos provisão para o imposto de renda, poderá ter a seguinte destinação:

- Reserva Legal: 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do valor do capital social integralizado da Companhia serão destinados para a constituição de reserva legal. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não serão obrigatórias a dedução e a destinação aqui previstas;
- Reserva para Contingências: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 34 (ii) do Estatuto Social da Companhia;
- Reserva de Incentivos Fiscais: Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, a Companhia pode constituir Reserva para Incentivos Fiscais referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício;
- Orçamento de Capital: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 34 (iii) do Estatuto Social da Companhia.

Além dessas reservas, o Estatuto social da Companhia não possui outra reserva para destinação de seu lucro líquido.

Abaixo demonstramos:

Descrição (em R$ mil)	Exercício social encerrado em 31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
a.i) Valores das Retenções de Lucros	**78.917**	**72.382**	**5.807**
Reserva legal	7.132	7.727	5.807
Reserva de incentivos legais	71.785	64.658	-

b) Regras e distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia corresponde a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Adicionalmente, a Companhia poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio e imputar o seu valor ao valor dos dividendos anuais.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração é possível declarar dividendos intermediários ou intercalares, com base em balanços semestrais ou períodos

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários e intercalares podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.
.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrarias

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contatos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrarias.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	63.727.735,18	82.089.201,75	110.341.491,01
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	100,000000	98,217228
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	20,052802	17,343463	17,340000
Dividendo distribuído total	63.727.735,18	82.089.201,75	108.374.353,31
Lucro líquido retido	0,00	0,00	1.967.137,70
Data da aprovação da retenção			28/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	25.000.000,00	08/10/2018	36.832.940,65	27/09/2017	11.256.686,91	26/10/2016
Ordinária	17.726.395,92					
Ordinária			2.795.920,81	01/06/2018		
Ordinária					52.975.551,20	15/05/2017
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	21.001.339,26	25/07/2018	21.539.993,13	28/07/2017	21.893.453,17	15/07/2016
Ordinária			20.920.347,16	05/01/2018		
Ordinária					22.248.662,03	29/12/2016

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6- Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

	Descrição (em R$ mil)	2018	2017	2016
A.	Constituição/(Consumo) de Reserva de retenção de lucro	(66.847)	(52.000)	(44.862)
B.	Constituição de reserva de incentivo fiscal	71.785	64.658	-

Dados do razão contábil de todas empresas (consolidado)

	Saldo reserva de retenção de lucro -início do exercício	**178.358**	**230.358**	**275.220**
	Constituição de reserva	-	-	1.968
A.	Distribuição de dividendos	(66.847)	(52.000)	-
	Aumento de capital	-	-	(46.830)
	Saldo reserva de retenção de lucro -final do exercício	**111.511**	**178.358**	**230.358**
	Saldo reserva de incentivo fiscal -início do exercício	**64.658**	**-**	**-**
B.	Constituição de reserva	71.785	64.658	-
	Saldo reserva de incentivo fiscal -final do exercício	**136.443**	**64.658**	**-**

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	333.690.000,00	Índice de Endividamento	0,46909930	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		117.000,00	218.000,00	132.000,00	0,00	467.000,00
Empréstimo	Quirografárias		35.269.000,00	58.133.000,00	0,00	0,00	93.402.000,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Com Carta Fiança Bancária	8.592.000,00	8.957.000,00	0,00	0,00	17.549.000,00
Total			43.978.000,00	67.308.000,00	132.000,00	0,00	111.418.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

No item 3.5, os valores divulgados dos Juros Sobre Capital Próprio estão contemplando o montante bruto, com o imposto de renda.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) ao emissor

A Companhia pode não conseguir inaugurar e operar novas lojas ou ampliar a rede de franqueados e/ou multimarcas com sucesso.

Um dos pilares de estratégia de crescimento da Companhia é a capacidade de ampliar a rede de franqueados com sucesso, inaugurar e operar lojas próprias, principalmente de suas marcas mais novas e aumentar a penetração em lojas multimarcas. Essa capacidade pode ser afetada por inúmeros fatores que são alheios ao controle da Companhia, tais como expansão de competidores e o consequente aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas, o surgimento de novos concorrentes para o segmento de calçados e acessórios femininos, a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, o aumento da participação dos concorrentes no "*mix*" de produtos das lojas multimarcas e as questões de mercado que podem afetar a demanda por produtos da Companhia como a confiança do consumidor, dentre outros.

Além disso, a abertura de novas lojas ou franquias pode não ser concluída ao custo e no momento que a Companhia entende ser apropriados. Dentre os fatores que podem impossibilitar ou prejudicar a abertura de novas lojas ou a ampliação da rede de franqueados estão a indisponibilidade de locais adequados, a negociação dos termos contratuais do aluguel dos imóveis adequados, a indisponibilidade de contratar ou treinar vendedores qualificados e o atraso ou aumento nos custos associados à reforma do imóvel.

Outros riscos relacionados à expansão de franquias, à abertura de novas lojas próprias ou ao incremento da presença das marcas da Companhia em lojas multimarcas são:

1. Caso a Companhia não consiga abrir ou manter franquias ou lojas próprias em lugares privilegiados, ou contratar e treinar funcionários qualificados para as franquias ou lojas próprias, pode ser incapaz de conduzir a expansão com êxito;
2. Caso ocorra restrição temporária ou redução significativa de tráfego de consumidores em shopping centers, com consequente diminuição do volume de vendas;
3. Caso a Companhia não consiga abrir novas lojas próprias nos prazos desejados, em função dos órgãos envolvidos em referida abertura, tais como Juntas Comerciais, Prefeituras, Secretaria da Receita Estadual, dentre outros, a Companhia pode perder oportunidades de negócio;
4. Caso as novas lojas, franquias ou clientes multimarcas não mantenham e/ou não aprimorem a identidade das marcas da Companhia, estas podem ser enfraquecidas e as vendas podem diminuir; e
5. Caso o interesse dos consumidores (e, consequentemente, a demanda dos lojistas) de lojas multimarcas e franqueados por produtos da Companhia se reduza.

Neste sentido, se a Companhia não tiver sucesso na abertura de novas lojas, na expansão da rede de franquias e no aumento das vendas nos clientes multimarcas, os negócios, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia poderão ser adversamente impactados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências da moda e da preferência dos clientes.

A Companhia compete com diversas marcas de calçados femininos em relação a (i) estilo e design, (ii) qualidade, (iii) preço, (iv) experiência de compra, (v) promoções, (vi) localização e decoração das lojas, (vii) atendimento diferenciado e (viii) experiência e velocidade de entrega, no caso de nosso web commerce próprio. A Companhia acredita que a venda de produtos diferenciados e a satisfação dos clientes sejam os pontos mais desafiadores do negócio. As preferências dos consumidores e as tendências da moda são voláteis e tendem a mudar rapidamente, particularmente para calçados e bolsas femininas.

O sucesso das vendas depende da habilidade de antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda (nacional e internacional), bem como às preferências dos clientes da Companhia. Se as marcas não forem capazes de adequar os produtos à preferência dos clientes, poderão acarretar no aumento dos níveis de estoque e a não venda dos produtos a um valor lucrativo. Igualmente, a Companhia não pode garantir que conseguirá desenvolver eventuais novos produtos com a mesma habilidade e rentabilidade/margens que tem desenvolvido os produtos atuais. Qualquer falha em antecipar, identificar, desenvolver novos produtos e responder às mudanças de tendência na moda pode afetar adversamente a aceitação das mercadorias, a imagem das marcas perante nosso público-alvo, impactando adversamente o negócio, os resultados e a condição financeira da Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter o valor de suas marcas ou não conseguir desenvolver novas marcas com sucesso, o que pode impactar as vendas adversamente.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, do valor de suas marcas. Os nomes “Arezzo”, “Schutz”, “Anacapri”, “Alexandre Birman”, “Fiever” e “OWME” e suas imagens são essenciais para os negócios e para a estratégia de crescimento de cada uma delas. Manter, promover e bem posicionar as marcas depende significativamente do êxito dos esforços de *marketing* e da capacidade de manter o reconhecimento das mesmas como marcas de alta qualidade, estilo e valor percebido entre os consumidores. As marcas da Companhia podem ser afetadas adversamente caso não se consiga atingir esses objetivos. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do volume de vendas e impactar adversamente os resultados operacionais. Adicionalmente, a introdução de novas linhas de produtos, caso não seja bem-sucedida, pode afetar o valor das marcas e, consequentemente, seus resultados operacionais.

Adicionalmente, a Companhia pode, eventualmente, buscar a aquisição e/ou desenvolvimento de novas marcas e/ou negócios voltados a nichos de mercado diferentes dos quais atua atualmente. Assim, a Companhia não pode garantir que vai conseguir desenvolver eventuais novas marcas ou novos negócios com a mesma habilidade que tem desenvolvido as marcas atuais, o que também pode vir a afetar, os resultados operacionais da Companhia.

Um percentual substancial do faturamento é proveniente da marca Arezzo.

A Companhia opera atualmente com seis marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e OWME), sendo que, em 31 de dezembro de 2018, a marca Arezzo foi responsável por 56,6% da receita de venda de mercadorias e serviços no mercado doméstico. Não há como assegurar que os produtos comercializados pela marca Arezzo continuarão a ter a penetração e o apelo atual de mercado e que os produtos comercializados pelas demais marcas do grupo assegurarão a manutenção dos níveis atuais de faturamento e lucratividade da Companhia, em caso de diminuição do faturamento com a venda de produtos da marca Arezzo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais problemas de relacionamento com a rede de franqueados podem impactar adversamente as operações e os resultados.

Parcela significativa dos produtos é comercializada por meio de uma rede de franqueados, das marcas Arezzo, Schutz e Anacapri. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 49,5% da receita da Companhia no mercado interno adveio da rede de franquias. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter um bom relacionamento com os franqueados. Neste sentido, poderão ocorrer problemas inerentes ao negócio de franquias, dentre os quais destacam-se atrasos e inadimplência nos pagamentos por parte dos franqueados bem como redução dos níveis de compra e fechamento ou repasse de lojas, acarretando potenciais reflexos negativos nas operações e nos resultados. Qualquer destes fatores pode impactar adversamente os resultados da Companhia.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura da malha rodoviária brasileira e estrutura de fretes internacionais para manutenção do modelo de distribuição dos produtos da Companhia.

A distribuição de mercadorias para todas as lojas da rede no Brasil parte dos fornecedores da Companhia, cuja maioria está localizada no Estado do Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos), próxima à sede da Companhia em Campo Bom. Os produtos prontos seguem para o centro de distribuição situado na cidade de Cariacica, no Estado do Espírito Santo através do transporte rodoviário, utilizando caminhões de terceiros. Para o mercado internacional, os produtos seguem diretamente ao país de destino, sem passar pelo centro de distribuição no ES. As mercadorias a serem despachadas para a operação própria dos Estados Unidos seguem com a utilização de frete aéreo internacional, enquanto que os produtos destinados à exportação para os demais países em sua maioria seguem por navio.

Qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes da região do Vale dos Sinos, Cidade de Campo Bom, Cariacica ou mesmo nos portos utilizados para exportação e alfândegas, devido incêndios, acidentes, greves, desastres naturais, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas da rede, web commerce, multimarcas e operação internacional, ocasionando queda nas vendas, o que pode impactar os resultados financeiros e operacionais.

A dificuldade em atrair e reter talentos essenciais para o negócio pode impactar no alcance dos objetivos empresariais da Companhia.

Manter nossa competitividade depende do nível de atratividade que a Companhia exerce na busca por profissionais qualificados. Além disso, a manutenção de profissionais experientes e conhecedores de nosso negócio, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico, é um desafio permanente e não há como assegurar que teremos êxito nesse objetivo. Logo, eventual incapacidade de atrair e reter talentos pode prejudicar a execução de nossos objetivos estratégicos e de nossos resultados operacionais.

Problemas em sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los, podem impactar adversamente as operações e o controle de estoque da Companhia.

As operações da Companhia dependem em grande parte de seus sistemas de informação, importantes ferramentas de administração dos recursos envolvendo fábricas, centro de distribuição e de controle do estoque de lojas, por exemplo. Problemas de administração ou de segurança nos sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Se a Companhia não for

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

capaz de efetuar os reparos ou as atualizações de forma tempestiva e se essa eventual interrupção se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados.

A falta de proteção adequada da propriedade intelectual de nossas marcas pode repercutir negativamente em nosso resultado operacional.

Entendemos que as marcas são ativos importantíssimos para a Companhia e devem ser constantemente protegidas. Falsificações e cópias ilegais de nossos produtos afetam a reputação da marca e podem prejudicar o valor percebido por nossos clientes. Se a Companhia não obtiver êxito no combate eficiente de falsificações e cópias ilegais, bem como a distribuição desses produtos em "canais paralelos informais", poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

O resultado da Companhia pode ser afetado adversamente pela não obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros.

As lojas, fábricas, centros de distribuição e outros imóveis que a Companhia ocupa ou pode vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e do corpo de bombeiros. Não é possível assegurar que tais licenças sejam obtidas, ou, se for o caso, que a renovação destas licenças seja concedidas em prazos adequados. Também não se pode assegurar que a obtenção destas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas ou que haverá todas as licenças exigidas. A falta de uma destas licenças, o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar penalidades que variam desde atraso, aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel.

b) ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia continuará sendo controlada pelos atuais Acionistas Controladores, cujos interesses poderão divergir daqueles de outros acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia e do Regulamento do Novo Mercado, os Senhores Anderson Lemos Birman e Alexandre Café Birman ("Acionistas Controladores") têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a Administração, inclusive ocupando cargos na Administração, e nas Controladas, determinar as políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Seus Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar decisões que, apesar de serem feitas no interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses de outros acionistas, o que pode vir a refletir negativamente no valor da cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

Processo penal contra Acionista Controlador, Sr. Anderson Lemos Birman.

O Sr. Anderson Lemos Birman é réu num processo penal em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em fase de recurso. Alega-se, em essência, que a Companhia teria ordenado

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

remessas ilegais de recursos financeiros ao exterior, no valor total de US$ 559.202,08, no período compreendido entre 2000 e 2002 e que o Sr. Anderson Lemos Birman teria cometido tal alegada prática de evasão de divisas. O Sr. Anderson Lemos Birman é Acionista Controlador da Companhia. Caso seja proferida uma decisão final condenatória transitada em julgado contra o Sr. Anderson Lemos Birman e, dependendo do desenvolvimento desse processo, a reputação da empresa perante clientes, fornecedores e investidores pode ser afetada.

c) aos seus acionistas

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar em uma diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, e pode optar por obtê-lo por meio da colocação pública ou privada de valores mobiliários. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do capital social pode vir a causar a diluição da participação do investidor no capital social da Companhia, fato que pode vir a refletir negativamente no valor da cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade de venda de ações ordinárias ao preço e tempo desejáveis pelos investidores.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações da Companhia ao preço e no momento desejado, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

Os titulares de ações da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia opte por não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício fiscal, se o seu Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da sua condição financeira, fato que pode ter um impacto negativo na percepção dos investidores no mercado com relação aos papéis da Companhia que são negociados, o que poderá afetar a cotação das ações da Companhia de maneira negativa.

d) a controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia, conforme acima especificados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e) a seus fornecedores

Caso a Companhia não consiga adquirir matéria-prima, ou produtos acabados produzidos por fábricas independentes, ou caso as fábricas independentes das quais adquire produtos acabados confeccionem os referidos produtos de maneira insatisfatória ou fora dos prazos especificados, as vendas da Companhia podem ser afetadas de maneira negativa e sua condição financeira pode ser prejudicada.

Em 2018, 92% dos produtos comercializados pela Arezzo&Co foram confeccionados por fábricas independentes**.** No tocante as marcas Arezzo e Anacapri**,** todos os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos prontos e acabados de fábricas independentes, especializadas na produção destes produtos.

As solicitações de matérias-primas para produção própria ocorrem por meio de ordens de compra e não possuem contratos de longo prazo com nenhum fornecedor, o que pode gerar incertezas quanto aos termos e condições das futuras aquisições de matérias-primas ou produtos.

A Companhia não pode garantir que manterá uma boa relação com quaisquer dessas fábricas independentes ou fornecedores, ou que conseguirá identificar fornecedores e fábricas independentes que possam substituí-los com os mesmos níveis de qualidade, o que pode ter um efeito adverso nos resultados operacionais.

A exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos insumos das fábricas independentes pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

As principais matérias-primas usadas pela Companhia, inclusive aquelas utilizadas por fábricas independentes, estão sujeitas a flutuações de preço, que podem causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Assim, os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas nacionais e internacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros.

A Arezzo&Co pode ser associada a práticas irregulares efetuadas por fábricas independentes e que possuem relação comercial com a Companhia.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores de produto acabado observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares em nossa cadeia de fornecimento pode gerar danos à imagem da Companhia, assim como de suas marcas. Além dos impactos reputacionais, prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade das marcas juntos aos clientes, poderão ser constatados, juntamente com a queda no valor das ações da Companhia. Muito embora tenhamos um processo de homologação, treinamento, auditoria e verificação periódica da aderência à legislação por parte das fábricas independentes, não temos controle total sobre suas operações. A eventual identificação de inobservância da legislação é tratada imediatamente e pode gerar a rescisão contratual com o fornecedor.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

f) a seus clientes

A Companhia está exposta a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes.

A Companhia atua no setor varejista e realiza vendas a prazo de seus produtos para clientes, que incluem franqueados e multimarcas. Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de seus clientes, causando efeito adverso relevante em seus negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais.

Ademais, os resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de seus clientes de honrar suas obrigações com relação a eventual crédito concedido seja prejudicada.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue

O setor de varejo de calçados no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.

O setor de varejo de calçados no Brasil é competitivo e oferece barreiras de entrada relativamente baixas. A concorrência é caracterizada pela grande variedade de mercadorias lançadas e novas marcas, além de, propaganda, preços, descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. A Companhia possui concorrentes regionais em sua maioria, com poucas marcas atuando em nível nacional, incluindo outras marcas de calçados femininos. Contudo, as barreiras à entrada nesse mercado são relativamente baixas e podem levar ao aumento das importações de fabricantes estrangeiros, e a emergência de novos entrantes nacionais de menor porte conforme citado no item (h). A Companhia concorre também com outros varejistas, principalmente aqueles situados em *shopping centers*. Se não competir eficazmente, a participação de mercado, o resultado operacional e a situação financeira podem ser afetados adversamente.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico, que em geral levam à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor de varejo depende, entre outros fatores, de elementos como renda, confiança do consumidor, situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego, tributação. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que pode afetar adversamente as vendas, situação financeira da Companhia e de seus *shareholders*.

Os resultados das operações podem ser afetados pela sazonalidade das vendas de calçados e acessórios.

Historicamente, as vendas da Companhia atingem níveis mais elevados no segundo semestre do ano, em decorrência do maior número de lançamentos de coleções (verão e alto verão), promoções e de datas comemorativas como o Natal. A Companhia planeja e incrementa os estoques para atender o aumento da demanda por seus produtos, que costuma ocorrer neste período. Qualquer redução não prevista de demanda ou estimativa equivocada de demanda

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pode induzir a venda do estoque excedente a preços significativamente inferiores aos inicialmente previstos, o que pode afetar de forma adversa os resultados operacionais, a condição financeira da Arezzo&Co e de seus franqueados, bem como o valor de mercado das ações.

Variações climáticas prolongadas podem impactar adversamente o resultado financeiro.

O negócio da Companhia é suscetível às mudanças nas condições climáticas. Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante a vigência da coleção de inverno ou mais frias durante a vigência da coleção de verão podem deixar uma parte dos estoques incompatível com a demanda de seus clientes, impactando adversamente as vendas e os resultados financeiros. Ainda, uma eventual instabilidade climática pode aumentar o preço de algumas matérias-primas e a Companhia pode não ser capaz de repassar este aumento ao produto, o que pode impactar adversamente os resultados financeiros.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações na legislação que estabelece proteção à indústria calçadista podem acarretar em resultados adversos, como a entrada de competidores estrangeiros

Tarifas antidumping foram impostas com o intuito de proteger a indústria manufatureira brasileira de calçados contra uma eventual importação em massa de calçados de países que possuem um baixo custo de produção, como por exemplo, China, Malásia, Vietnã, entre outros países asiáticos. A tarifa antidumping de US$ 10,22 por par, veio a reforçar a tarifa já vigente de 30% aplicada à importação de calçados em geral. As elevadas tarifas antidumping costumam ser mais efetivas nas indústrias que têm como característica processos produtivos mais longos e menos fragmentados. O segmento industrial com o processo de produção mais curto, com a rápida distribuição de produtos com alto conteúdo de moda e reposição continuada, como é o caso da Arezzo&Co, é raramente afetado pelos produtos importados, já que o ciclo de venda dos produtos é mais curto, o que favorece a produção local em detrimento dos produtos importados, que levam muito mais tempo para chegar ao país.

A Companhia possui benefícios fiscais estaduais que, caso sejam suspensos ou cancelados, podem gerar impactos negativos em nossos resultados.

Desde 2016 utilizamos o benefício fiscal de ICMS (“COMPETE-ES) do Estado do Espírito Santo referente ao nosso centro de distribuição localizado no estado. Parte importante do nosso EBITDA e lucro líquido advém desse incentivo fiscal. Recentemente houve a prorrogação do benefício pelo ano vigente.

Em agosto de 2017, foi instaurada a Lei Complementar nº 160, publicada no Diário Oficial da União de 08/08/2017 (LC 160/2017) que visa regulamentar os benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos pelos Estados. O benefício fiscal que a Companhia se enquadra é referente a atividades comerciais de distribuição, com prazo de 5 anos, ou seja, até 2022. Após esse período, a eventual não renovação do incentivo pode causar um efeito significativo sobre os resultados da Companhia.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Em 31 de dezembro de 2018, a Arezzo&Co obteve 11,9% de seu faturamento proveniente do mercado externo. As vendas para o exterior englobam a operação direta nos Estados Unidos através das marcas Schutz e Alexandre Birman e as exportações para o resto do mundo. Sendo assim, aproximadamente 80% das vendas para o mercado externo são direcionadas para os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Estados Unidos (65,2%), Portugal (6,2%), China (3,2%), Reino Unido (2,2%) e Emirados Árabes (1,8%). Qualquer mudança relevante no cenário político/econômico dos países mencionados acima pode afetar as operações da Arezzo&Co nesse canal.

j) a questões ambientais

Nossos fornecedores possuem orientação sobre o adequado manejo do descarte de resíduos gerados no processo fabril e passam por um processo de homologação, auditoria e verificação periódica quanto à aderência de boas práticas ambientais indicadas pela Companhia. Contudo, a Companhia, apesar de todo seu esforço em cobrar e monitorar a implantação de procedimentos adequados, reconhece que a disciplina de seus fornecedores é fator relevante para o cumprimento integral da legislação ambiental. A eventual identificação de inobservância da legislação é tratada imediatamente e pode gerar a rescisão contratual com o fornecedor.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

a. RISCOS DE MERCADO

A Companhia atua no mercado brasileiro e, portanto, está sujeita às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal possui influência significativa sobre a economia brasileira através de políticas e regulamentações. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e câmbio, frequentemente implicam variações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, valorização cambial, controle de fluxo de capitais, limites sobre importações, entre outras medidas. Uma vez que a Companhia não possui controle e previsão sobre as medidas citadas, os negócios, situação econômico-financeira e resultados operacionais da Arezzo&Co poderão ser afetados. Sendo assim, como principais riscos a que a Companhia está exposta, temos:

- expansão ou contração da economia brasileira;
- inflação;
- riscos cambiais;
- taxas de juros;
- controle sobre importação e exportação;
- política fiscal e alterações na legislação tributária, incluindo aquelas das quais as franquias atualmente se beneficiam;
- instabilidade social e política;
- política monetária;
- alteração das normas trabalhistas;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A Companhia pode ser prejudicada pelas altas da taxa de inflação e pelas medidas do Governo Federal para combatê-la.

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de 7,55%, -0,5% e 7,2% em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), e de 3,7%, 2,9% e 6,3% em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Muito embora a série histórica dos últimos 12 meses apresenta uma melhora de cenário, a Companhia monitora com frequência o risco inflacionário.

Os custos e despesas operacionais da Companhia são substancialmente denominados em reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira o poder de compra. Assim, caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação através da maior eficiência em sua estrutura de custos, ou por

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

meio do repasse desse aumento para os preços cobrados aos clientes em valores suficientes e prazo hábil. Caso a Companhia não consiga repassar aos seus clientes esses eventuais custos, a Companhia poderá sofrer uma diminuição nas suas margens operacionais e líquidas, o que poderá afetar negativamente seus resultados.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao Dólar podem, igualmente, criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, acompanhadas de elevação das taxas de juros, que pode afetar a economia como um todo, inclusive o setor de atuação da Companhia. Neste cenário, uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os negócios como a redução das receitas.

Ademais, tendo em vista que a Companhia possui parte de suas dívidas atreladas à inflação, caso haja um cenário de aumento de inflação as dívidas ou outras obrigações da Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso nos resultados da Companhia, já que esta poderá ser incapaz de repassar todo ou parte desse acréscimo aos seus clientes.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. O Real desvalorizou frente ao Dólar no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio fechou em R$3,87 por US$1,00, uma variação de 16,9% quando comparado com a taxa de R$ 3,31 no período entre 31 de dezembro de 2017.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e dos resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos. A valorização excessiva do Real frente ao Dólar pode não apenas afetar adversamente as exportações da companhia, mas também promover um incentivo para a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente os negócios em razão do aumento da concorrência gerada pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinadas matérias-primas utilizadas em seus produtos (incluindo plástico, borracha e outros produtos originados da indústria petroquímica) são atrelados ao Dólar e, consequentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Ainda, o resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. No quadro a seguir são considerados os três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e os demais de acordo com a Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475"):

Operação	Moeda	Cenário provável (Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangei	R$	32.553	40.691	48.830
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R$	(100.245)	(125.306)	(150.368)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Dólar		3,90	4,87	5,84
Efeito no lucro antes da tributação	R$		(16.923)	(33.846)

A Companhia, após captação dos recursos financeiros em dezembro de 2017 e com base no pronunciamento técnico, designou como hedge os instrumentos financeiros detidos pela Companhia no valor de US$30.000.000 para proteção de risco de variação da moeda estrangeira do investimento no exterior de US$ 18.663.000 O valor dos instrumentos designados está acrescido do gross –up do imposto de renda e a contribuição sindical à alíquota de 34% conforme legislação vigente, para fins de análise de efetividade do *hedge accounting*.

Além disto, contratos, dívidas e outros direitos ou obrigações atrelados à variação do Dólar estão sujeitos à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2018, 83,8% do endividamento e 15,0% do contas a receber são denominados em Dólar. Desta forma, a instabilidade cambial pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais. Para informações adicionais, veja item 10 deste Formulário de Referência.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aquela negociada em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem afetar (positiva ou negativamente) o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Arezzo&Co.

Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia, o que

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, os quais são decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são realizadas para as contingências referentes a processos judiciais nos quais é provável a ocorrência de saída de recursos para quitar a obrigação, nos termos da Norma Contábil CPC 25 e na Deliberação n.º 594 da CVM, assim uma estimativa razoável deste montante pode ser realizada.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências e da jurisprudência disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, a hierarquia das leis, bem como o parecer técnico dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas regularmente para refletir as alterações nas circunstâncias do processo, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os processos aqui tratados somente são provisionados quando atendem os critérios estabelecidos nessas normas.

Vale ressaltar, ainda, que para a determinação dos critérios de relevância, adotados pela Companhia, para a divulgação de informações mais detalhadas dos processos aqui tratados, considerou-se, além dos potenciais impactos de uma decisão desfavorável sobre o seu patrimônio, a sua capacidade financeira e os seus negócios, ou os de suas controladas, os potenciais riscos à imagem da Companhia e de suas controladas.

Neste sentido, a Companhia fez um levantamento de todos os processos nos quais ela e/ou suas controladas são partes e somente detalhou as informações daqueles processos que, cumulativamente: (i) cumpriam os requisitos acima mencionados; e (ii) não são considerados sigilosos nos termos da legislação aplicável.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Arezzo Indústria e Comércio S.A, ZZAB Comércio de Calçados Ltda. e ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda., eram parte em 1483 processos de natureza trabalhista, sendo que: 1250 processos estão relacionados ao pedido de condenação solidária/subsidiária em processos envolvendo funcionários dos fornecedores, e o restante, 233 estão relacionados aos funcionários da Companhia e suas controladas, e versam sobre o pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração, envolvendo um valor total de R$ 50.270.962,34.

A controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A., até 31 de dezembro de 2018, não era parte em nenhum processo trabalhista.

Na opinião da Companhia e dos seus assessores legais, nenhum dos processos mencionados cumprem com os critérios definidos para que tenham suas informações melhor detalhadas. Assim, nenhum dos processos de natureza trabalhista é considerado individualmente e materialmente relevante para a Companhia.

Processos Ambientais

Não existem processos ambientais de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, ZZAB Comércio de Calçados Ltda. e ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda., eram parte em 155 processos de natureza cível, envolvendo um valor total de R$ 18.139.248,34.

A maioria das ações em que a Companhia e suas controladas são partes têm como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material, questões de Direito do Consumidor e cobrança de títulos.

Dentre as ações cíveis em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo ou ativo, somente os abaixo descritos possuem relevância para os negócios da Companhia:

Processo:	0024.07.683110-6 (Ação Anulatória)
Juízo:	34ª Vara Cível e Belo Horizonte/MG.
Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	01 de maio de 2006
Partes Envolvidas:	Autores: Silvana Scorza e Silvana Scorza Ltda. ME Ré: Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	Valor da Causa: R$ 32.402,50
Objeto da Ação:	Anulação de negócio jurídico com pedido sucessivo de revisão de débito, cumulada com pedido de indenização por danos morais.
Fase em 31.12.2018:	Sentença improcedente publicada em 03/12/2018.
Chance de Perda:	Possível.
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação do processo.

Processo:	0024.05815791-8 (Ação de Cobrança)
Juízo:	34ª Vara Cível e Belo Horizonte/MG.
Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	18 de setembro de 2007
Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo Indústria e Comércio S.A Rés: Silvana Scorza e Silvana Scorza Ltda ME
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	Valor da Condenação: R$ 55.991,97
Objeto da Ação:	Cobrança de débito oriundo do descumprimento dos Contratos de Franquia cumulada com cumprimento das obrigações decorrentes da rescisão contratual.
Fase em 31.12.2018:	Sentença parcialmente procedente publicada em 03/12/2018.
Chance de Perda:	Possível.
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação do processo.

Processo:	002408097165-8 (Ação Declaratória)
Juízo:	34ª Vara Cível e Belo Horizonte/MG.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	15 de maio de 2006
Partes Envolvidas:	Autores: Silvana Scorza e Silvana Scorza Ltda. ME Ré: Arezzo Indústria e Comércio S.A
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	Valor da Causa: R$ 1.000.000,00
Objeto da Ação:	Declarar nula rescisão contratual e obtenção de indenização por danos morais.
Fase Atual do Processo:	Aguardando Sentença
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação do processo.

Processo:	1017855-78.2014.8.26.0003
Juízo:	2ª Vara Cível - Foro Regional III - Jabaquara
Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	16 de outubro de 2014
Partes Envolvidas:	Exequente: Arezzo Indústria e Comércio S.A Executado: Flávio Takeuchi
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	Valor da Causa: R$ 5.975.731,28
Objeto da Ação:	Trata-se de Execução de Título Extrajudicial para o fim de recebimento de débitos em aberto, representados por instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças.
Fase Atual do Processo:	A execução permanece ativa, em 19/12/2018 foram apresentados, pela Exequente, pedidos de penhora no rosto dos autos.
Chance de Perda:	Remota
Análise do Impacto:	Recuperação parcial do valor devido pela Ré.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia, ZZAB Comércio de Calçados Ltda. e ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda., eram parte em 103 processos de natureza tributária, envolvendo um valor total de R$ 161.437.502,58. A maioria das ações consiste em discussões relativas à multas administrativas diversas e execuções. Dentre as ações tributárias em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo ou ativo, somente os abaixo descritos possuem relevância para os negócios da Companhia:

Processo:	00000033-68.2017.8.21.0087
Juízo:	Fazenda Pública da Comarca de Campo Bom
Instância:	1ª Instância Judicial
Data da Distribuição:	12 de janeiro de 2017

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo indústria e Comércio S/A Réu: Estado do Rio Grande do Sul
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 6.722.298,68
Objeto da Ação:	Medida Judicial visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011.
Fase Atual do Processo:	Aguardando decisão de 1ª Instância
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Em caso desfecho desfavorável à empresa, haverá cobrança pelo Fisco dos valores envolvidos.

Processo:	1015792-98.2017.4.01.3400
Juízo:	04ª Vara Federal
Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	13 de novembro de 2017
Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo Indústria e Comércio S.A. Ré: União Federal
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 20.643.918,89
Objeto da Ação:	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautela, em face da União, visando seja suspensa a exigibilidade do crédito tributário materializado nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17. Subsidiariamente, requer-se ao menos a procedência parcial da ação, para que (i) seja declarado o direito da Autora de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e (ii) seja determinado o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas da Autora pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%).
Fase Atual do Processo:	Aguardando prolação da sentença.
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação

Processo:	1533097-84.2014.8.26.0014
Juízo:	Vara das Execução Fiscais Estaduais de São Paulo
Instância:	2ª instância
Data da Distribuição:	8 de abril de 2014

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes Envolvidas:	Autora: Fazenda do Estado de São Paulo Ré: ZZAB Comércio de Calçados Ltda
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 8.860.190,37
Objeto da Ação:	Execução Fiscal ajuizada com base na CDA n° 1.136.657.040, visando a cobrança do AIIM nº 4.012.030-2, lavrado sob acusação de creditamento indevido em razão de suposta escrituração não fundada em documento fiscal e sem a correspondente entrada de mercadoria no estabelecimento relativo ao ano de 2009. Após cancelado cerca de 90% do Auto de Infração, foram interpostos Recursos de Apelação por ambas as partes.
Fase Atual do Processo:	Aguardando decisão de 2ª Instância
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação do processo

Processo:	11065-723.800/2014-78
Juízo:	Receita Federal do Brasil
Instância:	Fase Administrativa
Data da Autuação:	14 de outubro de 2014
Partes Envolvidas:	Autora: Receita Federal Ré: Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 2.855.415,16
Objeto da Ação:	Auto de Infração lavrado em razão de ter deixado de recolher o IPI na revenda de produtos importados.
Fase Atual do Processo:	Aguardando julgamento da impugnação administrativa.
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Em caso de manutenção do crédito tributário pelo tribunal administrativo, será necessário o pagamento do valor atualizado do Auto de Infração. Caso a empresa opte pelo prosseguimento da defesa em âmbito judicial, poderá obter efeito suspensivo da cobrança, caso garanta o valor do débito em juízo.

Processo:	0017422-51.2013.4.01.3400
Juízo:	7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Instância:	2ª Instância
Data da Distribuição:	11 de abril de 2013
Partes Envolvidas:	Autoras: Arezzo Indústria e Comércio Ltda ZZAB Comércio de Calçados Ltda ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Ré: União
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 6.000.000,00
Objeto da Ação:	Ação declaratória pleiteado o reconhecimento dos créditos insumos de PIS e de COFINS sobre despesas com contratos de agenciamento e gestão.
Fase Atual do Processo:	Aguarda julgamento de recurso em relação à sentença que julgou improcedente a ação, pois, no entendimento do juiz: "*somente naquelas hipóteses legais taxativamente elencadas é que se permite o creditamento em relação às contribuições ao PIS/COFINS*" (fl. 262 dos autos), concluindo pela legitimidade da Instrução Normativa da Receita Federal que delimita o conceito de insumos.
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Recebimento do valor em discussão

Processo:	32229-84.2006.4.01.3800 / 2006.38.00.032799-0
Juízo:	8ª Turma do TRF1
Instância:	2ª instância
Data da Distribuição:	11 de outubro de 2006
Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo indústria e Comércio S.A. Ré: Fazenda Nacional
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 80.000.000,00
Objeto da Ação:	Discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS
Fase Atual do Processo:	Ação encontra-se suspensa, pois aguarda decisão e orientação da questão no STF.
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Reconhecimento do direito de não incidência de ICMS na base do PIS e da COFINS e consequente levantamento da quantia, a ser apurada desde 2001

Processo:	5004688-80.2017.4.03.6182
Juízo:	13ª Vara Federal de São Paulo – TRF3
Instância:	2ª Instância
Data da Distribuição:	05 de maio de 2017
Partes Envolvidas:	Autora: ZZAB COMERCIO DE CALÇADOS LTDA Ré: Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 19.034.331,26
Objeto da Ação:	Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Fase Atual do Processo:	Recursal
Chance de Perda:	Remota
Análise do Impacto:	Reconhecimento do direito de não incidência de ICMS na base do PIS e da COFINS e consequente levantamento da quantia, a ser apurada desde 2012.

Processo:	1006496-16.2017.4.01.3800
Juízo:	3ª Vara Federal de Belo Horizonte
Instância:	1ª Instância
Data da Distribuição:	30 de agosto de 2017
Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo indústria e Comércio S.A, Ré: União
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 2.055.603,29
Objeto da Ação:	Obter o reconhecimento de inexigibilidade da contribuição previdenciária (cota patronal, SAT e da destinada a terceiros) sobre verbas de caráter indenizatório
Fase Atual do Processo:	Em 2018 o processo estava concluso para ser proferida sentença.
Chance de Perda:	Provável
Análise do Impacto:	Recebimento do valor em discussão. Cabe salientar que o valor atribuído à causa é uma mera estimativa relativa aos últimos 05 anos anteriores ao ajuizamento da ação, não estando, portanto, computados os valores recolhidos a título de tais tributos no decorrer da demanda. Portanto, a tendência é que os valores a serem recebidos sejam maiores. Por outro lado, como os tributos em discussão foram e continuam sendo pagos pela empresa, não há risco de condenação ao pagamento dos mesmos.

Processo:	5013838-40.2017.4.03.6100
Juízo:	1ª Turma TRF3
Instância:	2ª Instância
Data da Distribuição:	31 de agosto de 2017
Partes Envolvidas:	Autora: ZZAB Ré: União – Fazenda Nacional
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 1.254.143,26
Objeto da Ação:	Obter o reconhecimento de inexigibilidade da contribuição previdenciária (cota patronal, SAT e da destinada a terceiros) sobre verbas de caráter indenizatório
Fase Atual do Processo:	Pedido julgado procedente em outubro de 2018, tendo a União interposto apelação em novembro de 2018

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de Perda:	Provável
Análise do Impacto	Recebimento do valor em discussão. Cabe salientar que o valor atribuído à causa é uma mera estimativa relativa aos últimos 05 anos anteriores ao ajuizamento da ação, não estando, portanto, computados os valores recolhidos a título de tais tributos no decorrer da demanda. Portanto, a tendência é que os valores a serem recebidos sejam maiores. Por outro lado, como os tributos em discussão foram e continuam sendo pagos pela empresa, não há risco de condenação ao pagamento dos mesmos.

Processo:	15504.725206/2018-80
Juízo:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Instância:	N/A
Data da Distribuição:	10 de setembro de 2018
Partes Envolvidas:	Autora: Secretaria da Receita Federal do Brasil Ré: Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 6.090.698,62.
Objeto da Ação:	Contribuições Previdenciárias decorrente do SOP/PJ.
Fase Atual do Processo:	Aguarda-se julgamento das Impugnações apresentadas em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP).
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação

Processo:	5008878-07.2018.4.03.6100
Juízo:	26ª Vara Cível Federal de São Paulo
Instância:	1ª instância
Data da Distribuição:	17 de abril de 2018
Partes Envolvidas:	Autora: Arezzo Indústria e Comércio S.A. Ré: União Federal
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 5.597.540,29
Objeto da Ação:	Trata-se de ação ordinária para declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autoras (Arezzo e Beneficiários) e a União quanto à exigência, em função dos exercícios de opções de ações no Plano de Stock Option instituído pela Companhia: (i) da Autora Arezzo, de multa por suposta ausência de retenção de imposto de renda quando do exercício das opções pelos Participantes Autores; e (ii) dos Autores Participantes, de imposto de renda sobre suposto rendimento decorrente do trabalho quando do exercício das opções.
Fase Atual do Processo:	Aguardando remessa ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para julgamento do recurso.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação

Processo:	Auto de Infração 8225966
Juízo:	Tribunal Administrativo de Recurso Fiscais – TARF/RS
Instância:	Administrativa
Data da Distribuição:	21 de julho de 2018
Partes Envolvidas:	Autora: Receita Estadual do Rio Grande do Sul Ré: Arezzo Indústria e Comércio Ltda.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 1.369.0001,33
Objeto da Ação:	decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018
Fase Atual do Processo:	O Auto de Infração foi impugnado e até o presente momento não houve decisão
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Processos Cíveis

Em relação aos processos relevantes de natureza cível destacados no item 4.3, não há provisão constituída, uma vez que os processos em questão não estão classificados como de perda provável.

Processos Tributários

Em relação aos processos relevantes de natureza tributária destacados no item 4.3, não há provisão constituída.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Até a data da elaboração deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral não sigiloso cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a. valores envolvidos

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Processos Trabalhistas:

A Companhia possui 1483 processos trabalhistas baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes tendo em vista a atividade desenvolvida pela Companhia, sendo que: 1250 processos estão relacionados ao pedido de condenação solidária/subsidiária em questões envolvendo funcionários dos fornecedores, e o restante, 233 estão relacionados aos funcionários da Companhia e suas controladas, e versam sobre o pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração.

Reclamada com quem tínhamos relação:	Irmãos Vargas Ltda
Empresa do Grupo:	Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Tipo de Relação:	Fabricante
Juízo:	Justiça do Trabalho de Taquara/RS
Fase Atual:	A Companhia fez acordo nos processos deste fabricante, que foi totalmente quitado em fevereiro de 2019.
Ano da Distribuição:	2017
N° de Ações do mesmo Grupo Econômico:	146
Objeto da Ação:	Responsabilidade subsidiária e/ou solidária
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação.

Reclamada com quem tínhamos relação:	Roxci Indústria, Comércio e Assessoria Empresarial Ltda
Empresa do Grupo:	Arezzo Indústria e Comércio S.A. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.
Tipo de Relação:	Fabricante
Juízo:	Justiça do Trabalho de Sapiranga/RS
Fase Atual:	A Companhia fez acordo nos processos deste fabricante, que será totalmente quitado em junho de 2019.
Ano da Distribuição:	2017
N° de Ações do mesmo Grupo Econômico:	236
Objeto da Ação:	Responsabilidade subsidiária e/ou solidária

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação.

Reclamada com quem tínhamos relação:	Calçados Viadei Ltda.
Empresa do Grupo:	Arezzo Indústria e Comércio S.A. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.
Tipo de Relação:	Fabricante
Juízo:	Justiça do Trabalho de Sapiranga/RS
Fase Atual:	Instrutória
Ano da Distribuição:	2016 e 2017
N° de Ações do mesmo Grupo Econômico até 31/12/2017:	294
Objeto da Ação:	Responsabilidade subsidiária e/ou solidária
Chance de Perda:	Possível
Análise do Impacto:	Pagamento da condenação.

Processos Ambientais:

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos no âmbito do Direito Ambiental.

Processos Cíveis:

A Companhia entende que não possui processos cíveis baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes tendo em vista a atividade desenvolvida pela Companhia, sendo que os 155 processos de natureza cível informados no item 4.3 não são classificáveis nessa categoria.

Processos Tributários:

A Companhia entende que não possui processos tributários baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes tendo em vista a atividade desenvolvida pela Companhia.

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Processos Trabalhistas:

A Companhia tem 1483 processos de natureza trabalhista, envolvendo um valor total de R$ 50.270.962,34. Relativamente a esses processos, o montante total provisionado relativo aos processos de natureza trabalhista descritos neste item 4.6 é R$ 6.605,351,01, valor referente aos processos classificados como de perda provável.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Processos Ambientais:

Como não foram descritos processos de natureza ambiental neste item 4.6, não há provisão a ser informada.

Processos Cíveis:

Conforme informado no item 4.3, há um total de 155 processos de natureza cível, envolvendo um valor total de R$ 23.948.451,15. Relativamente a esses processos, o valor total provisionado é de R$ 345.880,89, valor referente aos processos classificados como de perda provável. Como não foram descritos processos de natureza cível neste item 4.6, não há provisão a ser informada relativamente a este item.

Processos Tributários:

Não há montante provisionado relativo aos processos de natureza tributária descritos neste item 4.6 uma vez que, de acordo com o prognóstico dos advogados externos da Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Processo penal contra o Acionista Controlador, Sr. Anderson Lemos Birman

O Sr. Anderson Lemos Birman é réu num processo penal em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em fase de recurso. Alega-se, em essência, que a Companhia teria ordenado remessas ilegais de recursos financeiros ao exterior, no valor total de US$559.202,08, no período compreendido entre 2000 e 2002 e que o Sr. Anderson Lemos Birman teria cometido tal alegada prática de evasão de divisas. O Sr. Anderson Lemos Birman é Acionista Controlador da Companhia. Caso seja proferida uma decisão final condenatória transitada em julgado contra ele, tal fato poderá afetar a reputação da empresa perante clientes, fornecedores e investidores. Assim sendo, este assunto pode causar um impacto adverso relevante às atividades, aos resultados e ao valor das Ações da Companhia. Para mais informações, consultar item 4.1 (b) e 12.13 deste Formulário de Referência

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

e. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalizada, porém a mesma está sendo elaborada e será submetida ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Embora a Companhia não tenha uma política formalizada, são realizados procedimentos de gerenciamento de riscos com o objetivo de orientar a condução dos processos, alinhar os níveis de risco toleráveis pela Companhia e mitigar a probabilidade e impacto da materialização dos mesmos. Os mecanismos de gestão de riscos adotados são:

- Políticas internas, que orientam a condução das atividades em níveis de riscos toleráveis pela Companhia;
- Código de Ética, que estabelece os princípios éticos e diretrizes de conduta que devem nortear as ações, decisões e relacionamentos em relação aos colaboradores e demais públicos;
- Canal de Ética, que permite a comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos, padrões de conduta e/ou a legislação vigente;
- Comissão interna de riscos, que atua nas ações necessárias para aprimorar o ambiente de controles internos e alinhar os procedimentos internos aos níveis de risco toleráveis pela Companhia;
- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, órgão de assessoria do Conselho de Administração, que monitora a integridade das demonstrações financeiras, o processo de gerenciamento de riscos e os sistemas de controles internos da Companhia.

i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora todos os fatores de riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência. Entende-se que a falta de capacidade ou de habilidade em proteger-se dos riscos ora elencados pode interromper o alcance dos objetivos e a execução da estratégia planejada.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento de riscos é uma responsabilidade de todos os colaboradores, que devem assegurar o adequado funcionamento dos sistemas de controles internos, monitorar os riscos dos processos e comunicar sistemática e formalmente fatos que possam afetar negativamente os resultados da empresa. As áreas de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas reportam ao Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças e exercem funções de avaliação de riscos, do ambiente de controles internos e da conformidade dos processos com as políticas internas e legislação vigente.

A Política de Gerenciamento de Riscos que está em desenvolvimento observará as diretrizes abaixo:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Os riscos de negócio inerentes às atividades da Companhia devem ser identificados, avaliados e tratados no nível adequado de decisão;
- A estrutura de controles internos deve ser continuamente revisada, considerando os atuais riscos existentes nos processos de negócio e eventuais riscos que possam surgir em virtude de mudanças de processos;
- As áreas e atividades potenciais de conflitos de interesse devem ser identificadas e os riscos associados devem ser mitigados por meio da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades;
- Os gestores devem atuar como guardiões da eficácia dos controles de processos sob sua alçada;
- Os colaboradores exercem papel fundamental neste processo e devem comunicar aos seus gestores imediatos situações de desconformidades com a legislação vigente, políticas e procedimentos internos;
- As ações que visam a mitigação de riscos e a conformidade dos processos com leis e os regulamentos (internos e externos) devem ser implementadas pela Companhia;
- A Auditoria Interna, cujo nível de reporte preserva os princípios de independência e preceitos de Governança Corporativa deve auxiliar na condução do processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

iii) a estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que o processo de gerenciamento de riscos deve permear todos os níveis da organização, permitindo avaliar tempestivamente se a condução do negócio está alinhada às diretrizes definidas pela Administração. Sob esses aspectos, as responsabilidades dividem-se dentre as instâncias organizacionais abaixo:

- Conselho de Administração:
    a. Estabelecer o grau de propensão ou “apetite” a riscos da Companhia.

- Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças:
    a. Supervisionar o processo de Gestão de Riscos;
    b. Validar os critérios da Matriz de Riscos;
    c. Orientas sobre a priorização de riscos;
    d. Apoiar as ações para tratamento dos riscos.

- Diretoria Executiva:
    a. Coordenar a implantação da Política de Gestão de Riscos;
    b. Atuar na identificação dos riscos, na proposição de planos de ação e na implementação destes;
    c. Garantir a infraestrutura e os recursos necessários à Gestão de Riscos.

- Comissão Interna de Riscos:
    a. Reunir-se periodicamente para acompanhamento dos planos de ação implementados e pendentes dos proprietários de risco;
    b. Nos casos de impasses entre o departamento de Auditoria Interna e proprietários de risco, decidir, por meio de consenso, se as ações sugeridas devem ou não ser implementadas;
    c. Com auxílio da área de Auditoria Interna, definir quais riscos são inerentes aos negócios da Companhia e propor, se possível, controles compensatórios a serem implementados;
    d. Avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento dos prazos dos planos de ação propostos aos proprietários de risco e atuar como facilitador para a realização destes;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

e. Formalizar todas as decisões em ata devidamente aprovada pelos participantes para ser utilizada como evidência do posicionamento da Comissão sobre os temas;
f. Caso não exista consenso sobre algum ponto durante o encontro da Comissão, o assunto deve ser submetido para aprovação do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças.

- Departamento de Auditoria Interna:
  a. Planejar e garantir a aplicação da metodologia e manutenção do processo de Gestão de Riscos na Companhia;
  b. Reportar ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças de informações referentes ao processo de Gestão de Riscos;
  c. Contribuir com os proprietários de risco para a adequação dos níveis de riscos determinados pela empresa;
  d. Apoiar os proprietários de risco na elaboração dos planos de ação de seus processos de negócios;
  e. Envolver os colaboradores, conscientizando-os sobre os riscos inerentes ao negócio e suas responsabilidades no processo de gestão integrada de riscos.

- Proprietário de risco:
  a. Conhecer e gerenciar os riscos do seu processo;
  b. Assegurar a aplicação eficaz dos controles internos nas atividades do seu processo;
  c. Propor políticas e procedimentos que minimizem os riscos de seu processo;
  d. Implementar planos de ação acordados com a área de Auditoria Interna e Externa;
  e. Informar à área de Auditoria Interna sobre qualquer alteração em seu processo, implementando os controles necessários para manter os níveis adequados de risco.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A estrutura operacional, que está descrita no item (b) acima, está desenhada com o propósito de avaliar constantemente a efetividade dos controles internos face a conformidade com as políticas internas e legislação vigente.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de proteção contra os riscos de mercado indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência. No entanto, todas as ações e planejamento referentes ao gerenciamento destes riscos são aprovadas e revisadas periodicamente pelo Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças.

Apesar da Companhia não adotar uma política formalizada para gerenciamento de riscos, a Companhia possui ações internas para tratar dos principais riscos aos quais está exposta. Referidas ações são aprovadas pelos gestores das áreas afetadas pelo risco e pelos respectivos diretores. Quando necessário, também é envolvido o Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças, bem como o Conselho de Administração, para auxiliarem na análise do risco e no planejamento da forma de atuação que será adotada pela Companhia. A multidisciplinaridade das equipes da Companhia faz com que o risco seja analisado por pessoas de conhecimentos diversos, podendo ser abordado por múltiplos pontos de vista.

A Administração da Companhia preza pela integridade das informações contidas nos relatórios financeiros e pelo gerenciamento e avaliação dos controles internos, efetuando a avaliação constante destes controles através de normas e procedimentos específicos, conforme descritos neste item 5 do Formulário de Referência. A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta já são tratados nos itens 4.1 e 4.2, e informa que monitora constantemente esses riscos.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) riscos para os quais busca proteção;

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, ela busca proteção contra riscos de alta da inflação, taxa de juros e instabilidade cambial, conforme descrito abaixo.

ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge);

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, a Companhia faz uso de operações de crédito em moeda estrangeira. A contratação desses instrumentos financeiros é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando segurança, sempre lastreada em suas operações e sem fins especulativos. A Companhia não pretende utilizar instrumentos financeiros derivativos com propósitos outros que não de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia adota normas e procedimentos para identificar e avaliar os riscos de mercado que afetam seus resultados. A gestão de riscos da Companhia tem como princípio a proteção com o escopo de afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos seus negócios. A Companhia faz uso de instrumentos financeiros exclusivamente para *hedge* (parcial ou integral) de itens operacionais e financeiros.

Os instrumentos de *hedge* expostos acima são utilizados efetivamente para eliminar riscos de variação cambial, referentes à operação dos Estados Unidos e às exportações.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A estratégia de proteção patrimonial contra os riscos de taxas de juros consiste na contratação de linhas de crédito incentivadas para o financiamento de suas operações.

Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades. A busca de melhores rentabilidades deve ser condicionada aos limites adequados de risco, liquidez e concentração das aplicações.

iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);

A Companhia utiliza operações de crédito em moeda estrangeira como principal instrumento financeiro para proteção contra riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio a que está sujeita, decorrente da venda de mercadorias e serviços para o mercado externo, vinculando sempre a contratação destes instrumentos à negociação de pedidos com clientes de mercado externo. A Companhia busca vincular a totalidade de sua carteira de pedidos e recebíveis em moeda estrangeira e seus ativos em moeda estrangeira a instrumentos financeiros compatíveis para proteção do hedge.

Os instrumentos de *hedge* expostos acima são utilizados efetivamente para eliminar riscos de variação cambial.

iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

A Companhia ao planejar sua estratégia, metas e orçamento para o próximo período, leva em consideração projeções econômicas do mercado, monitora internamente os principais indicadores financeiros e econômicos e segue metodologia orçamentária buscando adequar seu planejamento no cenário econômico brasileiro. Na hipótese de o impacto ser maior do que o previsto, a área afetada buscará implementar novas medidas ajustadas por meio de reuniões com seus Gestores e, se necessário, consultar o Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças.

Risco de taxa de juros: Embora possua caixa líquido, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e monitora a exposição dos instrumentos financeiros de seu balanço a cada índice de taxa de juros.

Risco de alta inflação: Para mitigar esse risco, a Companhia acompanha regularmente a evolução dos preços de suas principais matérias-primas e gerencia seus estoques, inclusive formando estoques reguladores de matéria-prima. A Companhia busca fontes alternativas de matéria-prima e de engenharia de produto com o intuito de mitigar a consequência da inflação para seus consumidores.

Risco de taxa de câmbio: A Companhia avalia constantemente a exposição de seus ativos/passivos e importação/exportação às diferentes moedas, bem como a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco de crédito: A Companhia analisa as situações financeira e patrimonial de seus fornecedores e franqueados, administrando o risco de crédito por meio de um rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito.

Quanto a eventos políticos, econômicos e sociais, a companhia não possui ações pré-definidas, mas conta com a *expertise* de seu corpo de colaboradores para atuar de forma adequada e positiva para mitigar quaisquer riscos futuros.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia designou como hedge os instrumentos financeiros detidos no valor de US$30.000.000 para proteção parcial de risco de variação da moeda estrangeira do investimento no exterior de US$ 18.663.000. O valor dos instrumentos designados está acrescido do "gross–up" do imposto de renda e a contribuição sindical à alíquota de 34% conforme legislação vigente, para fins de análise de efetividade do hedge *accounting*.

vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado;

A Companhia entende que o processo de gerenciamento de riscos deve permear todos os níveis da organização, permitindo avaliar tempestivamente se a condução do negócio está alinhada às diretrizes definidas pela Administração. Sob esses aspectos, as responsabilidades dividem-se dentre as instâncias organizacionais abaixo:

- Conselho de Administração:
    a. Estabelecer o grau de propensão ou "apetite" a riscos da Companhia.

- Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças:
    a. Supervisionar o processo de Gestão de Riscos;
    b. Validar os critérios da Matriz de Riscos;
    c. Orienta sobre a priorização de riscos;
    d. Apoiar as ações para tratamento dos riscos.

- Diretoria Executiva:
    a. Coordenar a implantação da Política de Gestão de Riscos;
    b. Atuar na identificação dos riscos, na proposição de planos de ação e na implementação destes;
    c. Garantir a infraestrutura e os recursos necessários à Gestão de Riscos.

- Comissão Interna de Riscos:
    a. Reunir-se periodicamente para acompanhamento dos planos de ação implementados e pendentes dos proprietários de risco;
    b. Nos casos de impasses entre o departamento de Auditoria Interna e proprietários de risco, decidir, por meio de consenso, se as ações sugeridas devem ou não ser implementadas;
    c. Com auxílio da área de Auditoria Interna, definir quais riscos são inerentes aos negócios da Companhia e propor, se possível, controles compensatórios a serem implementados;
    d. Avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento dos prazos dos planos de ação propostos aos proprietários de risco e atuar como facilitador para a realização destes;
    e. Formalizar todas as decisões em ata devidamente aprovada pelos participantes para ser utilizada como evidência do posicionamento da Comissão sobre os temas;
    f. Caso não exista consenso sobre algum ponto durante o encontro da Comissão, o assunto deve ser submetido para aprovação do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças.

- Departamento de Auditoria Interna:
    a. Planejar e garantir a aplicação da metodologia e manutenção do processo de Gestão de Riscos na Companhia;
    b. Reportar ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças de informações referentes ao processo de Gestão de Riscos;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

c. Contribuir com os proprietários de risco para a adequação dos níveis de riscos determinados pela empresa;
d. Apoiar os proprietários de risco na elaboração dos planos de ação de seus processos de negócios;
e. Envolver os colaboradores, conscientizando-os sobre os riscos inerentes ao negócio e suas responsabilidades no processo de gestão integrada de riscos.

- Proprietário de risco:
  a. Conhecer e gerenciar os riscos do seu processo;
  b. Assegurar a aplicação eficaz dos controles internos nas atividades do seu processo;
  c. Propor políticas e procedimentos que minimizem os riscos de seu processo;
  d. Implementar planos de ação acordados com a área de Auditoria Interna e Externa;
  e. Informar à área de Auditoria Interna sobre qualquer alteração em seu processo, implementando os controles necessários para manter os níveis adequados de risco.

c) adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada.

A estrutura operacional, que está descrita no item (b) (vi) acima, está desenhada com o propósito de avaliar constantemente a efetividade dos controles internos face a conformidade com as políticas internas e legislação vigente.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 – Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O sistema de controles internos da Companhia, que monitora os processos operacionais e financeiros, é um sistema estruturado que conta com a participação do Conselho de Administração, dos Comitês que prestam assessoria à Administração, da Diretoria, da Gerência, da Auditoria Interna e dos colaboradores tendo como objetivo conduzir os negócios da Companhia de forma segura, adequada e eficiente, e permitir que a Companhia se mantenha orientada para seus objetivos, gerando informações financeiras confiáveis. A Companhia atua no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa (categoria especial de listagem de companhias com o nível mais avançado de governança corporativa), que impõe uma série de regramentos referentes a publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Como ferramenta de controle interno, a Companhia conta com o Sistema ERP SAP, desde o início do ano de 2015, mundialmente reconhecido, estando presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e em outros países. O resultado das operações da Companhia e de outras sociedades do grupo é traduzido e consolidado neste Sistema.

A Companhia conta com as áreas de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas, que desenvolvem seus trabalhos de forma independente. Essas áreas avaliam riscos, o ambiente de controles internos, a conformidade dos processos com as políticas internas e legislação vigente e verificam eventuais casos de fraude e/ou desvios de recursos.

Os resultados dos trabalhos de auditoria e prevenção de perdas, bem como as recomendações de planos de ação são reportados periodicamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças. A Auditoria Interna acompanha o status de implementação dos planos de ação, a fim de garantir efetividade na mitigação dos riscos relacionados aos processos.

As demonstrações financeiras da Companhia são atualmente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), a qual deve, anualmente, elaborar uma carta de recomendações em relação aos controles internos da Companhia. Com relação ao exercício social encerrado em 2018 o relatório sobre controles interno elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) é comentado no item 5.3(d) abaixo.

A Companhia trabalha continuamente para fortalecer seu ambiente de controles internos, monitorando permanentemente o respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos. As obrigações advindas de procedimentos internos, externos e contratos são monitoradas pela administração da Companhia, de modo a analisar e ponderar a exposição a riscos e determinar formas de mitigar ou anular os mesmos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Companhia possui, em sua estrutura organizacional, áreas responsáveis pela aplicação e monitoramento de controles que busquem assegurar a integridade das informações contábeis e financeiras.

Destacam-se as áreas Contábil, Fiscal, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e os órgãos da administração, isto é, o Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças e o Conselho de Administração.

O Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças, órgão consultivo do Conselho de Administração, tem atribuições relacionadas a:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

i. Avaliar, em conjunto com os advogados da Companhia, todas as questões legais que possam ter impactos significativos nas demonstrações contábeis;
ii. Analisar as contingências levantadas em inspeções de órgãos reguladores e fiscalizadores;
iii. Opinar sobre as políticas de tesouraria e orientar a Diretoria Financeira na implementação das políticas financeiras;
iv. Examinar o parecer dos auditores externos e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração;
v. Avaliar em conjunto com a Diretoria os parâmetros determinados para o modelo de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos;
vi. Validar o plano de auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos e enviar ao Conselho de Administração para deliberação;
vii. Monitorar a implementação das recomendações efetuadas pela auditoria interna e externa;
viii. Avaliar periodicamente a adequação dos relatórios gerenciais da administração referentes a aspectos contábeis, de resultado financeiro e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição (acesso às informações);
ix. Recomendar ao Conselho de Administração procedimentos para o recebimento, arquivamento e tratamento de denúncias, se necessário, promover investigações especiais e, se for o caso, contratar consultores e peritos para essa finalidade;
x. Contribuir para o estabelecimento e manutenção de relações éticas entre todos os públicos da Companhia, tendo como diretriz as crenças e valores existentes; e
xi. Contribuir para a prática de atividades lícitas em quaisquer transações, recolhimento de tributos e cumprimento à lei.

Adicionalmente, a Auditoria Interna, cujo nível de reporte preserva os princípios de independência e preceitos de Governança Corporativa, auxilia na avaliação dos controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Arezzo&Co é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da evolução das práticas e eventuais deficiências de controles internos ao longo do tempo.

Conforme descrito no item 5.3(b), a eficiência dos controles internos é supervisionada pelos membros da Diretoria Financeira, Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças e pelo Conselho de Administração, considerando que, para este órgão, o processo de supervisão de controles internos é parte da aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia.

Todas as eventuais deficiências, quando apontadas pelos auditores externos, possuem plano de ação com indicação do responsável pela sua correção e data de implantação. A área de Auditoria Interna deve acompanhar o status de implementação dos planos de ação e reportar os resultados e sugestões de melhorias para o Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças e Conselho de Administração.

O Comitê mencionado realiza reuniões bimestrais com a presença da Auditoria Interna, a qual tem incumbência de reportar ao Conselho de Administração os principais pontos da Carta de Controles Internos elaborada pela Auditoria Externa, assim como o status de implementação das ações de melhoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2018, auditados pela Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes, foram comunicadas sugestões de aprimoramento dos controles internos. A auditoria externa apontou, como deficiência significativa, uma falha nos controles internos na governança/gerenciamento de usuários de sistemas SAP (modo ERP da Companhia). Após essa constatação, a auditoria interna, com acompanhamento dos auditores externos, analisou as transações realizadas neste ambiente e concluiu que não há distorções nas Demonstrações Financeiras.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia está implementando uma ferramenta que permitirá maior agilidade e confiabilidade na gestão e governança dos acessos ao sistema mencionado acima. Os pontos indicados no relatório da PWC não tiveram impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras.

Cabe ressaltar que os Diretores da Companhia monitoram a implementação dos planos de recomendação da carta de controles internos, sendo responsabilidade da auditoria interna a realização de testes de controle que atestem a eficácia da melhoria implementada.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor

A Companhia instaurou práticas de combate à corrupção, em cumprimento a Lei 12.846/13.

Nossos mecanismos de prevenção e detecção de atos ilícitos contra a administração pública abrangem:

- Código de Ética, que estabelece os princípios éticos e diretrizes de conduta que devem nortear as ações, decisões e relacionamentos em relação aos colaboradores e demais públicos;
- Canal de Ética, que permite a comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos, padrões de conduta e/ou a legislação vigente;
- Cláusulas contratuais relativas a necessidade de implantação de práticas anticorrupção estabelecidas com todos os fornecedores.

As áreas de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas reportam ao Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças e exercem funções de avaliação de riscos, do ambiente de controles internos e da conformidade dos processos com as políticas internas e legislação vigente.

A Companhia revisa constantemente as políticas e procedimentos internos, realizando as adequações necessárias ao atendimento à legislação vigente.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos da Companhia.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	01/09/1972
Forma de Constituição do Emissor	Constituída na forma de sociedade limitada, sendo transformada em sociedade por ações em 30 de agosto de 2007.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	31/01/2011

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Arezzo&Co” ou “Companhia”) foi fundada em 01 de setembro de 1972 por Anderson Birman, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sob a forma de sociedade limitada, e com a denominação social Vivenda Comércio e Representações Ltda. A empresa nasceu de um sonho empreendedor de encantar as mulheres e da inspiração e desejo do Sr. Birman de ligar a produção de calçados brasileira, que nos anos 70 sofria grande influência da moda europeia, à moda italiana. Logo desenvolveu a marca que viria a ser referência de calçados e bolsas femininas no Brasil: a Arezzo. A consolidação da marca Arezzo no mercado brasileiro de calçados femininos se deu em 1979, com o lançamento do modelo de sandália Anabela, revestido de junta. O modelo diferenciado se tornou, em pouco tempo, o primeiro grande sucesso de vendas da marca. A Arezzo, se tornou *Top of Mind* no segmento de calçados femininos, e uma das marcas preferidas e mais consumidas no Brasil. Com um posicionamento que reúne conceito, alta qualidade e design contemporâneo, satisfaz uma ampla gama de mulheres de todas as idades.

Em 15 de agosto de 1986, a denominação social foi alterada para Arezzo Indústria e Comércio Ltda. A década de 80 foi marcada pela era industrial na qual a Arezzo fabricava todos os produtos com um modelo industrial verticalizado em Minas Gerais. Nesta época, a Arezzo fabricava 1,5 milhões de pares por ano com 2.000 funcionários.

A década de 90 foi marcada pelo foco no varejo. Em 1990, a marca Arezzo abriu sua primeira loja conceito – *flagship store* – na rua Oscar Freire em São Paulo, que desde a época já era um importante polo comercial de grifes nacionais e internacionais na cidade.

A Companhia passou a investir mais em ações nos pontos de venda, fortalecendo também suas operações no canal de franquias, o que lhe permitiu levar seus produtos a todo o território nacional. Além disso, lojas próprias foram abertas em centros estratégicos de consumo. Nesta década, a Companhia deixou de produzir calçados e passou a terceirizar a produção para fornecedores da região calçadista do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul.

Ainda nos anos 90 o conceito de *fast fashion* começou a ganhar destaque e as operações comerciais foram centralizadas em São Paulo. Nesse período, a Arezzo passou a se especializar em P&D e em gestão de marca, inovando com investimentos em marketing e comunicação, além do desenvolvimento cada vez mais rápido de novos modelos e tendências.

Em 1995, Alexandre Birman, filho de Anderson, aos 18 anos, fundou a marca Schutz - inicialmente independente da Arezzo. Em 2002, a marca expandiu suas operações internacionalmente, por meio da exportação de calçados e a participação em exposições internacionais. No ano de 2005, a marca Schutz abriu sua primeira loja, estrategicamente localizada também na Rua Oscar Freire, na Cidade de São Paulo. Nos anos seguintes, a Schutz expandiu suas operações por meio da abertura de novas lojas no Brasil e nos Estados Unidos além da expansão através do canal multimarcas.

Em 2007, o fundo de *Private Equity* Tarpon Investimentos S.A. adquiriu participação minoritária equivalente a 25% do capital social da Companhia. No mesmo ano, a Companhia passou também por uma transformação do seu tipo societário, transformando-se, de sociedade limitada, em sociedade anônima, com capital fechado, passando a ter a denominação de Arezzo Indústria e Comércio S.A. Em conjunto com a entrada da Tarpon, a marca Schutz foi incorporada ao grupo. A união entre Arezzo, Schutz e o fundo de Private Equity trouxe grandes sinergias à gestão familiar e complementariedade ao portfólio de marcas.

6.3 - Breve Histórico

No ano de 2008 a Companhia lançou a marca “Anacapri”, que leva o nome de uma cidade localizada em uma ilha do Mar Mediterrâneo. A marca procura descomplicar o dia a dia das mulheres tendo como *core* sapatos *flats* (sem salto). A Anacapri possui 150 franquias distribuídas pelos estados brasileiros, além de 3 lojas próprias localizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua participação na tradicional Feira Couromoda de 2011 marcou a entrada da marca no canal multimarca, proporcionando acesso a diversos pontos de venda no Brasil. No último ano, a marca consolidou sua presença no mercado brasileiro através da abertura de 36 lojas e sua *flagship store* também está localizada na Rua Oscar Freire, São Paulo.

No mesmo ano de 2008, Alexandre Birman, também fundador da marca Schutz, projetou sua grife homônima, com a intenção de conquistar pontos de varejo de luxo no mundo. Matérias primas nobres e exóticas compões o DNA da grife, que conta com produção artesanal. Ainda nesse mesmo ano foi escolhido como "Talento Revelação do Ano" e recebeu o prêmio "Vivian Infantino – Talento Emergente", pela revista Footwear News, em evento patrocinado pela FFANY – Fashion Footwear Association of New York. Como uma marca global, os sapatos Alexandre Birman passeiam pelos pés de celebridades e ícones de estilo mundo afora; se faz presente nas prateleiras de top multimarcas pelo globo, como Bergdorf Goodman, Net a Porter, Saks Fifth Avenue, Neiman Marcus, além de seus quatro endereços em solo brasileiro, no Shopping Iguatemi, JK Iguatemi e Cidade Jardim, em São Paulo e no Shopping Leblon no Rio de Janeiro. Em outubro de 2017, a FFANY (Fashion Footwear Association of New York) homenageou alguns nomes de destaque do mercado de footwear norte-americano. Alexandre Birman foi o primeiro brasileiro da história da FFANY a receber o prêmio de “Designer of the Year”, o que consolida ainda mais a marca que leva seu nome no mercado de luxo internacional.

No início de fevereiro de 2011, a Arezzo se tornou uma companhia de capital aberto, com suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado na B3, sob o *ticker* “ARZZ3”. Atualmente, a Arezzo é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, nº 147, sala 402.

Em setembro de 2012, foi inaugurada a loja *flagship* da Schutz em Nova Iorque, na Madison Avenue, primeira loja própria do grupo fora do Brasil. O lançamento da loja marcou o reforço do branding da marca, aumentando sua percepção para diferentes públicos nacionais e internacionais. Em 2016, a operação piloto nos EUA em 2016 deu importantes passos com a abertura de uma segunda loja flagship, em Los Angeles. A marca Schutz também ganhou outro grande reconhecimento no mercado americano: o prêmio "*Brand of the Year*", recebido da Footwear News, importante veículo de comunicação do setor.

Em 2015, a Companhia lançou sua quinta marca, chamada Fiever. Fiever, uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, cool e despretensiosa voltada para o público jovem. A marca busca sempre inovar, acompanhando o ritmo dessa geração. O ícone é o tênis white sole que traduz a essência da marca: prática, cool e versátil. A marca atualmente conta com 5 lojas próprias em São Paulo e no Rio de Janeiro, web commerce próprio e presença em mais de 400 clientes multimarcas.

Em fevereiro de 2018 foi lançada a 6ª marca da Companhia, denominada “OWME”, também voltada para o mercado de calçados feminino. A OWME, com estilo atemporal, busca atender uma demanda das consumidoras que desejam sapatos confortáveis, mas bonitos para todas as ocasiões de uso. A marca encerrou o ano de 2018 com 2 lojas próprias em São Paulo, web commerce próprio e presença em mais de 250 clientes multimarcas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 628 franquias no Brasil e 06 no exterior; 45 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e 06 lojas próprias no exterior; e canal “web commerce” destinado a vendas de produtos de suas seis marcas. O sistema de franquias é controlado pela

6.3 - Breve Histórico

própria Companhia, e as lojas próprias fazem parte da controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até o presente momento, a Companhia não foi notificada acerca de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("Arezzo" ou "Companhia"), em conjunto com suas controladas, tem como atividades preponderantes a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e itens de vestuário para o mercado feminino.

A Arezzo&Co é líder no setor varejista de calçados femininos no Brasil, de acordo com a Associação dos Lojistas de *Shopping Centers*. Possui 6 marcas: "Arezzo", "Schutz", "Anacapri", "Alexandre Birman", "Fiever e "OWME"", que são comercializadas por meio de 634 franquias nacionais e internacionais e 51 lojas próprias, sendo 6 nos EUA e além de estarem presentes em cerca de 2.493 clientes multimarcas no Brasil, em dezembro de 2018.

A Companhia acumula as premiações listadas abaixo:

<u>2004 a 2009 e em 2011</u>

- A Companhia foi considerada a melhor franquia de calçados, vestuário e acessórios do Brasil, de acordo com o anuário da Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios.

<u>2010</u>

- Prêmio "As empresas que mais respeitam o consumidor 2010" (*Shopper Experience*).

<u>2012</u>

- Anderson Birman recebeu o prêmio de "Empreendedor do ano" da Revista Isto É Dinheiro
- A Companhia recebeu o prêmio de "Empresas mais admiradas do Brasil" da Revista Carta Capital.
- "30 Melhores Empresas do Agronegócio, de Couro e Calçado" do Globo Rural.
- Prêmio "Melhor franquia" da Associação Comercial.
- Ranking "Valor Mil" do Valor Econômico.

<u>2013</u>

- "Maiores e Melhores" da Revista Exame.
- "TOP 1 Franchising Brasileira" do grupo Bittencourt.
- Alexandre Birman recebeu o prêmio "Faz a Diferença" do O Globo e "O Homem do Ano" da Revista QG (Empreendedorismo).
- As marcas "Arezzo" e "Schutz" estão entre as mais reconhecidas e consumidas no Brasil, além da presença em rankings de premiações consagradas, como "As 50 marcas mais valiosas do Brasil 2013" (*Interbrand*).

<u>2014</u>

- "Grand Prix de melhor programa global de relações com investidores" na categoria Small Cap pela IR Magazine Brazil.
- "As melhores do varejo" pela Revista Forbes Brasil na categoria Finanças.

<u>2015</u>

- Anderson Birman ganhou o prêmio de Empreendedor do ano pela ABF (Associação Brasileira de Franchising).
- A ALSHOP (Associação de Lojistas e Shoppings) reconheceu a Arezzo como Hors Concours, na categoria de calçados femininos e a revista Época/Reclame Aqui também premiou a Companhia na categoria de calçados, bolsas e acessórios, como melhor *E-Commerce* do ano.

<u>2016</u>

- "Melhores Franquias do Brasil 2016" da Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- "Excelência em Franchising" pela ABF (Associação Brasileira de Franchising).
- A marca Schutz reconhecida nos EUA com o prêmio "Brand of the Year 2016" no evento "Footwear News Annual Achievement Awards".
- A marca Schutz recebeu o prêmio "Marcas mais Sociais – Top 10 em Engajamento nas redes sociais" do Indexsocial e nos EUA foi reconhecida com o prêmio "Brand of the Year" da "Footwear News".

2017

- Prêmios de E-commerce Brasil pela marca Arezzo.
- Prêmio Alshop nas categorias "Excelência no Varejo Categoria Design" e "Destque do Programa Excelência no Varejo" pela marca Arezzo.
- A marca Alexandre Birman foi consagrada com o prêmio de "Designer of the Year" pela FFANY (Fashion Footwear Association of New York).

2018

- Prêmio Top of Women na categoria Marcas Preferidas pela marca Arezzo.
- Prêmio Alshop na categoria Calçados Femininos pela marca Arezzo.
- Prêmio Selo de Excelência da ABF pela marca Arezzo e Anacapri.
- Prêmio de Projeto Arquitetônico da ABF pela marca Schutz.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram vendidos mais de 13,5 milhões de pares de sapatos femininos, 1,5 milhão de bolsas e 450 mil acessórios, contribuindo para que a Companhia alcançasse receita operacional líquida consolidada de R$ 1.526,7 milhões, EBITDA de R$ 232,2 milhões e um lucro líquido de R$ 142,6 milhões nesse período. Em 2018, a receita operacional líquida consolidada registrou um aumento de 12,2%.

A posição de liderança da Arezzo&Co no setor varejista de calçados femininos brasileiro, aliada ao processo de *sourcing* flexível e eficiente *supply chain*, possibilitou que a Companhia atingisse performance superior à verificada no segmento de varejo, mais especificamente no segmento de tecidos, vestuários e calçados, que apresentou queda na receita nominal de vendas de 1,6%, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE.

As marcas da Companhia estão associadas a produtos de alta qualidade e vasta variedade, importante aspecto na manutenção do desejo de compra das consumidoras. Com 47 anos de experiência, a Companhia desenvolve ampla linha de produtos para diversas ocasiões, com foco em calçados femininos, bolsas e acessórios. Os produtos da Arezzo&Co se destacam pela alta qualidade, pelo *design,* conforto e inovação e são comercializados por meio de quinze a vinte e uma coleções anuais no caso de suas três maiores marcas, cujos produtos são gradual e semanalmente disponibilizados nos pontos de venda, o que permite disponibilizar aos clientes ao longo de todo o ano as últimas novidades e tendências de moda (conceito *fast fashion*).

A Companhia possui um modelo de *sourcing* flexível, que permite identificar o processo que acredita ser o melhor para a produção de cada produto, sejam aqueles produzidos internamente por meio das fábricas próprias localizadas no Vale dos Sinos (RS), um dos maiores *clusters* calçadistas do mundo de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados, ou pelas fábricas independentes, das quais são comprados produtos acabados.

A "Arezzo", marca mais madura do grupo, é associada a calçados e acessórios que se destacam por sua qualidade e capacidade de atender todos os estilos e idades de mulheres. Fundada em

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

1972, pelos irmãos Anderson e Jefferson Birman, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (*top of mind*) dos consumidores no setor de calçados feminino brasileiro, é uma das marcas preferidas neste segmento e mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento democrático que gera conexão emocional entre as consumidoras através de ações que conectam gerações. A Arezzo possui mais de 7 milhões de seguidores em suas redes sociais, representando uma marca líder em *fast fashion* de calçados, bolsas e acessórios femininos. A marca possui calçados com um preço médio de R$ 220,00.

A marca “Schutz” investe significativamente em pesquisas de tendências para a criação do seu portfólio, desenvolvimento de experiências e conteúdo de moda. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, moda e sensualidade. O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que tem estilo próprio. Que ousa, busca o diferente e desafia o que é consenso. A marca possui calçados com um preço médio de R$ 380,00.

A marca “Anacapri”, fundada em novembro de 2008, com o nome da cidade de Anacapri, possui um conceito mais casual de sapatos sem salto destinados a um público com estilo de vida simples, leve e alto astral. A marca tem como foco calçados com poucas construções, grande participação de clássicos e atemporais e lojas menores com arquitetura prática. A Anacapri possui calçados com um preço médio de R$ 120,00.

A marca “Alexandre Birman” é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com as maiores grifes da moda internacional. A marca é reconhecida pelo conceito de exclusividade, elegância e sofisticação. Com posicionamento global consolidado, a Alexandre Birman está presente nas principais revistas de moda internacionais e é vista frequentemente nas produções de importantes celebridades. A Alexandre Birman possui calçados com um preço médio de R$ 1.500,00.

Adicionalmente a marca “Fiever”, uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, *cool* e *easy to wear* voltada para o público jovem. O caminho que traça inclui o envolvimento de suas consumidoras na construção da marca, buscando sempre inovar e acompanhando o ritmo dessa geração. O ícone é o tênis *white sole*, que traduz a essência da marca: prática, *cool* e versátil. A Fiever possui calçados com um preço médio de R$ 280,00 e é a única marca do grupo que oferece calçados masculinos.

Em 2018, a Arezzo&Co lançou a marca OWME – inspirada em duas palavras em inglês, *own* e *me*, que, juntas expressam a atitude de “ser dona de si”. Com estilo atemporal, a OWME busca atender uma demanda das consumidoras que desejam sapatos confortáveis, mas bonitos para todas as ocasiões de uso. Os sapatos da OWME, além do estilo único, têm estruturas que envolvem a curvatura dos pés e proporcionam conforto o dia todo. As palmilhas são compostas por espuma com memória, que mantêm a elasticidade conforme o tempo. Os saltos, predominantemente de altura média e mais grossos, dão confiança ao caminhar. Entre os produtos, há clássicos como scarpins, botas, sapatilhas e tamancos e entre as matérias primas de primeira qualidade, o couro, com acabamento exclusivo, traz extrema maciez aliado a um acabamento delicado.

A Companhia acredita que as linhas de produtos oferecidas pelas 6 marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando a estratégia de oferecer produtos que podem ser demandados por nichos de mercado e nas mais diversas ocasiões. O quadro abaixo identifica a participação de cada uma das marcas com relação ao número de franquias e lojas próprias e com relação à receita bruta de vendas, nos períodos indicados:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Receita Bruta por canal - em R$ mil	2016	A.V.% (1)	2017	A.V.% (1)	2018	A.V.% (1)
Franquias	686.334	44,2%	748.055	44,6%	831.365	44,6%
Lojas próprias	301.315	19,4%	298.692	17,8%	298.706	16,0%
Lojas Multimarcas	303.661	19,5%	343.749	20,5%	384.272	20,6%
Web Commerce	108.080	7,0%	128.973	7,7%	162.640	8,7%
Mercado externo	152.139	9,8%	154.465	9,2%	186.900	10,0%
Outros (2)	2.618	0,2%	4.939	0,3%	1.885	0,1%
Total	**1.554.147**	**100,0%**	**1.678.873**	**100,0%**	**1.865.768**	**100,0%**

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita no mesmo período.

(2) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

Os produtos da Companhia são distribuídos por meio de franquias, no Brasil e no exterior, lojas próprias e lojas multimarcas, no Brasil e em cerca de 50 países. No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, 44,6% da receita bruta foi proveniente de franquias, 20,6% proveniente de vendas para clientes multimarca, 16,0% de lojas próprias e 8,7% de vendas do canal *Web Commerce*. O Mercado Externo representou 10,0% do faturamento total da Companhia.

A Companhia busca se adaptar a cada uma das regiões do País na qual os produtos são comercializados, sem prejuízo da consistência da experiência de compra do consumidor, por meio da administração de todos os padrões do ponto de venda, tais como: variedade de produtos, projeto arquitetônico, vitrines, disposição de produtos (*visual merchandising*), material publicitário e embalagens.

A Arezzo&Co acredita que o modelo de franquias, com lojas geridas por franqueados, cujo perfil se adequa às atividades propostas, possibilita ao consumidor uma maior facilidade de acesso aos produtos e permite a expansão por todo o território brasileiro de modo rápido, eficiente e rentável, com menor capital investido.

As lojas próprias estão atualmente distribuídas de forma estratégica nas maiores cidades do país, em sua maioria nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com maior visibilidade, as lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos clientes finais, além de permitir que a Companhia busque sempre as melhores práticas, adquirindo um importante *know-how* de varejo. Com isso, pode oferecer o que acredita ser o melhor serviço de suporte para as operações das franquias.

Com relação ao canal de distribuição multimarca, a presença ocorre por meio de 2.493 lojas ao final do ano de 2018 em clientes multimarcas em todos os Estados do País. Por meio de tais clientes, é possível aumentar a capilaridade, uma vez que a penetração dos produtos é sensivelmente expandida, com presença em cidades de médio e pequeno porte localizadas em todos os Estados brasileiros. As lojas multimarcas também consolidam a força das marcas e aumentam sua relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas franquias e pelas lojas próprias, muitas vezes inviáveis comercial e financeiramente em cidades de porte menor.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1 a Informações relacionadas a sociedades de economia mista

A Companhia possui seu controle nacional e privado, portanto não é classificada como uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados
b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e
c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia atua apenas no segmento de varejo por meio da produção, desenvolvimento, e comercialização de calçados femininos. Adicionalmente, a Companhia também comercializa bolsas, entre outros acessórios femininos.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Arezzo&Co estão representados por seis marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e OWME), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas, *webcommerce* e exportação) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Companhia possui apenas um segmento operacional (varejo) definido como calçados, bolsas e acessórios.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia;

A Companhia obteve receita bruta proveniente do segmento de varejo de R$ 1.554.147 mil em 2016 e R$ 1.678.873 mil em 2017 e R$ 1.865.768 mil em 2018, referentes exclusivamente às atividades indicadas no item “a” acima.

Embora a Companhia possua apenas um segmento operacional, para fins gerenciais, a administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	**2016**	**2017**	**2018**
Receita bruta consolidada	**1.554.147**	**1.678.873**	**1.865.768**
Arezzo - Mercado Interno	803.779	873.839	950.689
Schutz - Mercado Interno	457.648	451.420	443.471
Anacapri - Mercado Interno	119.357	157.259	219.554
Outros	21.224	41.890	65.154
Mercado externo	152.139	154.465	186.900

Canal			
Receita bruta consolidada	**1.554.147**	**1.678.873**	**1.865.768**
Franquias	686.334	748.055	831.365
Lojas Próprias	301.315	298.692	298.706
Lojas Multimarcas	303.661	343.749	384.272
Web Commerce	108.080	128.973	162.640
Outros	2.618	4.939	1.885
Mercado externo	152.139	154.465	186.900

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

A Companhia teve lucro líquido de R$ 116.149 mil em 2016, R$ 154.470 mil em 2017 e R$ 142.644 em 2018, referente exclusivamente às atividades indicadas no item “a” acima.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

A Companhia possui um modelo de negócio diferenciado, no qual a equipe de pesquisa e desenvolvimento e a estrutura de suprimentos estão preparadas para disponibilizar às lojas da rede de 15 (quinze) a 21 (vinte e uma) coleções ao longo do ano, dependendo da marca. Os produtos são gradual e semanalmente disponibilizados nos pontos de venda, possibilitando que as lojas estejam sempre com novidades, pois a Companhia acredita que isso estimula a frequência de visitas dos consumidores (conceito *fast fashion*).

Essa inovação constante é possível porque as coleções são desenhadas internamente, reduzindo o ciclo de pesquisa e desenvolvimento do produto. O *fast fashion* permite que as coleções estejam sempre atualizadas com as últimas tendências da moda internacional, o que confere à Companhia uma posição de destaque no mercado nacional.

Importante destacar o modelo de recebimento e fornecimento destes produtos, que engloba as fábricas próprias, que produzem as marcas Alexandre Birman, Fiever, OWME e parte da marca Schutz, e a produção das fábricas independentes - que atendem as marcas Arezzo, Schutz e Anacapri - escolhidas através de *outsourcin*g.

Outra estratégia que permite diferenciação à Companhia é proximidade de seus fornecedores, do centro de distribuição, que está estrategicamente localizado no Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, um dos maiores *clusters* calçadistas do mundo.

Desenvolvimento de produto

A Companhia dedica esforços significativos na inovação e no desenvolvimento de calçados femininos de alta qualidade, seguindo as tendências da moda. Realiza pesquisas qualitativas contínuas junto ao público consumidor, pesquisas em publicações especializadas, em desfiles e feiras de calçados no Brasil e no exterior, bem como pesquisas e análises de tendências em diferentes fontes do mercado local e internacional.

Estes centros de pesquisa e desenvolvimento de produtos, com equipes diferentes e segregadas para cada marca, ambos localizados na cidade de Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul, com criação de novos conceitos, *designs*, modelos, materiais e cartelas de cores de forma independente para cada uma das marcas, para seguir as últimas tendências da moda e manter o portfólio de produtos sempre atualizado.

Os centros de desenvolvimento próprios permitem gerir todo o processo de produção, desde a compra de matéria prima até a definição do preço final do produto. Anualmente, no processo de criação de produtos, são produzidos ou adquiridos de fábricas independentes aproximadamente 11.500 modelos, sendo que, cerca de 50% deles são selecionados para serem entregues às lojas e comercializados. O processo de seleção de modelos envolve diversas áreas, tais como a área comercial, a área de produção e desenvolvimento de produtos, a área de fornecimento (*sourcing*) e os representantes de maior parte dos franqueados. A interatividade destas áreas durante o processo de seleção dos modelos assegura que os produtos que serão comercializados terão maior apelo e assertividade junto ao público consumidor.

Nos últimos anos, a Companhia obteve importantes avanços em redução de custos, com um processo mais inteligente de aproveitamento de construções-base para manufatura do sapato. A partir de 2012, a Arezzo&Co passou a utilizar uma ferramenta chamada CNC, (Computer Numerical Control) que permite a redução do desperdício de insumos, aumentando a velocidade da confecção e garantindo a manutenção da exclusividade e qualidade das peças desenhadas. Ainda em 2012, a Companhia teve como destaque a criação da materioteca, um espaço de 1000 m² onde a cadeia de fornecimento de matéria prima é abastecida com novos produtos desenvolvidos diariamente e com prioridade na escolha dos mesmos pelos estilistas da Companhia. Foi desenvolvido também, em laboratório químico, um acabamento no solado Ecco, um grande diferencial da marca, que agrega grande valor nos produtos da marca Arezzo. A automatização da modelagem, em que 100% dos modelos são desenvolvidos no sistema CAD (*Computer Aided Design*) CAN (*Computer Aided Numerical*), e as amostras são confeccionadas em maquinário automático. A Companhia implantou, também na área de pesquisa e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

desenvolvimento, o sistema SENDA (*Sistema de Engenharia de Dados*), em que é feito todo o cadastramento de produtos, controles de estoques de materiais e produção de amostras.

Processo de produção

Uma parte da produção da marca Schutz e a totalidade das marcas Alexandre Birman, Owme e Fiever é realizada em fábricas próprias, no parque industrial localizado na cidade de Campo Bom, no estado do Rio Grande do Sul, que tem capacidade de produção de mais de um milhão de pares por ano. O restante do processo produtivo, para todas as marcas, caracteriza-se pelo sistema de compra e venda, sendo os produtos adquiridos prontos de fábricas independentes. As fábricas são escolhidas pelo agenciamento interno, um setor do *sourcing*, e também por empresas externas especializadas no agenciamento de negócios, que avaliam a capacidade produtiva e o atendimento da encomenda de acordo com a especificidade do calçado e padrões técnicos de qualidade.

A Companhia desenvolve os modelos que serão comercializados, confeccionando internamente uma peça (amostra). Tal amostra, após aprovada, é enviada às fábricas independentes que produzem os itens seguindo as especificações técnicas da peça piloto e as quantidades estabelecidas. O processo produtivo desenvolvido no parque industrial de Campo Bom utiliza tecnologia de última geração, possibilitando a rápida entrega de grande volume de produtos, com elevado padrão de qualidade. A tecnologia utilizada propicia maior eficiência porque eleva a produtividade, minimiza o desperdício de matéria-prima e permite melhor controle de custos. Para manter essa tecnologia, são realizados investimentos tanto no parque fabril, com a aquisição de equipamentos e modernização da estrutura, quanto no treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores.

A Companhia trabalha regularmente para aumentar a eficiência de suas operações. As iniciativas adotadas para que isto ocorra são: (i) antecipar os pedidos para diminuir a capacidade ociosa de seus fornecedores; (ii) implementar melhorias de forma contínua de modo a aprimorar iniciativas já em curso visando maior eficiência na operação e (iii) trabalhar regularmente para a redução de seus custos comerciais e administrativos.

Receita Bruta por canal - em R$ mil	**2016**	**A.V.% (1)**	**2017**	**A.V.% (1)**	**2018**	**A.V.% (1)**
Franquias	686.334	44,2%	748.055	44,6%	831.365	44,6%
Lojas próprias	301.315	19,4%	298.692	17,8%	298.706	16,0%
Lojas Multimarcas	303.661	19,5%	343.749	20,5%	384.272	20,6%
Web Commerce	108.080	7,0%	128.973	7,7%	162.640	8,7%
Mercado externo	152.139	9,8%	154.465	9,2%	186.900	10,0%
Outros (2)	2.618	0,2%	4.939	0,3%	1.885	0,1%
Total	**1.554.147**	**100,0%**	**1.678.873**	**100,0%**	**1.865.768**	**100,0%**

(1) Análise vertical. que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita no mesmo período.

(2) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

b. características do processo de distribuição

A Companhia possui um modelo de distribuição diferenciado, por meio de lojas franqueadas, lojas próprias, lojas multimarcas e *web commerce*, permitindo uma abrangência nacional e forte capacidade de crescimento de suas marcas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 44,6% das vendas brutas consolidadas resultaram das franquias, 16,0% das lojas próprias, 20,6% resultaram de vendas para clientes multimarcas, 8,7% vieram do canal *web commerce*, 10,0% de exportação e 0,1% de outras receitas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 628 franquias em território nacional que geraram uma receita bruta de venda de mercadorias e serviços de R$831,4 milhões neste período.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- As franquias da Companhia são lojas mais adaptadas às necessidades dos locais onde estão situadas e são favoráveis à expansão da rede de distribuição. Além disso, a Companhia possui 6 franquias no exterior. As lojas próprias estão localizadas de forma estratégica e visam, principalmente, o aprimoramento do conhecimento sobre o varejo, bem como a execução de testes e projetos piloto. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 45 lojas próprias nacionais e um canal web commerce que geraram uma receita bruta de venda de mercadorias e produtos de R$298,7 milhões e R$162,7 milhões, respectivamente. Para informações adicionais, veja o item 10 deste Formulário de Referência.

- A venda da Companhia para as lojas multimarcas alcança todo o território nacional. O cliente é atraído principalmente nas feiras nacionais do setor de calçados que ocorre de duas a três vezes ao ano, onde os lojistas fazem os seus pedidos que são, posteriormente, disponibilizados de acordo com cronograma previamente acordado. No período encerrado 31 de dezembro de 2018, os clientes multimarcas geraram uma receita de venda de mercadorias e serviços de R$384,3 milhões no mercado doméstico.

Para atender às necessidades dos canais de distribuição (Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas, web commerce e exportação), a Companhia tem estruturado um centro de distribuição com 8.400m², estrategicamente localizado na cidade de Campo Bom, no Estado de Rio Grande do Sul e um centro de distribuição, de 7.400m², na cidade de Cariacica, no Estado do Espírito Santo. São nestes locais que a Companhia recebe toda a compra de sapatos, bolsas e acessórios, entregue pelos fornecedores com cronograma previamente estabelecido via agendamento de entrega sistematizado. A partir destes centros de distribuição é possível atender toda a estrutura de franquias, *web commerce*, lojas próprias e clientes do varejo multimarcas.

As mercadorias produzidas pelas fábricas independentes, para as marcas Arezzo, Schutz e Anacapri, ou ainda pelas fábricas em Campo Bom, são encaminhadas para os centros de distribuição da Companhia, onde são submetidas a mais uma etapa do controle de qualidade, processamento, armazenamento e posterior entrega às lojas, sejam franquias, lojas próprias ou multimarcas. A Companhia utiliza transportadoras terceirizadas, contratadas para realizar a entrega de seus produtos do centro de distribuição para as lojas, por meio rodoviário. A Companhia não depende de nenhuma transportadora específica e tem facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. Além disso, possui apólice de seguro contra acidentes ocorridos durante o transporte de seus produtos.

Além de todos estes processos de distribuição, também elaboramos uma estratégia que é um centro de distribuição de menor porte, localizado na cidade de São Paulo. O local faz reposições dos calçados das marcas Arezzo, Schutz e Anacapri para as lojas próprias do grupo localizadas na cidade, atuando como um “pulmão” de estoque, aumentando assim a disponibilidade e consequente assertividade dos produtos.

Após a entrega do produto, é elaborado, em conjunto com franqueados e lojistas multimarcas, o plano de comunicação e *marketing* para colocar os produtos em evidência.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

A Companhia possui vasta cobertura geográfica, estando presente em todos os Estados do território nacional. Em dezembro de 2018 possuía 634 franquias, sendo 628 no Brasil e 6 no exterior (3 em Portugal, 2 na Bolívia e 1 no Paraguai) e 45 lojas próprias no Brasil e 6 lojas nos Estados Unidos (2 Schutz e 1 Alexandre Birman em Nova Iorque, 1 Schutz e 1 Alexandre Birman em Miami e 1 Schutz em Los Angeles), além de estar presente em mais de 2.493 clientes multimarcas no Brasil e no exterior. Os cinco canais de distribuição dão cobertura nacional e conferem à Companhia *expertise* para entender as particularidades operacionais de cada região do país. A Companhia acredita ser capaz de identificar os comportamentos da concorrência, as preferências dos clientes e o perfil de renda de cada região do País.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A estratégia interna para atender os canais de distribuição é a manutenção de um centro de distribuição de mercadorias e produtos atualmente localizado no Rio Grande do Sul, e de outro localizado no Estado do Espírito Santo, pois dessa forma é possível controlar os pedidos de mercadorias e produtos feitos pelas lojas próprias, franquias, multimarcas, *web commerce* e exportação. A Companhia trabalha com um sistema de logística que permite receber os pedidos dos canais e atendê-los em um *transit time* médio de uma semana.

Para fortalecer a identificação das marcas pelos consumidores e atrair novos clientes, todas as franquias e lojas próprias contam com o mesmo *layout* e disposição de produtos. Em decorrência disto, é possível ter vantagens competitivas para adaptar os produtos e lojas ao público-alvo de cada região do País. Adicionalmente, a Companhia acredita que sua presença nacional maximiza sua rentabilidade, pois aproveita os ciclos econômicos de cada região do País.

Principais estratégias de marketing

A Companhia conta com uma eficiente estratégia de *marketing,* que envolve a constante presença das marcas na mídia especializada por meio da vinculação da marca a artistas em destaque no momento e a criação de lojas *flagship.* Adicionalmente, as lojas passam por três ambientações anuais e estão constantemente apresentando novos produtos, de modo a causar experiências de compras únicas aos seus clientes. A Companhia realiza o treinamento constante de seus vendedores e coordenadores por meio do AIR, ferramenta de aprendizagem online, que permite o desenvolvimento das habilidades dos colaboradores da Companhia, por meio de uma metodologia inovadora, que integra diversas mídias e canais, potencializando a capacitação das equipes nas diferentes áreas.

A marca Arezzo está constantemente presente entre os principais canais da mídia brasileira durante todo o ano. Nos últimos anos, marca Arezzo tem apresentado um expressivo crescimento da presença nas redes sociais; no Instagram a Arezzo já conta com mais de 4 milhões de seguidores, com ótimas taxas de engajamento. Os últimos anos também foram marcados pela parceria da marca com a uber modelo Gisele Bundchen, estrela de todas as campanhas. A Companhia utiliza como estratégia de *marketing* da marca Arezzo a vinculação dos produtos aos formadores de opinião, utilizando os principais artistas/atrizes da atualidade em suas campanhas. Produz catálogos de produtos de cada nova coleção. Os catálogos contêm todos os produtos que serão comercializados, organizando-os de acordo com as últimas tendências da moda e de estilo. Como estratégia de marketing, disponibiliza os catálogos dos produtos nas franquias, nas lojas próprias e nos clientes multimarcas, assim como os às clientes finais.

Destaca-se também a atuação nas mídias digitais através de ações constantes em diversas redes sociais, tais como: Facebook, Instagram e Twitter, assim como diversos websites e blogs de moda, além da participação ativa das *digital influencers*. Em especial, a Arezzo e a Schutz se destacaram entre as principais marcas do setor de moda, em comunicação e engajamento com os clientes nas redes sociais, aliado a investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de levar às suas clientes o produto certo, no preço certo na hora certa. O trabalho digital estimulou que o grupo começasse, em agosto de 2011, através da Schutz, uma iniciativa de *web commerce* que é feita em uma plataforma própria e extremamente coordenada com o trabalho de comunicação digital incrementando o potencial de vendas da marca. Em 2015 essa plataforma foi estendida para as marcas Arezzo, Anacapri e Fiever. Nos anos de 2017 e 2018, a Alexandre Birman e OWME também lançaram suas plataformas. No final do ano de 2017, o *web commerce* representava cerca de 7,7% do faturamento do mercado interno da Companhia.

Além disso, a marca Schutz vem fortalecendo presença nos pontos mais premium das principais praças do Brasil onde realiza diversas ações de CRM em suas lojas monomarca, estimulando a assiduidade das clientes em cada novo lançamento de coleção. Isso tudo é aliado a um trabalho contínuo para veiculação da marca e dos produtos nas principais revistas de moda do país, seja em iniciativas de propaganda seja em editoriais de moda.

Ainda dentro da estratégia de marketing da Companhia, foram instaladas lojas flagship em locais estrategicamente localizados nas principais capitais brasileiras, como, por exemplo, as lojas flagship das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Fiever na Rua Oscar Freire, em São Paulo, uma das ruas mais luxuosas do Brasil. Assim como a loja flagship da Schutz em Ipanema, no Rio de Janeiro, as lojas Arezzo, Schutz e Alexandre Birman, no Shopping Iguatemi São Paulo, um dos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

shoppings mais importantes do País. A criação de lojas flagship tem como objetivo a consolidação e dar maior visibilidade para as marcas e fomentar as vendas das outras lojas próprias, das lojas franqueadas e dos clientes multimarcas.

(ii) condições de competição nos mercados

Segundo dados do Banco Mundial e do IBGE, o Brasil é o quinto maior país do mundo em área e o maior da América Latina em área e população, com mais de 209 milhões de habitantes, dentre os quais mais de 50% são mulheres. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de R$6,8 trilhões em 2018, um aumento de 1,1% em relação a 2017 (IBGE). Durante os anos de 2014 a 2016 a economia sofreu uma forte desaceleração, passando do crescimento de 0,5% do PIB em 2014, para o uma forte queda de 3,5% em 2015 e apresentando no ano de 2016 mais uma queda de 3,5%.

Setor Varejista Brasileiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o grupo de atividades do comércio varejista apresentou crescimento médio da receita nominal de vendas no acumulado ano de 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o volume de vendas, houve um aumento de 2,2% no acumulado do ano sobre 2017. Dentre os grupos de atividades do comércio varejista brasileiro, o segmento de tecidos, vestuário e calçados apresentou um crescimento no acumulado do ano de 4,5% em receita nominal e queda de -1,6% em volume de vendas, segundo o IBGE.

Esse aumento volume de vendas pode ser explicado principalmente pela combinação de diversos fatores, dentre os quais estão o maior poder de compra da população seguida pela queda da inflação e da taxa de juros no Brasil. No entanto, o crescimento da receita nominal de vendas no comércio varejista pode ser evidenciado pela expansão do número de shopping centers no Brasil.

Segundo dados da Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE, o faturamento de shopping centers no Brasil cresceu 6,5% em 2018 em relação a 2017, atingindo R$178,7 bilhões no período. Os shopping centers, recebendo um fluxo médio de 490 milhões de visitantes mensais, estão entre os principais destinos para compras dos consumidores da classe A/B e consumidores urbanos brasileiros, pois são capazes de concentrar, de maneira conveniente e em um único estabelecimento, uma variedade de produtos que atendem a diversos interesses, além de oferecerem segurança, facilidade de acesso, estacionamento e outros serviços associados que são altamente valorizados por estes consumidores.

Setor de Calçados Femininos Brasileiro

O segmento de calçados femininos representou 63% do total da produção nacional de calçados em 2018, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados. O segmento de tecidos, vestuário e calçados, registrou impacto negativo no resultado anual do volume de vendas do varejo, com uma variação de negativa de 1,6% em relação ao ano anterior, segundo o IBGE. Em 2018, as importações de pares chegaram a 26,6 milhões de pares por US$ 348 milhões, números superiores 11,8% em volume e de 2,2% em valor (medido em dólares) na comparação com 2017. A fim de evitar a prática de *dumping*, o governo brasileiro impôs, em 2009, uma tarifa *antidumping* de US$12,47 para cada par de calçado importado da China, passando para US$13,85 para cada par em 2010, com validade de cinco anos, renovada em março de 2016 passando para US$10,22. No exercício de 2018, o valor permaneceu o mesmo. As tarifas *antidumping* foram impostas com o intuito de proteger a indústria manufatureira brasileira de calçados contra uma eventual importação em massa de calçados de países que possuem um baixo custo de produção, como por exemplo, a China. A tarifa *antidumping* veio a reforçar a tarifa vigente de 30% já aplicada a importação de calçados em geral. As elevadas tarifas *antidumping* costumam ser mais efetivas nas indústrias que tem como característica processos produtivos mais longos e menos fragmentados. O segmento industrial com o processo de produção mais curto, com a rápida distribuição de produtos, como é o caso da Companhia, raramente é afetado pelos produtos importados, já que o ciclo de venda dos produtos é menor, o que favorece a produção local em detrimento do produtos importados, que levam mais tempo para chegar ao país.

Setor Varejista de Calçados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado varejista de calçados femininos brasileiros é marcado pela predominância de empresas familiares, tendo em vista que as grandes marcas internacionais encontram barreiras para se estabelecer no país, em virtude das particularidades de cada região e elevados impostos de importação incidentes sobre os produtos estrangeiros.

A concorrência é fragmentada regionalmente, e a Companhia acredita apresentar uma proposta singular, por incluir desde calçados casuais até pares de luxo para mulheres de faixa etária entre 15 e 65 anos, além de bolsas, cintos e acessórios. Nos diversos segmentos de produtos, com os quais a Companhia disputa clientes e pontos para instalação de lojas, é possível citar como principais concorrentes as seguintes marcas de calçados e assessórios femininos: Luiza Barcelos, Dumond, Capodarte, Corello, Carmen Steffens, My Shoes e Santa Lolla.

Além das grandes redes de lojas, compõem o setor varejista de calçados no Brasil pequenas empresas e lojas varejistas locais, que, de modo geral, carecem de escala, fornecedores e eficiência operacional. Compõem também este mesmo setor os atacadistas, os hipermercados, as lojas de departamento e as lojas especializadas, entre outros, esses focados em classes B-, C e D.

O segmento de lojas especializadas em calçados femininos no Brasil compõe-se de um grande número de pequenas e médias empresas, inclusive familiares. Caracteriza-se pela ampla presença de competidores nacionais, tendo em vista que a concorrência internacional é, em parte, limitada em razão de fatores como logística, inerente ao processo de produção, e a tributação sobre a importação de calçados estrangeiros e ainda a adaptação dos produtos estrangeiros ao gosto local. Mesmo assim, em razão da relevância do mercado brasileiro nesse segmento, algumas companhias estrangeiras já chegaram a iniciar suas operações no país.

Setor Industrial de Calçados Brasileiro

Em 2018, as exportações totalizaram 113,5 milhões de pares e receita de US$ 976 milhões, 10,5% menor do que em 2017. O setor de calçados brasileiro tem como principais concorrentes os produtos importados, sobretudo os produtos da China. Tendo em vista que toda a produção da Companhia é voltada para o abastecimento de franquias, lojas próprias e clientes multimarcas, a Companhia não sofre competição no setor industrial de calçados. De fato, a maior competição nesse setor pode beneficiar a Companhia na medida em que 91% dos calçados vendidos a seus canais de distribuição são produzidos por fornecedores independentes.

Na produção de calçados em geral, pode ser encontrada uma grande diversidade de empresas, em termos de faturamento, especialização e participação no mercado, resultando em uma forte heterogeneidade produtiva. Essa heterogeneidade é relevante para o padrão de concorrência da indústria de calçados, possibilitando a segmentação do mercado, com atuação de empresas de diversos portes e estimulando o surgimento de empresas especializadas em determinadas etapas do processo produtivo, que se tornam fornecedoras em etapas específicas da produção.

A produção de calçados no Brasil teve origem no Rio Grande do Sul, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1824, à região conhecida atualmente como Vale dos Sinos. Tal região é voltada primordialmente para a produção de calçados femininos, sendo os polos masculinos e infantil localizados no Estados de São Paulo.

Segundo a Abicalçados, o setor calçadista brasileiro conta com cerca de 8 mil empresas calçadistas distribuídas, em sua maioria, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País, e constituía um dos setores que mais gerava empregos, com aproximadamente 290 mil empregos diretos no País.

d) eventual sazonalidade

O setor de calçados é sensível às estações do ano e às tendências da moda. Em geral, os produtos têm vida útil de seis meses. O volume maior de vendas de calçados se concentra no segundo semestre do ano, período em que há maior número

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de lançamentos de produtos, em razão das festas de final de ano e férias escolares, que abrangem os meses daquele período.

Em termos percentuais, o segundo semestre do ano é responsável por aproximadamente dois terços das vendas do setor (tanto industrial como varejista). No Brasil isso ocorre porque nos primeiros meses do ano, além da necessidade de fazer um balanço financeiro sobre os gastos realizados com as festividades do ano que terminou, os consumidores também precisam alocar parte de sua renda para gastos sazonais como pagamentos de impostos, mensalidades escolares, material escolar, IPTU, IPVA. Esses gastos comprometem a renda disponível e, portanto, reduzem o consumo por bens semiduráveis.

A sazonalidade em relação à oferta, ou seja, a produção de calçados e artigos de couro apresenta-se acima da média, mesmo que modestamente, a partir do mês de julho, prolongando-se até novembro. Nesse período, a indústria produz mais com a finalidade de abastecer o comércio, que começa a gerar estoque para o fim de ano e o período de festas, que aumenta a demanda pelo produto.

A sazonalidade da demanda, ou seja, do consumo, aponta um volume de vendas acima da média nos meses de maio, junho e dezembro para o setor de tecidos, vestuário e calçados. No mês de maio, em decorrência do dia das mães, em junho devido ao dia dos namorados e em dezembro em virtude das festas de final de ano e das férias. É nesse período que o consumidor tem maior renda disponível por conta de recebimento de bonificações, décimo terceiro salário, férias de verão, e, portanto, a demanda por produtos do setor de vestuário, tecidos e calçados aumenta.

Em 2018, o volume total de vendas da Companhia foi de mais de 13,5 milhões de pares de calçados e 1,5 milhões de bolsas.

e) principais insumos e matérias-primas

Couro;

A fabricação de calçados sempre teve como principal matéria-prima o couro. Atualmente, com a escassez de couro natural, as indústrias de calçados estão parcialmente substituindo essa matéria-prima por materiais sintéticos, naturais, entre outros, tais como: borracha, plástico, papel, cortiça, Etil Vinil Acetato (EVA), espumas, fibras, tecidos, etc. Contudo, o couro ainda tem maior representatividade na produção, e o seu processamento faz parte da primeira etapa produtiva, que é feita nos curtumes.

Dentre os vários tipos de couro, o mais utilizado é o bovino, por ser mais versátil. Essa preferência na utilização se dá em virtude da grande oferta e das várias espessuras que o couro bovino possui. Nos demais calçados, utilizam-se couros de cabra, carneiro, bezerro, répteis (cobra, lagarto, crocodilo), dentre outros. O Brasil é grande produtor de couro, possuindo um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. As empresas de curtume apresentam maior grau de dispersão, não apresentando concentração onde há maior criação e abate de animais.

ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Conforme informado no item 7.3.(e.i), o setor calçadista brasileiro é composto por uma ampla variedade de fornecedores de matérias-primas, máquinas e componentes. Nesse sentido, o fornecimento dos insumos e matérias-primas e produtos é realizado de forma pulverizada, de modo que a Companhia não depende de nenhum fornecedor individual para exercer suas atividades.

iii) eventual volatilidade de seus preços.

A estrutura de custos da Companhia é basicamente composta por aquisição de sapatos para revenda e aquisição de matérias primas, tais como couro, plástico, borracha, tecidos e solado injetado. Assim, uma pequena oscilação no preço das matérias-primas utilizadas na produção de calçados pode representar uma considerável elevação no preço final do

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produto. A oscilação no preço do couro afeta a demanda e, portanto, o desempenho do setor como um todo. Os produtos relacionados à indústria petroquímica, como plástico e borracha, têm seu preço atrelado ao dólar e, portanto, exerce considerável influência nos custos do setor calçadista.

Outra importante fonte de custos decorre da dependência de utilização intensa da mão de obra, que é responsável por cerca de 30% do custo total da produção. Em virtude desse percentual representativo na estrutura de custos, as empresas estão migrando suas fábricas, ou parte delas, para regiões onde a mão de obra é mais barata.

Outra fonte de gastos é a criação e desenvolvimento de produtos (P&D), bem como a publicidade e propaganda dos produtos e marcas. Em um mercado competitivo como o de calçados, a publicidade, juntamente com a tecnologia e o valor agregado, é fundamental para se alcançarem bons resultados. Além disso, os produtos lançados no mercado têm duração de aproximadamente seis meses, em virtude da renovação das coleções (Outono-Inverno e Primavera-Verão). Dessa forma, tais gastos são recorrentes na estrutura de despesas da Companhia. Moedas estrangeiras, principalmente o dólar, também têm grande influência no setor calçadista, dado a exportação e, portanto, na Companhia. A valorização da moeda nacional aumenta o preço dos produtos no exterior, reduzindo a competitividade da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 9,2% da receita bruta da Companhia resultou do mercado externo, sendo que 57% é referente à operação direta nos EUA e 43% às exportações para o resto do mundo. Por outro lado, quanto maior a valorização do real frente ao dólar, e por períodos prolongados, menor será o custo para importar, o que pode impactar a competitividade da Companhia no futuro por conta dos preços mais vantajosos dos produtos importados. Atualmente, a Companhia acredita não competir diretamente com nenhum fabricante de calçados internacional.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) montante total de receitas provenientes do cliente;

A base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos seus clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não aplicável, pois a Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Arezzo possui as autorizações necessárias para o funcionamento de uma empresa que atua na fabricação e comércio de calçados e vestuário, e mantém auditoria que avalia, por amostragem, a conformidade e a validade das autorizações.

As unidades de produção da Companhia possuem licenças de operação emitidas pelo órgão ambiental competente, para as atividades de fabricação de calçados e licenças governamentais para manuseio de algumas das matérias primas especiais, como pele de animais (IBAMA).

A Companhia mantém procedimentos específicos para a identificação e avaliação de requisitos legais aplicáveis às suas atividades nas esferas Federal, Estadual e Municipal, de forma que todas as exigências emanadas da administração pública possam ser atendidas.

b) política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e outras práticas ambientais.

A Companhia tem desenvolvido práticas de preservação e de conscientização em relação aos recursos naturais ao longo dos anos.

Como a responsabilização ambiental é objetiva e solidária entre poluidores diretos e indiretos, as sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas à Companhia, mesmo nos casos em que o dano não tenha sido diretamente causado por ela ou suas controladas. A Companhia está ciente das suas responsabilidades e, em razão disso, é diligente nas atividades realizadas para preservar o meio ambiente, observando a legislação brasileira sobre o tema:

b.1) a Companhia adota práticas de controle preventivo e, constantemente, investe em ações visando minimizar os impactos gerados, seja por meio do tratamento de efluentes, seja por meio da destinação adequada dos resíduos sólidos.

b.2) a Companhia também exige dos seus fornecedores, como curtumes, fabricantes de matérias primas e ateliês, a manutenção e apresentação de todos os registros e licenças ambientais pertinentes, bem como a participação em auditorias documentais e físicas de forma periódica.

b.3) a Companhia obtém as licenças ambientais necessárias às suas operações, bem como o registro e licenciamento de matérias primas especiais, como peles de animais, perante o IBAMA;

A Arezzo&Co adota como princípio o cumprimento integral das leis e toda regulamentação a que está sujeita, e preza pelo uso parcimonioso dos seus recursos e insumos.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Segundo o ranking BrandZ Brasil Top 60*,* elaborado pelas consultorias Kantar e WPP, a marca “Arezzo” foi uma das 60 marcas mais valiosas do Brasil nos anos de 2017 e de 2018. Ainda, ao analisar este ranking, vislumbra-se que “Arezzo” foi uma das 05 marcas que mais cresceu no ano de 2018.

Para proteger o seu patrimônio intangível, a Companhia requer e mantém o registro das marcas essenciais para o exercício de suas atividades, como “Arezzo&Co”, “Arezzo”, “Anacapri”, “Alexandre Birman”, “Schutz” e “Fiever”; e no ano de 2018 apresentou pedido de registro da sua 6ª marca, “Owme” (mais informações apresentadas no item 9.1 deste formulário).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía sob sua titularidade 130 marcas no Brasil, registradas ou em processo de registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); e 198 pedidos e/ou registro de marca no exterior.

Além da sua propriedade industrial, a Companhia também depende de suas franquias, com quem formalizou contratos de *royalties*. No ano 2018 haviam 634 franquias ativas, adicionando 2.753 m² de área de vendas, totalizando 43.965 m² de área de vendas.

Os riscos de perda dessa estrutura resultam em: (i) na questão de marcas, na hipótese de perda do(s) registro(s) ou a distintividade dos signos, a imagem da Companhia sofrerá prejuízos significativos e haverá dificuldade dos produtos serem reconhecidos e diferenciados pelo consumidor; (ii) em relação a perda do seu relacionamento com franqueados, a Companhia sofrerá prejuízos financeiros, haja a vista a diminuição na arrecadação dos *royalties*; (iii) em relação as licenças, mencionadas nos itens acima, na hipótese de perda, serão as operações da Companhia que sofrerão prejuízos.

Desta maneira, a Companhia administra estes itens de forma que haja a preservação da referência e de valor dos seus produtos, visto que é dependente de marcas, licenças, franquias e de contratos de *royalties* para desenvolver plenamente as suas atividades.

A Companhia não depende de concessões ou de patentes.

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia;

Em 31 de dezembro de 2018, nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R$1.678,9 milhões, representando 90,0% do montante faturado no período.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

Nossas exportações são direcionadas a diversos países de todos os continentes do mundo e a receita de venda de mercadorias e serviços com relação ao mercado externo representa 10,0% do faturamento. Além disso, exportamos nossos produtos para um grande número de países, sendo que os EUA possuem maior relevância, representando 65% do faturamento proveniente do mercado externo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita bruta de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R$ 186,9 milhões, representando aproximadamente 10,0% do montante faturado pela Companhia no período. Ainda, segue abaixo tabela indicativa da receita bruta atribuída a cada um dos países com relevância na receita da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Países	**Receita (R$ mil)**	**% Receita bruta de países estrangeiros**
Estados Unidos da América	121.819.713	65,2%
Portugal	11.661.068	6,2%
China	5.975.458	3,2%
Reino Unido	4.125.811	2,2%
Emirados Árabes Unidos	3.337.616	1,8%
Outros	39.978.334	21,4%
Total Receita Bruta	**186.898.000**	**100,0%**

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R$186,9 milhões.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia opera com as marcas Schutz e Alexandre Birman nos Estados Unidos, o que representava 6,4% do faturamento em 2018.

No país, a Arezzo&Co segue toda a regulamentação aduaneira, tributária, comercial e ambiental do país. Alterações nas regulamentações podem impactar as vendas nos Estados Unidos.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

A companhia divulga informações ambientais e sociais em seu relatório anual, disponível no site www.arezzoco.com.br a partir de 2019. A metodologia para realização de projetos de sustentabilidade está baseada na matriz de materialidade, em que foram listadas oito iniciativas prioritárias em toda sua cadeia de valor. A organização das informações disponíveis é inspirada na metodologia GRI. Dentre as principais realizações de 2018 destacam-se a implementação de parceria para compensação de reciclagem, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), totalizando 511 toneladas de resíduos reciclados no ano de 2018.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que as suas principais vantagens competitivas são:

Marcas líderes e amplamente reconhecidas no setor brasileiro de calçados femininos. A presença estabelecida ao longo dos mais de 47 anos no mercado brasileiro de moda feminina conferiu ao portfólio das marcas posição de liderança, com grande aceitação pelos mais diversos públicos e faixas etárias, resultando em um alto nível de fidelização dos clientes. As marcas "Arezzo", "Schutz", "Anacapri", "Alexandre Birman", "Fiever" e "OWME" seguem estratégias e visam alcançar públicos distintos, sem competição direta entre si. Adicionalmente, a Companhia possui equipes de comunicação e desenvolvimento internas que, em conjunto com os conhecidos *experts* mundiais em propaganda e publicidade, nos auxiliam na preparação de campanhas publicitárias, tecnologia e exposição de produtos, ambientação de lojas e demais fatores que nos auxiliam a posicionar as marcas como líderes no segmento em que atuam. Ainda como parte da estratégia de fortalecimento das marcas, a Companhia participa tradicionalmente da Francal e da Couromoda, principais feiras do setor calçadista no Brasil, enquanto a marca "Alexandre Birman" é presença constante na FFANY – *Fashion Footwear Association of New York*, importante evento de calçados mundial que acontece na cidade de Nova Iorque.

Pesquisa & Desenvolvimento ("P&D") de coleções interno e modelo de suprimento ágil. A Companhia possui um modelo de negócio flexível, no qual a equipe de P&D e estrutura de suprimentos estão preparadas para disponibilizar às lojas de quinze a vinte novas coleções ao longo do ano, cujos produtos são semanalmente disponibilizados nos pontos de venda, o que permite que sempre haja novidades nas lojas, estimulando, assim, a frequência de visita dos consumidores (*fast fashion*) e a compra por desejo / impulso. Isso é possível porque as coleções são desenhadas e prototipadas internamente, reduzindo o ciclo de P&D do produto. Além disso, contamos com um eficiente modelo de produção e fornecimento, no qual determinados produtos são produzidos internamente e cuja grande maioria é comprada de uma série de fábricas / fornecedores independente, escolhidos e homologados pela Companhia. Tais fornecedores encontram-se próximos ao principal centro de produção, estrategicamente localizados no Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul - maior *cluster* calçadista mundial.

Presença destacada em todos os Estados do Brasil. A Companhia possui vasta cobertura geográfica, estando presente em todos os Estados do território nacional por meio de franquias, lojas próprias e lojas multimarcas, além de possuir 6 franquias e 6 lojas próprias internacionais, conforme apurado em 31 de dezembro de 2018. A cobertura nacional confere amplo conhecimento e experiência quanto às particularidades em operar em diversas regiões do Brasil, tais como concorrência, preferências e características da população de cada região, o que a Companhia acredita propiciar um crescimento consistente em todas as regiões. Adicionalmente, todas as lojas próprias e franquias contam com o mesmo visual, facilitando a identificação da marca e atraindo novos clientes. Por isso, a Companhia entende que possui vantagens competitivas para adaptar os produtos e lojas ao público-alvo de cada região. Adicionalmente, a Companhia acredita que a presença nacional maximiza a rentabilidade, pois é possível aproveitar os ciclos econômicos de cada região do País.

Eficiente modelo de gestão de franquias. De 2004 a 2009 e em 2011, a Arezzo foi considerada a melhor franquia de vestuário, calçados e acessórios do Brasil. Em 31 de março de 2018, contava com 628 franquias em território nacional. A Companhia proporciona aos franqueados todo o suporte necessário para a comercialização dos produtos e fidelização dos clientes além do treinamento constante de vendedores e coordenadores, os quais são direcionados a aprimorar suas técnicas de venda e conhecimento sobre os produtos, aumentando a conversão de visitas às lojas em vendas. A Companhia acredita que o modelo de gestão de franquias adotado é eficiente e permite um saudável e sólido relacionamento com os franqueados. Adicionalmente, a Companhia tem apresentado, historicamente, índice de inadimplência dos franqueados

7.9 - Outras Informações Relevantes

extremamente baixo. A Companhia acredita que tais condições, em conjunto, coloca a Arezzo&Co em uma posição de vantagem com relação aos demais *players* do setor.

Forte geração de fluxo de caixa e modelo asset light. A Companhia tem gerado sólidos fluxos de caixa de modo recorrente, o que nos permitiu dar suporte ao forte crescimento registrado nos últimos anos, com alta conversão do EBITDA em Fluxo de Caixa Livre. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, o Fluxo de Caixa Livre antes do pagamento de juros e de obrigações fiscais parceladas foi de, respectivamente, R101,7 milhões, R$ 173,9 milhões e R$ 112,8 milhões. O modelo de negócios, adotado pela Companhia, de baixo capital investido por possuir apenas 10% da base de lojas próprias e 10% do volume produzido através de fábricas próprias, contribuiu para um retorno sobre o capital investido (ROIC) de 29,2%, 27,4%, 21,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 respectivamente.

Administração experiente. A Administração é composta por um dos acionistas controladores/fundadores e por administradores profissionais, aliando um profundo conhecimento do setor varejista de calçados e acessórios femininos a uma visão empresarial clara e experiente, favorecendo um processo ágil de tomada de decisão.

Estratégias

Continuar a expandir a base de lojas no Brasil e aumentar a conversão das vendas. A Companhia acredita haver oportunidades significativas de expansão da base de lojas no Brasil, por meio da abertura de novas franquias e lojas próprias das marcas mais recentes, além da expansão das vendas por meio de clientes multimarcas. A expansão da venda das mesmas lojas (*Same Store Sales* – “SSS”) também é importante *driver* para o crescimento de nossa receita, bem como o crescimento de nosso canal web-commerce.

Alavancar vendas por meio do investimento contínuo nas marcas. A Companhia pretende fortalecer as marcas Arezzo e Schutz e incrementar a presença das marcas Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Owme fortalecendo suas vendas no mercado brasileiro e internacional. Desta maneira, a Companhia pretende investir de forma contínua na construção e consolidação do *branding* para aumentar ainda mais a demanda por seus produtos e a fidelidade de seus clientes. Além disso, continuará propiciando aos franqueados todo o suporte necessário (e atualmente disponibilizado) para a padronização da rede de lojas monomarca, que inclui reformas.

Investimento na operação internacional. A Companhia acredita que o mercado norte-americano oferece oportunidade relevante para as marcas Schutz e Alexandre Birman, que contarão com a abertura de novas lojas próprias, expansão no canal *wholesale* e *web-commerce*. Além disso, a operação de exportações também é um importante driver de crescimento internacional, principalmente através das marcas Arezzo, Schutz, Alexandre Birman.

Aumento da produtividade e eficiência operacional*.* A Companhia acredita que a continuidade do crescimento possibilitará um aumento em economia de escala, o que resultará em diluição de custos fixos e, consequentemente, uma maior produtividade e eficiência operacional. Além de projetos de acurácia de estoques, redução de *lead time* e *squad* de *BI*.

Avaliar oportunidades de aquisições estratégicas complementares no segmento de atuação. A Companhia monitora constantemente o setor de varejo de calçados e acessórios feminino brasileiro e externo e analisa potenciais aquisições que alinhem estratégias complementares ao seu negócio, buscando oportunidades de aquisições de empresas com potencial de crescimento foco no público feminino, boas métricas operacionais, sinergias com a operação atual e que possam contribuir para o crescimento dos negócios e do resultado.

Ampliar a oferta de produtos. A Companhia continuará a gerir o *mix* de produtos de forma a criar uma experiência de compra diferenciada para os clientes. A Companhia acredita haver diversas oportunidades para continuar expandindo a oferta de produtos em outras categorias, tais como bolsas, óculos e acessórios em geral, complementando assim a linha atual.

7.9 - Outras Informações Relevantes

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionadas com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não aplicável. Todas as informações relevantes referentes ao presente item já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

ATIVOS RELEVANTES

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1(a) a 9.1(c) abaixo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório (01 unidade)	Brasil	RS	Campo Bom	Alugada
Escritório (1 unidade)	Itália			Alugada
Centro de Distribuição (02 unidades)	Brasil	RS	Campo Bom	Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidade)	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Escritório (01 unidade)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja de rua (02 unidade)	Estados Unidos			Alugada
Centro de Distribuição (03 unidades)	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
Escritório (01 unidade)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidade)	Brasil	SC	Tijucas	Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidade)	Brasil	SP	São Roque	Alugada
Depósito (05 unidades)	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Depósito (01 unidade)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Depósito (02 unidades)	Brasil	SP	Itupeva	Alugada
Loja - Shopping Center (02 unidade)	Estados Unidos			
Escritório (01 unidade)	Estados Unidos			Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidade)	Brasil	GO	Alexânia	Alugada
Depósito (11 unidades)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório (02 unidades)	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Fábrica (03 unidade)	Brasil	RS	Campo Bom	Alugada
Loja de rua (05 unidades)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidade)	Estados Unidos			Alugada
Loja - Shopping Center (13 unidades)	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja de rua (02 unidades)	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Residencial (01 unidade)	Brasil	RS	Campo Bom	Alugada
Loja - Shopping Center (18 unidades)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja - Shopping Center (01 unidades)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja de rua (01 unidade)	Brasil	RS	Gramado	Alugada
Residencial (02 unidade)	Estados Unidos			Alugada
Loja - Shopping Center (02 unidades)	Brasil	SP	Itupeva	Alugada
Loja de rua (01 Unidade)	Estados Unidos			Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Anacapri (Internacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Franquias	1 Franquia Schutz no Rio Grande do Norte	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Anacapri em Rondônia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Anacapri no Espírito Santo	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Anacapri no Mato Grosso do Sul	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Anacapri em Santa Catarina	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Anacapri em Sergipe	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Anacapri no Amazonas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.
Franquias	4 Franquias Anacapri na Bahia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Marcas	Marca Alexandre Birman (Internacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.
Marcas	Marca Arezzo (Internacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Schutz (Internacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Franquias	4 Franquias Arezzo no Amazonas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Arezzo no Amapá	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	24 Franquias Arezzo na Bahia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	10 Franquias Arezzo no Distrito Federal	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Arezzo no Espírito Santo	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	7 Franquias Arezzo no Maranhão	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	8 Franquias Arezzo no Ceará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador o pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	14 Franquias Arezzo em Goiás	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	48 Franquias Arezzo em Minas Gerais	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	8 Franquias Arezzo no Mato Grosso do Sul	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	8 Franquias Arezzo em Mato Grosso	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	7 Franquias Arezzo no Pará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	7 Franquias Arezzo na Paraíba	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	16 Franquias Arezzo em Pernambuco	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	6 Franquias Arezzo no Piauí	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Franquias	25 Franquias Arezzo no Paraná	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	35 Franquias Arezzo no Rio de Janeiro	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	4 Franquias Arezzo do Rio Grande do Norte	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	6 Franquias Arezzo em Rondônia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Arezzo em Roraima	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	17 Franquias Arezzo no Rio Grande do Sul	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	20 Franquias Arezzo em Santa Catarina	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Arezzo em Sergipe	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	112 Franquias Arezzo em São Paulo	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Arezzo em Tocantins	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Arezzo em Portugal	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	4 Franquias Arezzo no Paraguai	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Marcas	Marca Arezzo&Co	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda de direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, qualificar os impactos desta hipótese.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Schutz (Nacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Franquias	2 Franquias Arezzo na Bolívia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
				Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz em Pernambuco	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz em Alagoas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz em Espírito Santo	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Schutz em Santa Catarina	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Schutz no Paraná	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	20 Franquias Schutz em São Paulo	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Schutz em Goiás	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Schutz em Minas Gerais	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Mato Grosso	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz no Ceará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz em Roraima	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz em Sergipe	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Franquias	4 Franquias Schutz na Bahia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz no Distrito Federal	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Schutz na Paraíba	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz no Mato Grosso do Sul	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz no Rio de Janeiro	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Schutz no Rio Grande do Sul	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz em Rondônia	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Amazonas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Maranhão	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Pará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Piauí	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	1 Franquia Schutz no Tocantins	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	15 Franquias Anacapri em Minas Gerais	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	15 Franquias Anacapri no Rio de Janeiro	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	59 Franquias Anacapri em São Paulo	5 anos	Descumprimento peloFranqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquia Anacapri no Ceará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	4 Franquias Anacapri no Distrito Federal	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	6 Franquias Anacapri em Goiás	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Anacapri no Mato Grosso	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Franquias	9 Franquias Anacapri no Paraná	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Anacapri no Maranhão	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Anacapri no Pará	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	3 Franquias Anacapri na Paraíba	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquia Anacapri em Pernambuco	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Anacapri no Piauí	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	2 Franquias Anacapri no Rio Grande do Norte	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Marcas	Marca Anacapri (Nacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marcas	Marca Alexandre Birman (Nacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marcas	Marca Arezzo (Nacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Fiever (Nacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marcas	Marca Fiever (Internacional)	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marcas	ZZ	10 anos (Renováveis)	Não estar em dia com as obrigações devidas ao INPI e demais órgãos competentes no registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do INPI ou falta de solicitação de renovação.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Franquias	2 Franquias Anacapri no Alagoas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Arezzo no Acre	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.
Franquias	5 Franquias Arezzo em Alagoas	5 anos	Descumprimento pelo Franqueado dos direitos e obrigações celebrados com o Franqueador.	Pagamento de valores devidos ao Franqueador e pagamento de perdas e danos, se houver.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Arzz International Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	61,520000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	23.512.724,83		
31/12/2017	371,430000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-8,070000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Plataforma de atuação da Companhia para negociações realizadas nos Estados Unidos da América. Além da controlada concentrar lojas próprias das marcas Schutz e Alexandre Birman nos EUA.

ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	07.900.208/0001-06	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista e varejista de calçados, demais artigos de couro e acessórios do vesturário em geral, bem como o comércio varejista de cosmético, inclusive importação e exportação, incluindo o comércio não presencial destinado ao consumidor final, pessoa física ou jurídica.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2018	14,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	184.442.542,06		
31/12/2017	11,610000	0,000000	0,00					
31/12/2016	9,360000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as lojas próprias nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina das marcas Arezzo, Anacapri, Schutz, Alexandre Birman, Fiever e OWME.

ZZEXP Comercial Exportadora S/A	24.670.430/0001-89	-	Controlada	Brasil	RS	Campo Bom	Aquisição de calçados, bolsas, cintos, artigos de vestuário e acessórios em geral, no mercado interno, com fim específico de exportação.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	74,040000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	30.158.737,63		
31/12/2017	295,100000	0,000000	0,00					
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades de exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
ZZSAP indústria e Comércio Ltda.	00.794.161/0001-02	-	Controlada	Brasil	RS	Campo Bom	Modelagem, fabricação e comercialização de sapatos, bolsas, cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, equipamentos pessoais para a prática de esportes e geral, inclusive importação e exportação; serviços de franchising e royalties, para outras empresas; e showroom.	99,990000

				Valor mercado		
31/12/2018	13,630000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	41.364.998,35
31/12/2017	10,420000	0,000000	0,00			
31/12/2016	5,690000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra fábrica para parte da produção das marcas Schutz, Fiever, OWME e Alexandre Birman em Campo Bom, Rio Grande do Sul.

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2018, 51 lojas próprias, sendo 45 no Brasil e 6 nos Estados Unidos (objetos de contrato de locação), das quais 41 estavam situadas em *shopping centers*. Os contratos de locação com *shopping centers* possuem prazos de cinco anos. Os contratos de locação referentes aos imóveis fora de shopping centers têm prazos que variam de um a dez anos. Adicionalmente, a Companhia possui alguns contratos de locação celebrados por prazos inferiores a 12 meses.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro é suficiente para as suas atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava caixa líquido (soma das disponibilidades e das aplicações financeiras deduzidas das obrigações financeiras) de R$124.383 mil, enquanto que em 2017, R$156.175 mil e em 2016, R$136.795 mil. Na mesma data, o patrimônio líquido era de R$711.342 mil, enquanto que em 2017, R$664.960 mil e em 2016, R$669.699 mil. Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava uma relação entre dívida de qualquer natureza e patrimônio líquido de 0,47, em 2017 de 0,58 e em 2016 de 0,35. Majoritariamente, a Companhia busca financiar suas operações com capital próprio ou capital de terceiros com linhas de crédito incentivadas, tendo em vista a geração de caixa apresentada nos últimos anos.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido, durante os últimos exercícios sociais, todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

Considerando o perfil de seu endividamento, o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, acredita-se ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acredita-se ter capacidade para contratá-los. Para informações adicionais sobre empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f).

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros com linhas de crédito incentivadas para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, nível de endividamento conservador quando comparado à posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à posição de caixa. Para informações adicionais a respeito de sua estrutura de endividamento, veja o item 10.1 (f) abaixo. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava caixa líquido (disponibilidades e aplicações financeiras deduzidas do endividamento) de R$124.383 mil (R$156.175 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$136.795 mil em 31 de dezembro de 2016).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para o cumprimento de suas obrigações. As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representavam um total de R$235.801 mil (R$337.920 mil em 2017 e R$242.844 mil em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também pode cobrir deficiências de liquidez por meio de caixa gerado por suas atividades de financiamento, desde que se julgue haver condições favoráveis para tanto.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os saldos de empréstimos e financiamentos contratados estão indicados na tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
	(em R$ mil, exceto se de outra forma indicado)		
Capital de giro (a)	-	-	16.419
FINAME (b)	467	623	844
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (c)	23.396	55.381	51.809
FINEP (d)	17.549	26.456	36.977
Empréstimos em moeda estrangeira – "operação 4.131" (e)	58.133	99.285	-
Pré-pagamento de exportação – PPE	11.873	-	-
	111.418	181.745	106.049
Circulante	43.978	163.729	78.970
Não circulante	67.440	18.016	27.079

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

a) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano. Vencido em setembro de 2017;

b) Finame: de 6% ao ano. Com vencimentos até outubro de 2024;

c) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2018 de 3,68% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até dezembro de 2019;

d) FINEP: Taxa de 4% e 5% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos até setembro de 2021;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e) Empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131": Em 21 de dezembro de 2018 foi quitado junto ao Banco Itaú S/A o empréstimo no valor de US$15.000 mil, equivalente a R$58.142 mil que contempla juros remuneratórios baseado na variação percentual acumulado de 100% da libor mais spread de 1,25% ao ano. Em 28 de dezembro de 2018, foi renovado com o banco Citibank o empréstimo no valor US$15.000 mil equivalente a R$58.133 mil, com vencimento em junho de 2020 que contempla juros remuneratórios baseado na variação percentual acumulado de 100% da libor mais spread de 1,25% ao ano. Tal empréstimo foi designado como *hedge* com objetivo específico de proteger as oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros dos investimentos em controladas no exterior. Os juros dos empréstimos serão pagos trimestralmente; e

f) Pré-pagamento de exportação (PPE): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2018 de 3,63% ao ano. Com vencimento final em maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa média ponderada do endividamento da Companhia era de 2,57% ao ano (2,31% em dezembro de 2017 e 3,62% em 31 de dezembro de 2016).

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados, em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2018 o valor destas operações era de R$1.275 mil (R$1.624 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$1.846 mil em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados, utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R$10.580 mil (R$11.912 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$5.067 mil em 31 de dezembro de 2016).

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em relação ao endividamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Tipo de operação	Credor	Saldo Devedor	Taxa de Juros	Vencimento	Circulante	Não Circula
			(em R$ mil, exceto se de outra forma indicado)			
Contratos de Financiamento	Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	17.549	4% aa até 5% a.a. ou TJLP se maior que 6% a.a.	Até setembro de 2021	8.592	8.957
Operação 4.131	Citibank S/A	58.133	Variação do dólar + LIBOR + *spread* banco de 1,25%	Junho de 2020	-	58.133
ACC	Banco Bradesco S/A e Banco Santander (Brasil) S/A	17.549	Variação do dólar + taxa de juros média de 3,68% a.a. + *spread* banco	Até dezembro de 2019	17.549	-
PPE	Banco Bradesco S/A	11.873	Variação do dólar + taxa de juros média de 3,63% a.a. + *spread* banco	Até maio de 2019	11.873	-

Financiamento obtido junto à FINEP

Em 15 de novembro de 2008, 20 de março de 2009, 14 de novembro 2011 e 03 de setembro de 2014, a Companhia firmou quatro contratos de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, nos valores de R$16,6 milhões, R$10,1 milhões, R$27,4 milhões (aditado em dezembro de 2013, passando seu valor para R$22,6 milhões) e R$43,0 milhões (aditado após o recebimento de R$26,0 milhões, sem novos recebimentos), respectivamente. Abaixo estão elencadas as particularidades destes documentos:

O primeiro contrato de financiamento, relacionado ao custeio parcial do projeto "Arezzo Online", apresenta cronograma de desembolso em quatro parcelas, nos valores de R$4,9 milhões, R$4,1 milhões, R$3,8 milhões e R$3,8 milhões, distribuídas ao longo de aproximadamente 18 meses. A taxa de juros desse contrato é de 5,25% ao ano (fixa), tornando-se variável apenas em caso de inadimplemento. O pagamento foi feito em 81 parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se a amortização em 15 de julho de 2010 e encerrou-se em 15 de março de 2017.

O segundo contrato de financiamento, relacionado ao custeio parcial do projeto "Tecno Schutz", apresenta cronograma de desembolso em quatro parcelas, nos valores de R$2,6 milhões, R$2,5 milhões, R$2,5 milhões e R$2,5 milhões, distribuídas ao longo de aproximadamente 18 meses. Esse contrato contempla uma taxa de juros 5,25% ao ano (fixa), tornando-se variável apenas em caso de inadimplemento. O pagamento foi feito em 81 parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se a amortização em 15 de dezembro de 2010 e encerrou-se em 15 de agosto de 2017.

O terceiro contrato de financiamento, após aditado, relacionado ao custeio parcial do projeto "Novo Projeto Arezzo", apresenta cronograma de desembolso em quatro parcelas, nos valores de R$9,9 milhões, R$5,8 milhões, R$3,7 milhões e R$3,1 milhões, distribuídas ao longo de aproximadamente 30 meses. Esse contrato contempla uma taxa de juros 5% ao ano (fixa), tornando-se variável apenas em caso de inadimplemento. O pagamento deverá ser feito em 73 parcelas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mensais e sucessivas, iniciando-se a amortização em 15 de novembro de 2013 e encerrando-se em 15 de novembro de 2019.

O quarto contrato de financiamento, relacionado ao custeio parcial do projeto "Arezzo 2013", apresenta cronograma de desembolso em quatro parcelas, nos valores de R$13 milhões, R$ 13 milhões, R$ 8,6 milhões e R$ 8,6 milhões, distribuídas ao longo de 48 meses. Até 09 de dezembro de 2015 as duas primeiras parcelas de R$ 13 milhões foram liberadas. Porém, as demais parcelas não foram recebidas e o contrato teve um novo aditamento. Esse contrato contempla uma taxa de juros 4% ao ano (fixa), tornando-se variável apenas em caso de inadimplemento. O pagamento das parcelas recebidas deverá ser feito em 61 parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se a amortização em 15 de setembro de 2016 e encerrando-se em 15 de setembro de 2021.

Dentre as obrigações e restrições impostas à Arezzo no âmbito dos contratos com a FINEP, devem ser mencionadas as de (i) não obter financiamentos ou praticar atos que possam diminuir sua capacidade de pagamento, sem a prévia e expressa autorização da FINEP, exceto para atos ordinários de gestão; (ii) informar à FINEP quaisquer fatos ou ocorrências que resultem na diminuição de sua capacidade de pagamento ou no valor das garantias (cujo reforço ou substituição poderá ser exigido); e (iii) comunicar à FINEP quaisquer alterações realizadas em seu capital social ou estrutura societária. A garantia exigida consistiu, para cada contrato, na apresentação de cartas de fiança bancária, em montante equivalente a cada parcela desembolsada, acrescida de encargos. Até 31 de dezembro de 2018 tínhamos 4 cartas de fiança em garantia desse financiamento, no montante total de R$30 milhões. Existe, finalmente, nos contratos, previsão de vencimento antecipado da dívida caso a FINEP opte, à luz de determinadas situações, pela resolução do contrato, o que tornaria toda a dívida imediatamente exigível. Tais situações envolvem irregularidades, tais como aplicação dos recursos em fins diversos ao pactuado, ou paralisação culposa do projeto, atraso no pagamento das quantias ou inadimplemento de obrigações devidas à FINEP, circunstâncias que impossibilitem ou coloquem em risco a execução do contrato ou seus objetivos, inexatidão em informações prestadas à FINEP ou, por fim, recuperação, falência ou protesto de título cambial contra nossa Companhia ou os garantidores.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais, ressalvado que os Contratos de Adiantamento de Câmbio possuem crédito privilegiado em relação aos demais, nos termos da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Comparando com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia possuía a mesma característica de grau de subordinação sobre dívidas.

iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Determinados contratos financeiros contêm restrição caso a Companhia ou os garantidores, as sociedades coligadas, controladas, diretas ou indiretas, conforme o caso, sofram mudança de seu controle acionário, ou ocorra qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outro tipo de reorganização societária fora do grupo econômico a que pertencem. Nesses casos, é necessária a anuência das instituições financeiras credoras de tais financiamentos, sob pena de declaração antecipada dos respectivos saldos devedores. Há também restrição em relação à contratação de novas dívidas sem prévia anuência dos credores, bem como com relação à inclusão de disposições em nosso Estatuto Social que exijam quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle das empresas do nosso grupo econômico pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía contratos com esta característica, o mesmo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os Diretores entendem que a Companhia cumpre com todas as cláusulas restritivas (*covenants*) referentes aos contratos de financiamento firmados, conforme acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2016 foi utilizado R$26 milhões (60%) do quarto contrato do empréstimo que a Companhia possui com a FINEP, referente ao projeto "Arezzo 2013" (indicado acima), cujo valor máximo contratado é de R$ 43,3 milhões. Tal contrato foi aditado e as demais parcelas não serão mais recebidas.

Os recursos dos contratos anteriores, elencados acima, no item 'f', foram utilizados na sua totalidade.

Atualmente, a companhia não possui contratos de dívidas e financiamentos contratados e não recebidos, uma vez que o documento descrito acima foi aditado e as demais parcelas não serão mais recebidas.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	AH% 2018/2017	AH% 2017/2016
Receita operacional líquida	**1.526.659**	**100,0%**	**1.360.474**	**100,0%**	**1.239.110**	**100,0%**	**12,2%**	**9,8%**
Custo das mercadorias vendidas	(815.987)	-53,4%	(736.706)	-54,2%	(689.819)	-55,7%	10,8%	6,8%
Lucro bruto	**710.672**	**46,6%**	**623.768**	**45,8%**	**549.291**	**44,3%**	**13,9%**	**13,6%**
Receitas (despesas) operacionais:								
Despesas comerciais	(349.297)	-22,9%	(309.776)	-22,8%	(284.292)	-22,9%	12,8%	9,0%
Lojas próprias e webcommerce	(130.886)	-8,6%	(126.997)	-9,3%	(122.407)	-9,9%	3,1%	3,7%
Venda, logística e suprimentos	(218.411)	-14,3%	(182.779)	-13,4%	(161.885)	-13,1%	19,5%	12,9%
Administrativas e Gerais	(131.069)	-8,6%	(105.623)	-7,8%	(85.447)	-6,9%	24,1%	23,6%
Depreciação e amortização	(39.421)	-2,6%	(32.632)	-2,4%	(25.815)	-2,1%	20,8%	26,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	394	0,0%	(2.104)	-0,2%	(2.411)	-0,2%	-118,7%	-12,7%
	(519.393)	**-34,0%**	**(450.135)**	**-33,1%**	**(397.965)**	**-32,1%**	**15,4%**	**13,1%**
Lucro antes do resultado financeiro	**191.279**	**12,5%**	**173.633**	**12,8%**	**151.326**	**12,2%**	**10,2%**	**14,7%**
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	(26.633)	-1,7%	(19.783)	-1,5%	(22.428)	-1,8%	34,6%	-11,8%
Receitas financeiras	22.992	1,5%	30.041	2,2%	34.414	2,8%	-23,5%	-12,7%
Variações cambiais, líquidas	(17.640)	-1,2%	(958)	-0,1%	(6.312)	-0,5%	1741,3%	-84,8%
	(21.281)	**-1,4%**	**9.300**	**0,7%**	**5.674**	**0,5%**	**-328,8%**	**63,9%**
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**169.998**	**11,1%**	**182.933**	**13,4%**	**157.000**	**12,7%**	**-7,1%**	**16,5%**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(31.631)	-2,1%	(31.591)	-2,3%	(42.971)	-3,5%	0,1%	-26,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	4.277	0,3%	3.128	0,2%	2.120	0,2%	36,7%	47,5%
Lucro líquido do exercício	**142.644**	**9,3%**	**154.470**	**11,4%**	**116.149**	**9,4%**	**-7,7%**	**33,0%**
Lucro líquido por ação	**1,5851**		**1,7286**		**1,3082**			
Alíquota efetiva	**16,1%**		**15,6%**		**26,0%**			

(AV) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita operacional líquida no mesmo período.

(AH) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita de venda de mercadorias e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços da Companhia consiste, entre outros, em receitas decorrentes da venda dos produtos e serviços para franquias, da venda de produtos para clientes multimarcas e da venda de produtos a consumidores finais das lojas próprias e e-commerce. Os produtos são distribuídos pelas marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Owme, tanto no mercado interno quanto externo.

Os produtos são vendidos a nossos clientes multimarcas por um preço geralmente maior do que aquele praticado na venda de produtos às lojas franqueadas. Além disso, a Companhia concedeu em 2018 um prazo médio de 66 dias para que os franqueados efetuassem pagamento de novos pedidos, comparado a um prazo médio de 80 dias outorgado aos clientes multimarcas. Alguns de nossos franqueados são ainda beneficiados por financiamentos outorgados pelo Banco do Nordeste e garantidos pela Companhia. Veja item o 10.1 (f) para uma descrição desses financiamentos. Os serviços prestados aos nossos franqueados incluem todo o suporte necessário para a comercialização de nossos produtos e fidelização de nossos clientes e o treinamento constante dos vendedores e coordenadores, inclusive o gerenciamento das compras de produtos acabados entre mais de 50 fornecedores no Brasil e no exterior.

Com relação às nossas lojas próprias e *webcommerce*, normalmente obtemos margens brutas maiores sobre a venda de produtos a consumidores finais se comparada às margens sobre a
venda de produtos às lojas franqueadas e aos nossos clientes multimarcas. Todavia, o preço final dos produtos de nossas lojas próprias e *webcommerce* é igual ao preço final que sugerimos às lojas franqueadas e aos nossos clientes multimarcas.

Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Receita Operacional bruta

As tabelas apresentam a abertura da receita bruta de venda de mercadorias e serviços entre os mercados interno e externo e canais de distribuição, bem como o número de lojas para os períodos indicados:

	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	AH% 2018/2017	AH% 2017/2016
Mercado interno e externo	**1.865.768**	**100,0%**	**1.678.873**	**100,0%**	**1.554.147**	**100,0%**	**11,1%**	**8,0%**
Mercado interno	1.678.868	90,0%	1.524.408	90,8%	1.402.008	90,2%	10,1%	8,7%
Mercado externo	186.900	10,0%	154.465	9,2%	152.139	9,8%	21,0%	1,5%
Mercado interno	**1.678.868**	**90,0%**	**1.524.408**	**90,8%**	**1.402.008**	**90,2%**	**10,1%**	**8,7%**
Arezzo	**950.689**	**51,0%**	**873.837**	**52,0%**	**803.779**	**51,7%**	**8,8%**	**8,7%**
Franquias	623.376	33,4%	578.740	34,5%	546.870	35,2%	7,7%	5,8%
Lojas próprias	115.869	6,2%	118.188	7,0%	113.780	7,3%	-2,0%	3,9%
Lojas multimarcas	131.867	7,1%	117.054	7,0%	97.473	6,3%	12,7%	20,1%
Webcommerce	79.577	4,3%	59.855	3,6%	45.656	2,9%	32,9%	31,1%
Schutz	**443.471**	**23,8%**	**451.420**	**26,9%**	**457.648**	**29,4%**	**-1,8%**	**-1,4%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Franquias	92.544	5,0%	93.802	5,6%	85.260	5,5%	-1,3%	10,0%
Lojas próprias	133.501	7,2%	141.755	8,4%	160.468	10,3%	-5,8%	-11,7%
Lojas multimarcas	154.000	8,3%	159.150	9,5%	156.981	10,1%	-3,2%	1,4%
Webcommerce	63.426	3,4%	56.713	3,4%	54.939	3,5%	11,8%	3,2%
Anacapri	**219.555**	**11,8%**	**157.261**	**9,4%**	**119.357**	**7,7%**	**39,6%**	**31,8%**
Franquias	115.445	6,2%	75.513	4,5%	54.201	3,5%	52,9%	39,3%
Lojas próprias	13.733	0,7%	15.102	0,9%	14.280	0,9%	-9,1%	5,8%
Lojas multimarcas	77.067	4,1%	57.025	3,4%	43.952	2,8%	35,1%	29,7%
Webcommerce	13.310	0,7%	9.621	0,6%	6.924	0,4%	38,3%	39,0%
Outros	**65.153**	**3,5%**	**41.890**	**2,5%**	**21.224**	**1,4%**	**55,5%**	**97,4%**

(AV) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita operacional líquida no mesmo período.

(AH) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

				Variação	
	2018	**2017**	**2016**	**2018/2017**	**2017/2016**
Total de lojas no Brasil	**673**	**611**	**558**	**62**	**53**
Número de franquias	**628**	**563**	**510**	**65**	**53**
Arezzo	405	382	369	23	13
Schutz	73	67	61	6	6
Anacapri	150	114	80	36	34
Número de lojas próprias	**45**	**48**	**48**	**-3**	**0**
Arezzo	14	15	15	**-1**	**0**
Schutz	17	22	23	-5	-1
Alexandre Birman	4	4	3	0	1
Anacapri	3	3	4	0	-1
Fiever	5	4	3	1	1
Owme	2	0	0	2	0
Total de lojas no Exterior	**12**	**7**	**7**	**5**	**0**

Mercado Interno

Marca Arezzo: A receita bruta de venda de mercadorias e serviços cresceu 8,8%, passando de R$873.839 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R$950.689 mil no mesmo período de 2018. Este aumento decorreu, principalmente, do maior volume de vendas dos pares de calçados e bolsas comercializados sob a marca "Arezzo". As vendas aumentaram principalmente em virtude do (i) crescimento de 7,7% no canal de Franquias; (ii) crescimento do canal *webcommerce* atingindo 8,4% das vendas da marca e (iii) crescimento de 12,7% no canal de Multimarca.

Marca Schutz: A receita bruta de venda de mercadorias e serviços sofreu uma queda de 1,8%, passando de R$451.420 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R$443.471 mil no mesmo período de 2018. Esta queda decorreu, principalmente, da redução do volume de vendas dos pares de calçados e bolsas comercializados sob a marca "Schutz".

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Marca Anacapri: A receita bruta de venda de mercadorias e serviços aumentou 39,6%, passando de R$157.259 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R$219.554 mil no mesmo período de 2018. A marca continua expandindo sua base de lojas, fechando o ano com 150 franquias e 3 lojas próprias, e a loja online respondeu no ano de 2018 por 6,1% do faturamento da Anacapri no Brasil. A marca continua expandindo sua penetração no mercado, aliada com maior número de ações de comunicação e marketing, embasados pela sua oferta focada em calçados flats.

Outros: A receita bruta de venda de mercadorias e serviços aumentou 55,5%, passando de R$41.890 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R$65.154 mil no mesmo período de 2018. O aumento ocorreu principalmente devido à (i) boa performance da marca Alexandre Birman no ano ante 2017, reforçando seu posicionamento através de coleções mais assertivas, iniciativas de produtos e marketing bem direcionadas ao seu público alvo e aumento da presença nas principais lojas de departamento internacionais, (ii) a consolidação da Fiever, com uma crescente presença nos canais Multimarcas e *webcommerce*, que juntos contribuíram para a marca alcançar consumidoras em todo território nacional e (iii) lançamento da marca Owme com foco no segmento de *wellness e conforto*, que já possui 2 lojas próprias, *webcommerce*e e presença em 250 PDV's multimarcas.

Mercado Externo

A receita bruta de venda de mercadorias e serviços com o mercado externo, que inclui a operação dos EUA e exportação para o resto do mundo, cresceu 21,0%, atingindo R$186.900 mil em 2018, comparados com R$154.465 mil em 2017. A participação do mercado externo na receita de venda de mercadorias e serviços foi de 10,0% em 31 de dezembro de 2018 comparado a 9,2% no mesmo período de 2017. Nos EUA, através das marcas Schutz e Alexandre Birman nos canais *Wholesale* (lojas de departamento, lojas online de terceiros e lojas multimarca), *Retail (flagship stores)* e online, o grupo apresentou crescimento de 16,7% em dólares e 35,1% em reais, representando 64,4% das vendas de mercado externo no 2018. Já as exportações de nossos calçados para o resto do mundo tiveram crescimento de 1,8% em reais em 2018 em comparação ao mesmo período de 2017. Importante destacar também que a marca Alexandre Birman manteve sua trajetória ascendente no canal exportação, com crescimento de 36,3% em 2018.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida atingiu R$1.526.659 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aumentando 12,2% em comparação com a receita operacional líquida de R$1.360.474 mil no mesmo período de 2017.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados corresponde principalmente, de forma mais relevante, a custos incorridos com a compra de calçados de nossos fornecedores para revenda e, de forma menos relevante, custos de matérias primas, tais como couro, utilizadas em nossa fábrica; além de frete.

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiu R$815.987 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aumentando 10,8% em comparação ao custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados de R$736.706 mil apurado no mesmo período de 2017. O crescimento menor que o da receita líquido decorreu, principalmente, (i) pela melhora de margem bruta no mercado externo, (ii) pela melhora de margem bruta nos canais de *sell-out* (Lojas Próprias e *Webcommerce*), fruto da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no canal e (iii) pela maior participação do canal *Webcommerce*, que representou 9,7% do faturamento bruto da Companhia no mercado interno.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia atingiu R$710.672 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 13,9% quando comparado com R$623.768 mil do mesmo período de 2017. O crescimento do lucro bruto reflete, especialmente, o aumento da receita líquida em 12,2%.

Receitas (Despesas) Operacionais

A Companhia trabalha fortemente para controlar os níveis de despesas e adequá-las à evolução de suas vendas. Em 2018, as despesas foram impactadas pelos seguintes fatores: (i) desenvolvimento da operação norte-americana e (ii) despesas discricionárias relacionadas aos projetos estratégicos da Companhia, com foco na sustentabilidade do crescimento de longo prazo.

As despesas operacionais da Companhia consistem em despesas variáveis e despesas fixas.

As despesas variáveis em função da receita são compostas por: fretes, comissões sobre vendas, despesas de exportação e despesas variáveis com a operação de lojas próprias.

As despesas fixas são compostas principalmente por despesas salariais, despesas com desenvolvimento e produção de amostras, viagens, aluguéis e encargos locatícios, entre outras.

As despesas operacionais foram de R$519.393 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 15,4%, quando comparadas aos R$450.135 mil referente ao mesmo período de 2017. Como percentual da receita operacional líquida, tais despesas representam 34,0% em 2018, contra 33,1% no mesmo período de 2017.

Comerciais

As Despesas Comerciais da Companhia podem ser divididas em dois principais grupos:

a) Despesas de Lojas Próprias:

- Abrangem apenas as despesas das lojas próprias e *webcommerce*, *sell-out*.

b) Despesas de Venda, Logística e Suprimentos:

- Compreendem despesas da operação de *sell-in* e de *sell-out*.

Em 2018, houve uma expansão de 12,8% das despesas comerciais quando comparadas a 2017, alcançando R$349.297 mil no ano, em 2017 estas mesmas despesas alcançaram R$309.276 mil. Vale ressaltar que as despesas comerciais incluem despesas de lojas próprias e *webcommerce*, que somaram R$130.886 mil no ano, aumento de 3,1% frente a 2017.

As despesas de Vendas, Logística e Suprimento somaram R$218.411 mil no ano, aumento de 19,5% em relação ao ano anterior, enquanto que em 2017 estas despesas totalizaram R$182.779 mil.

Administrativas e Gerais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas administrativas e gerais consistem, principalmente, em despesas relacionadas ao desenvolvimento de nossos produtos e à nossa administração, salários e encargos sociais dos nossos colaboradores de diversas áreas, tais como, recursos humanos, tecnologia, financeiro, contabilidade, pesquisa e desenvolvimento, jurídico, entre outros.

Em 2018, as despesas gerais e administrativas somaram R$131.068 mil, representando um aumento de 24,1% ante 2017, explicado principalmente (i) desenvolvimento da operação dos Estados Unidos, que inclui principalmente o reforço de nossa estrutura organizacional no país (ii) investimentos em branding relacionadas à marca Schutz no Brasil (ii) expansão da marca Alexandre Birman no continente europeu.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais consistem, principalmente, em reembolso com logística reversa, taxa de franquia, recuperação de despesas e em eventuais alienações de ativos.

Em 2018, a Companhia somou receita de R$393 mil, ao passo que no ano de 2017 somou despesa de R$2.104 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consiste na soma de (i) despesas financeiras, incluindo despesas com pagamento de juros de nossas dívidas e taxas de administração de cartão de crédito de nossas lojas próprias, (ii) receitas financeiras, incluindo juros recebidos sobre nosso saldo de caixa, aplicações financeiras, e outros ativos, e (iii) ganhos ou perdas decorrentes de variação cambial, incluindo variação cambial sobre nossas dívidas e contas a receber denominadas em moeda estrangeira. Nosso resultado financeiro líquido foi de R$ 21.281 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com um resultado de R$9.300 mil no mesmo período de 2017, em decorrência dos fatores abaixo explicados.

As despesas financeiras atingiram R$26.633 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 34,6% quando comparado aos R$19.783 mil de despesas financeiras de 2017. Este aumento ocorreu principalmente devido a maior posição de endividamento durante o ano de 2018. As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 representaram, respectivamente, 1,7% e 1,5% da nossa receita operacional líquida.

As receitas financeiras atingiram R$22.992 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um decréscimo de 23,5% quando comparado aos R$30.041 mil no mesmo período de 2017. Esta queda ocorreu principalmente por caixa menor no período, atrelado a CDI menor quando comparado com 2017.

A variação cambial líquida foi passiva em R$5.490 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparada à variação também passiva de R$958 mil no mesmo período de 2017, e de R$6.312 mil em 2016.

Lucro Antes da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social foi de R$169.998 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com uma redução de 7,1% em comparação com o lucro de R$182.933 mil no mesmo período de 2017 (R$157.000 mil em 2016).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia está sujeita a IRPJ e CSLL, que podem atingir, em conjunto, a alíquota combinada de 34%. Tais tributos são compostos por: (i) IRPJ, calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, (ii) adicional de IRPJ, incidente sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$240 mil ao ano, calculado à alíquota de 10%, e (iii) CSLL, calculada à alíquota de 9%.

O IRPJ e a CSLL a pagar estão sujeitos ainda à dedução de juros sobre o capital próprio; já que, de acordo com a legislação tributária, as companhias brasileiras estão autorizadas a deduzir os pagamentos e/ou créditos de juros sobre o capital próprio, concedidos aos acionistas, do cálculo do IRPJ e da CSLL apurados. Juros sobre o capital próprio são os juros calculados sobre o patrimônio líquido das companhias pago ou creditado aos acionistas com base na TJLP, conforme divulgada periodicamente pelo BACEN, e estão sujeitos a determinadas limitações impostas pela legislação fiscal vigente.

A despesa com IRPJ e CSLL foi de R$27.354 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reduzindo 3,9% em comparação com o valor total de IRPJ e CSLL de R$28.463 mil apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$40.851 mil em 31 de dezembro de 2016).

A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 16,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contra 15,6% no mesmo período de 2017 e 26,0% no exercício de 2016. A utilização de benefícios fiscais para inovação tecnológica, nos termos da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005 ("Lei 11.196/05" ou "Lei do Bem") foi de R$8.060 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, R$6.707 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R$3.952 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Lucro Líquido

Em virtude do acima exposto, o lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$142.644 mil, uma redução de 7,7% em comparação com o lucro líquido de R$154.470 mil no mesmo período de 2017 (R$116.149 mil em 31 de dezembro de 2016).

Análise dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	AH% 2018/2017	AH% 2017/2016
ATIVO								
Ativo Circulante	**842.001**	**80,6%**	**855.237**	**81,5%**	**706.229**	**77,9%**	**-1,5%**	**21,1%**
Caixa e banco	8.501	0,8%	10.156	1,0%	5.020	0,6%	-16,3%	102,3%
Aplicações financeiras	227.300	21,8%	327.764	31,2%	237.824	26,2%	-30,7%	37,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a receber de clientes	382.728	36,6%	336.954	32,1%	315.304	34,8%	13,6%	6,9%
Estoques	150.861	14,4%	113.489	10,8%	110.478	12,2%	32,9%	2,7%
Impostos a recuperar	49.370	4,7%	51.127	4,9%	22.562	2,5%	-3,4%	126,6%
Outros créditos	23.241	2,2%	15.747	1,5%	15.041	1,7%	47,6%	4,7%
Ativo não circulante	**203.031**	**19,4%**	**194.662**	**18,5%**	**200.919**	**22,1%**	**4,3%**	**-3,1%**
Realizável a longo prazo	49.338	4,7%	44.908	4,3%	41.001	4,5%	9,9%	9,5%
Contas a receber de clientes	10.720	1,0%	11.490	1,1%	13.676	1,5%	-6,7%	-16,0%
Depósitos judiciais	18.402	1,8%	19.117	1,8%	14.733	1,6%	-3,7%	29,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.491	1,7%	11.533	1,1%	8.405	0,9%	51,7%	37,2%
Outros créditos	2.725	0,3%	2.768	0,3%	4.187	0,5%	-1,6%	-33,9%
Propriedades para investimento	3.324	0,3%	2.925	0,3%	905	0,1%	13,6%	223,2%
Imobilizado líquido	83.201	8,0%	67.636	6,4%	73.052	8,1%	23,0%	-7,4%
Intangível	67.168	6,4%	79.193	7,5%	85.961	9,5%	-15,2%	-7,9%
Total do ativo	**1.045.032**	**100,0%**	**1.049.899**	**100,0%**	**907.148**	**100,0%**	**-0,5%**	**15,7%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Passivo Circulante	**255.889**	**24,5%**	**356.825**	**34,0%**	**201.830**	**22,2%**	**-28,3%**	**76,8%**
Empréstimos e financiamentos	43.978	4,2%	163.729	15,6%	78.970	8,7%	-73,1%	107,3%
Fornecedores	110.121	10,5%	104.416	9,9%	66.445	7,3%	5,5%	57,1%
Obrigações fiscais e sociais	29.127	2,8%	24.681	2,4%	22.861	2,5%	18,0%	8,0%
Obrigações trabalhistas	38.162	3,7%	34.568	3,3%	23.639	2,6%	10,4%	46,2%
Juros sobre o capital próprio	18.172	1,7%	18.062	1,7%	-	0,0%	0,6%	0,0%
Outras obrigações	16.329	1,6%	11.369	1,1%	9.915	1,1%	43,6%	14,7%
Passivo não circulante	**77.801**	**7,4%**	**28.114**	**2,7%**	**35.619**	**3,9%**	**176,7%**	**-21,1%**
Exigível a longo prazo	77.801	7,4%	28.114	2,7%	35.619	3,9%	176,7%	-21,1%
Empréstimos e Financiamentos	67.440	6,5%	18.016	1,7%	27.079	3,0%	274,3%	-33,5%
Partes relacionadas	1.443	0,1%	1.232	0,1%	1.214	0,1%	17,1%	1,5%
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	8.385	0,8%	8.866	0,8%	7.209	0,8%	-5,4%	23,0%
Outras obrigações	533	0,1%	-	0,0%	117	0,0%	0,0%	-100,0%
Patrimônio líquido	**711.342**	**68,1%**	**664.960**	**63,3%**	**669.699**	**73,8%**	**7,0%**	**-0,7%**
Capital social	341.073	32,6%	330.375	31,5%	310.008	34,2%	3,2%	6,6%
Reservas de capital	46.725	4,5%	44.369	4,2%	39.554	4,4%	5,3%	12,2%
Reservas de lucro	301.476	28,8%	289.406	27,6%	269.024	29,7%	4,2%	7,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	4.342	0,4%	(1.986)	-0,2%	(1.862)	-0,2%	-318,6%	6,7%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	17.726	1,7%	2.796	0,3%	52.975	5,8%	534,0%	-94,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.045.032**	**100,0%**	**1.049.899**	**100,0%**	**907.148**	**100,0%**	**-0,5%**	**15,7%**

(AV) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita de venda de mercadorias e serviços no mesmo período.

(AH) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

Ativo Circulante

Caixa, bancos e aplicações financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras totalizaram R$235.801 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$102.119 mil (30,2%) em comparação a 2017, com R$337.920 mil (R$242.844 em 31 de dezembro de 2016).

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018 o valor das contas a receber de clientes atingiu R$382.728 mil, representando um aumento de 13,6% em relação ao montante de R$336.954 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$315.304 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento decorreu, principalmente, do crescimento das vendas da Companhia.

Estoques

Os estoques totalizaram R$150.861 mil em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 32,9% em comparação ao mesmo período de 2017 que totalizou R$113.489 mil (R$110.478 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento decorreu, principalmente, devido a um maior volume de estoques no período, reflexo do crescimento de vendas consolidado da Companhia, bem como do aumento da relevância do programa *dropship* e dos itens de pronta entrega na operação norte-americana, ambos visando maior agilidade e assertividade na ponta.

Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R$18.402 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 3,7% em relação ao total de R$19.117 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$14.733 mil em 31 de dezembro de 2016). Esta redução se deu em decorrência de um menor volume de processos, em fase recursal, movidos contra a Companhia no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R$17.491 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 51,7% em relação ao total de R$11.533 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$8.405 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento ocorreu devido ao benefício fiscal decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social e também de outros valores diferidos sobre diferenças temporárias.

Imobilizado

O ativo imobilizado totalizou R$83.201 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 23,0% em relação ao total de R$67.636 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$73.052 mil em 31 de dezembro de 2016). Este aumento ocorreu, principalmente, pelo incremento nos investimentos em tecnologia no Brasil e abertura de lojas na operação Estados Unidos.

Intangível

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O ativo intangível totalizou R$67.168 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de 15,2% em relação ao total de R$79.193 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$85.961 mil em 31 de dezembro de 2016). Esta redução refere-se aos repasses de lojas próprias para franqueados, seguindo a estratégia *asset light* da Companhia.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizaram R$43.978 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 73,1% em relação ao total de R$163.729 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$78.970 mil em 31 de dezembro de 2016). Esta redução decorreu, principalmente, devida ao pagamento parcial dos empréstimos denominados "operação 4131", explicada anteriormente no item 10.1.f.

Juros sobre Capital próprio a pagar

Os juros sobre o capital próprio a pagar totalizaram R$18.172 mil em 31 de dezembro de 2018, em linha com o montante de R$18.062 em 31 de dezembro de 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 esta linha não apresentou saldo devido ao fato do pagamento dos juros sobre capital próprio ter ocorrido dentro do exercício.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizaram R$67.440 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 274,3% em relação ao total de R$18.016 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$27.079 mil em 31 de dezembro de 2016). Este aumento decorreu, principalmente, pela renovação parcial do empréstimo denominado "operação 4131", explicado anteriormente no item 10.1.f.

Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

As provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis totalizaram R$8.385 mil em 31 de dezembro de 2018, em linha com o montante de R$8.866 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$7.209 mil em 31 de dezembro de 2016).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R$711.342 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 7,0% em relação ao total de R$664.960 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$669.699 mil em 31 de dezembro de 2016). Essa variação do patrimônio líquido deu-se em decorrência dos fatores anteriormente explicados e aos fatores abaixo.

Capital Social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O capital social totalizou R$341.073 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 3,2% em relação ao total de R$330.375 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$310.008 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento é referente à emissão de ações no montante de R$10.698 mil em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 537 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

Reserva de Capital

A reserva de capital totalizou R$46.725 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 5,3% em relação ao total de R$44.369 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$39.554 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento é referente à variação líquida do reconhecimento dos Planos baseados em ações e recompra de ações.

Reserva de Lucros

A reserva de lucros totalizou R$301.476 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 4,2% em relação ao total de R$289.406 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$269.024 mil em 31 de dezembro de 2016). Esse aumento é referente à variação líquida do consumo da Reserva de retenção de lucros para distribuição de dividendos no montante de R$46.000 mil e constituição de Reserva de Incentivo fiscal no montante de R$71.785 mil.

Análise do Fluxo de Caixa

A tabela abaixo demonstra os componentes do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	2018	2017	2016	2018/2017	AH%	2017/2016	AH%
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	117.836	171.830	101.709	(53.994)	-31,4%	70.121	68,9%
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	72.236	(91.697)	(20.958)	163.933	-178,8%	(70.739)	337,5%
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos	(192.556)	(75.050)	(84.024)	(117.506)	156,5%	8.974	-10,62%
De terceiros	(84.740)	71.969	(11.674)	(156.709)	-217,7%	83.643	-716,4%
De acionistas	(107.816)	(147.019)	(72.350)	39.203	-26,7%	(74.669)	103,2%
Aumento (redução) das disponibilidades	**(2.484)**	**5.083**	**(3.273)**	**(7.567)**	**-148,9%**	**8.356**	**-255,3%**

(AH) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

Disponibilidades Líquidas Geradas Pelas Atividades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais totalizaram R$117.836 mil, representando uma redução R$53.994 mil quando comparado aos R$171.830 mil referentes mesmo período de 2017 (R$101.709 mil em 31 de dezembro de 2016). Em 2018, a geração de caixa operacional foi

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

31,4% inferior ao apresentado em 2017 devido principalmente a um menor LAIR em 7,1%. A Companhia mantém o foco em gerir de forma mais eficiente seu capital de giro e contínua melhora em contas a receber e fornecedores.

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos totalizou R$72.236 mil, uma variação de R$163.933 mil quando comparados ao consumo de R$91.697 mil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$20.958 mil em 31 de dezembro de 2016), devido principalmente ao menor volume de aplicação financeira em contrapartida de um maior volume de resgate destas mesmas aplicações.

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as atividades de financiamento de caixa consumiram R$192.556 mil de caixa, representando aumento de R$115.449117.506 mil quando comparados aos R$75.050 mil consumidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$84.024 mil em 31 de dezembro de 2016). Esta redução é explicada pela variação líquida de uma menor captação e maior pagamento de dívida bancária.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

a) resultado das operações da Companhia

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Grande parte da receita de venda de mercadorias e serviços é denominada em reais e provém da venda de produtos e serviços para franquias e clientes multimarcas que realizam a venda para o consumidor final em todo o território nacional ("*sell-in*"). Além disso, através do canal de lojas próprias e *webcommerce* vendemos diretamente para o consumidor final ("*sell-out*").

No exercício social findo em 31.12.2018, 90,0% da nossa receita operacional bruta foi proveniente do mercado interno, ante 90,8% no mesmo período de 2017 e 90,2% em 2016.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No período de doze meses encerrado em 31.12.2018, nossa receita operacional bruta consolidada apresentou um aumento de 11,1% com relação ao mesmo período de 2017. Tal aumento foi devido, principalmente, ao i) crescimento de 26,1% do canal Web Commerce, alcançando 9,7% da receita bruta do mercado interno ante 8,5% em 2017, com destaque para as marcas Anacapri e Arezzo; ii) crescimento de 11,8% do canal Multimarcas em relação ao ano anterior e iii) crescimento de 11,1% do canal de Franquias em comparação com 2017, performance alavancada também pela abertura de novas lojas da marca. Para informações adicionais a respeito da variação de nossas receitas, veja o item 10.1(h).

Políticas públicas que impactem a renda disponível para consumo de produtos discricionários (sapatos e bolsas) podem ter impacto material sobre os nossos resultados.

Adicionalmente, desde 2016, utilizamos o benefício fiscal do ICMS do Estado do Espírito Santo. Parte do nosso lucro líquido advém desses incentivos fiscais. Recentemente, houve a prorrogação do benefício (até 2021) e a eventual não renovação do mesmo no futuro pode causar um efeito significativo sobre os resultados da Companhia.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços consiste, entre outros, em receitas decorrentes da venda dos produtos e serviços para franquias, da venda de produtos para clientes multimarcas e da venda de produtos a consumidores finais de nossas lojas próprias e *web commerce*. Nossos produtos são distribuídos pelas marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Fiever, Alexandre Birman e Owme tanto no mercado interno quanto externo.

A receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de produtos vendidos, modificações de preços, variação no número de lojas franqueadas e próprias, variação do número de clientes multimarcas que compram

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

nossos produtos para revenda e até mesmo pelo tráfego no *website* de nossas marcas, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Assim, nossas operações podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação do preço de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros, não sendo possível estimar o impacto individual de cada um desses fatores dada a complexidade do negócio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os negócios da Arezzo são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do público-alvo da Companhia, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência – ainda que nosso público seja primordialmente composto pelas classes A e B e não seja oferecido crédito proprietário em nossas lojas.

A inflação poderá afetar a performance financeira e os resultados operacionais, uma vez que a Companhia possui uma significativa parcela dos custos e despesas incorrida em reais e sujeita aos efeitos da inflação ou por ela reajustada. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo dos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas.

O fato da Arezzo não produzir a maior parte das mercadorias que vende amplia consideravelmente a exposição ao aumento dos custos praticados por fábricas e *ateliers* independentes e fornecedores de matéria-prima, entre elas o couro bovino. As principais matérias-primas usadas pela Companhia, inclusive aquelas utilizadas por fábricas independentes estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Assim, os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas nacionais e internacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços. Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente as vendas e também custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar os resultados e lucratividade.

Esses efeitos, aliados às taxas de crescimento do PIB potencialmente mais baixas, poderão reduzir os índices gerais de consumo nos shopping centers em que a Companhia mantém a maioria de suas lojas próprias e por meio das quais aufere parcela de suas receitas. Dessa forma, uma diminuição geral do nível de consumo nesse tipo de estabelecimento poderá reduzir as receitas. De modo semelhante, a redução do nível de consumo em shoppings afetaria nossa rede de franqueados, já que a redução nas vendas implicaria na deterioração dos resultados, redução das compras de estoque,

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

na maior inadimplência dos franqueados e no menor interesse por parte de empreendedores na abertura de novas franquias. Tais consequências impactariam negativamente na capacidade de expansão e na lucratividade da Companhia. Em 31.12.2018, 450 das 628 franquias e 37 das 45 lojas próprias da Companhia (das quais se origina expressivo volume de nossas vendas) estavam localizadas em shopping centers. No período de doze meses encerrado em 31.12.2018, 49,5% e 17,8% de nossa receita operacional bruta do mercado interno foi obtida através da rede de franquias e de nossas lojas próprias, respectivamente.

A Companhia está sujeita, também, aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, o setor e a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e os resultados operacionais e financeiros – além de impactar as receitas e despesas relacionadas à nossa operação internacional, que representou 10,0% de nosso faturamento em 2018 e encontra-se em fase de expansão, com grande foco nos Estados Unidos. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações de nossos calçados, mas, principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar os negócios da Companhia, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior – tarifas antidumping foram impostas com o intuito de proteger a indústria manufatureira brasileira de calçados contra uma eventual importação em massa de calçados de países que possuem um baixo custo de produção, como por exemplo, China, Malásia, Vietnã, entre outros países asiáticos. A tarifa antidumping, de US$ 10,22 por par, veio a reforçar a tarifa vigente de 30% já aplicada a importação de calçados em geral. Finalmente, alguns dos insumos utilizados pela Arezzo como plástico, borracha e outros produtos da indústria petroquímica, bem como parte de suas dívidas, têm seu custo atrelado ao dólar e, portanto, sujeito à variação dessa moeda.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, qualquer aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante para a Companhia, considerando seu tamanho em termos de receita, resultado e ativos.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram, nos três últimos exercícios sociais, eventos ou operações não usuais não refletidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios de 2018, 2017 e 2016.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações em práticas contábeis da Companhia nos exercícios de 2018, 2017 e 2016.

c.1) Ressalvas presentes no parecer do auditor

A Companhia não possui histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

c.2) Ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 enfatiza, conforme descrito na nota explicativa 2.1, que as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As Práticas Contábeis adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei 11.638/07, pelas normas da CVM e pelas normas, pronunciamentos e resoluções do IBRACON, do CFC e do CPC.

Principais Práticas Contábeis Críticas

As práticas contábeis críticas da Companhia são aquelas importantes para a condição financeira e os resultados operacionais e que requerem julgamentos complexos ou subjetivos por parte de sua administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos. Abaixo se encontra uma breve descrição sobre as principais práticas contábeis críticas da Companhia. No entanto, os resultados efetivos podem vir a ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 32 das demonstrações financeiras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Políticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão..

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2019.

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

		Participação total					
Controladas	**País-sede**	**2018**		**2017**		**2016**	
		Direta	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-	99,99%	-
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	Brasil	**99,99%**	**-**	99,99%	-	99,99%	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	**100,00%**	**-**	100,00%	-	100,00%	-
ARZZ Co. LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%	-	100,00%
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%	-	100,00%
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00%**	-	100,00%	-	100,00%
ARZZ Itália SRL	Itália	**-**	**100,00%**	-	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como hedge desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Vida útil média estimada	
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

Provisões

Provisões gerais

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

i. Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
ii. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
iii. Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

I. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

II. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

a) o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

b) os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

III. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

A Companhia adota a contabilidade de hedge e designa certos derivativos como: hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

Hedge de investimento liquido no exterior

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado.

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por seis marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri, Fiever e Owme), e embora sejam

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Pagamento baseado em ações

Plano de opções de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Plano de ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
iv) contratos de construção não terminada; e
v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

<u>Transição para o CPC 06 (R2)</u>

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não reapresentaremos informações e saldos em base comparativa.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional. A Companhia pretende fazer a adoção das seguintes políticas contábeis na transição:

- A Companhia não reavaliará se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicaremos a IFRS 16 a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- A Companhia pretende optar por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- A Companhia não registrará os contratos os quais o prazo do arrendamento termina dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial da norma;
- A Companhia não registrará os contratos os quais o ativo subjacente é de baixo valor quando novo;
- A Companhia excluirá custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- A Companhia fará uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- A Companhia aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios").

Dentro deste contexto esperamos que a adoção inicial da IFRS 16 impacte de forma significativa as nossas demonstrações financeiras e processos internos. Estamos em processo avançado de avaliação dos efeitos da adoção e, atualmente, acreditamos que os efeitos mais significativos se relacionam com:

1) o reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em nosso balanço patrimonial;

2) fornecer novas divulgações significativas sobre nossas atividades de arrendamento.

Atualmente espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

a) Reconhecimento de passivos operacionais adicionais estimados em R$200.000 mil, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos mínimos remanescentes dos aluguéis dos arrendamentos operacionais existentes;

b) Adotaremos isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais totalizam despesa anual de R$5.500 mil.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Na data deste documento, a Companhia não possuía quaisquer outros passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar suas operações. A Companhia não possuía subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controle sobre suas operações que não estejam incluídas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 (a), a Companhia adotará o IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e, conforme avaliação da Administração, estima um impacto significativo em suas demonstrações financeiras e processos internos.

A transição requer o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

b) natureza e o propósito da operação

Os contratos para uso de imóveis, conforme avaliação da Companhia, constituem contratos de arrendamento mercantil e foram firmados para fins de manutenção das unidades operacionais.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Atualmente espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

a) Reconhecimento de passivos operacionais adicionais estimados em R$200.000 mil, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos mínimos remanescentes dos aluguéis dos arrendamentos operacionais existentes;
b) Adotaremos isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais totalizam despesa anual de R$5.500 mil.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Especificamente com relação à expansão de sua rede de lojas próprias, cabe ressaltar, de início, que a Arezzo&Co é marcada por ser uma Companhia multimarca e multicanal, tendo como uma de suas principais características o modelo de negócio *asset-light*, Como referência, em 31 de dezembro de 2017, apenas 8,2% de sua rede de lojas era própria, com a predominância de unidades sob o modelo de franquia. O mesmo ocorre com o *sourcing*, dado que grande parte de sua produção (91%) é realizada por fornecedores independentes (conforme item 7 desse Formulário de Referência).

Com isso, em geral os investimentos em capex da Companhia são relativamente baixos, podendo se destacar, entre tais investimentos, a modernização de lojas próprias e do parque fabril da Companhia, além de investimentos na estrutura de TI e a abertura de novas lojas próprias principalmente das marcas mais novas como “Fiever” e “OWME”.

A meta da administração de expandir o universo de suas lojas (seja via franquias ou lojas próprias) vem sendo divulgada pela Companhia, e constantemente atualizada aos investidores, que há muito tem pleno conhecimento dessa vertente do plano de negócios da Companhia, que prevê investimentos nessa direção a cada exercício.

Para o ano de 2015, a expectativa interna da administração da Companhia era de 62 novas unidades. Por conta da situação macroeconômica do País, o ritmo de aberturas foi desacelerado, tendo o ano se encerrado com 29 novas lojas. Para 2016 a expectativa era de 20 a 25 novas lojas, sendo que 21 lojas foram abertas, em linha com a meta esperada pela administração.

Em 2017, apesar das estimativas iniciais serem de 25 a 30 novas lojas, encerramos o ano com 43 novas lojas.

Ainda neste sentido, para o ano de 2018, a expectativa interna da administração de crescimento da rede de lojas da companhia no mercado interno era de 55 a 60 novas unidades, porém a expectativa foi superada atingindo 62 novas lojas no ano.

Para 2019, a expectativa da Companhia no início do ano era de 55 a 60 novas lojas, mas o número deverá ser superado atingindo 64 aberturas líquidas.

Já para 2020, a expectativa interna da administração é que sejam abertas de 75 a 80 novas lojas.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia buscará as melhores formas de financiamento atualmente disponíveis no mercado para a realização de investimentos, além de possuir a própria geração de caixa como importante e principal fonte de financiamento.

Iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;
iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia desenvolve diversos projetos de pesquisa que objetivam o desenvolvimento de produtos com características inovadoras, dentre os quais se destacam aqueles cujas atividades são voltadas i) à redução do ciclo de desenvolvimento e corte do couro; ii) à criação de produtos sintéticos que se assemelham ao couro; iii) ao aproveitamento de resíduos de tecidos e reprocesso de retalhos de não-tecido resinado.

Essas atividades resultaram em aumento da receita, redução dos custos com produtos, conquista de novos públicos, maximização da eficiência no processo produtivo, além da inovação de sua linha de produtos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Análises de Sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Os riscos envolvem riscos do crédito, riscos das variações nas taxas de juros, riscos das variações dos preços e riscos da variação de taxa de câmbio entre o dólar e o real. Para informações adicionais sobre os riscos de mercado aos quais está sujeita, bem como suas políticas de mitigação de riscos de mercado, veja os itens 4.2 e 5.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Risco de crédito

Como prática para mitigar os riscos do crédito, a Companhia adota a análise semanal das situações financeira de seus clientes, administrando o risco de crédito por meio de um rigoroso programa de qualificação para concessão de crédito. Seus recebíveis são significativamente pulverizados e correspondem a um grande número de clientes, o que minimiza seu risco de crédito quando considerado em conjunto com seus procedimentos de controles internos. Nenhum cliente da Companhia representava mais que 5% dos recebíveis em 31 de dezembro de 2018.

Todas as demais informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - As projeções devem identificar:

a) objeto da projeção.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não divulga projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou, nos últimos 3 exercícios sociais, projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelo o Estatuto Social.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, dos quais um é o Presidente e outro Vice-Presidente, e, no mínimo, 20% (vinte por cento) deve ser composto por membros independentes. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é formado por 7 (sete) membros, como segue:

Nome	Cargo	Data de Eleição e de Posse	Mandato
Alessandro Giuseppe Carlucci	Presidente Independente	30/04/2019	02 (dois) anos, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2020.
José Ernesto Beni Bologna	Vice-Presidente	30/04/2019	
Guilherme Affonso Ferreira	Membro Efetivo Independente	30/04/2019	
Juliana Rozenbaum Munemori	Membro Efetivo Independente	30/04/2019	
Luiz Fernando Giorgi	Membro Efetivo Independente	30/04/2019	
Alexandre Café Birman	Membro Efetivo	30/04/2019	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Membro Efetivo Independente	30/04/2019	

De acordo com o artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia;

(iii) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros;

(iv) convocar a assembleia geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

(v) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, se existentes;

(vi) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

subscrição de ações aos nossos administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, sem direito de preferência para os nossos acionistas;

(vii) atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral;

(viii) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(ix) deliberar sobre os assuntos que forem submetidos pela Diretoria;

(x) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à assembleia geral, bem como sobre a proposta da destinação do resultado do exercício;

(xi) escolher e destituir auditores independentes;

(xii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

(xiii) aprovar previamente o pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos intercalares e intermediários, obedecido, no entanto, a política de dividendos da Companhia;

(xiv) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(xv) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, incluindo mediante integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

(xvi) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

(xvii) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;

(xviii) aprovar a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou sociedade controlada desta, bem como a concessão de garantia em favor da sociedade controlada da Companhia cujo valor exceda a respectiva participação da Companhia, conforme o caso, na referida subsidiária;

(xix) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, assim como deliberar sobre as condições referidas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e sobre a oportunidade de emissão, nos casos em que a assembleia geral tenha delegado esses poderes ao conselho de administração;

(xx) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(xxi) deliberar sobre a realização de negócios e operações com quaisquer membros do Conselho de Administração ou diretores, o acionista controlador, subsidiárias, coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, que, nos termos da legislação ou regulamentação interna

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

aplicável, devam ser aprovadas pelo Conselho de Administração;

(xxii) aprovar a venda, aquisição, arrendamento, transferência, oneração, ou outra forma de alienação de quaisquer ativos ou negócios, cujo valor, individual ou em uma série de transações, relacionadas em período de 12 (doze) meses, exceda o valor agregado de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xxiii) aprovar a realização de novos investimentos pela Companhia, cujo valor individual ou em uma série de transações, relacionadas em período de 12 (doze) meses, exceda o valor agregado de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xxiv) aprovar a contratação de qualquer empréstimo e obrigação, a emissão de qualquer título de dívida, bem como qualquer alteração dos mesmos, cujo valor individual ou em uma série de transações, relacionadas em período de 12 (doze) meses, exceda o valor agregado de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xxv) determinar o voto a ser proferido pela Companhia em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual a Companhia venha a deter participação;

(xxvi) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social;

(xxvii) definir e apresentar à Assembleia Geral a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para fins de realização das ofertas públicas; e

(xxviii) elaborar e tornar público parecer prévio fundamentado sobre toda e qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto ações de emissão da Companhia, no qual se manifestará, favorável ou contrariamente: (i) sobre a conveniência e oportunidade da oferta quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) sobre as repercussões da oferta sobre a Companhia; (iii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Nos termos do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, compete, ainda, ao Conselho de Administração, a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não e estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

O Conselho de Administração possui regimento interno de seu funcionamento e suas disposições estão de acordo com o apresentado no Estatuto Social da Companhia.

Diretoria

De acordo com o artigo 23 do Estatuto Social, a Diretoria é composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, que receberão as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente, (b) um Diretor Vice-Presidente de Operações, (c) um Diretor Vice-Presidente Corporativo, (d) um Diretor Financeiro, e (e) um Diretor de Relações com Investidores. Os demais, eventualmente eleitos, não terão designação específica.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Segue a composição atual da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Alexandre Café Birman	Diretor Presidente e Vice Presidente de Operações	27/05/2019	Até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que examinar as nossas demonstrações financeiras do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2020.
Rafael Sachete da Silva	Diretor Vice Presidente Corporativo e Diretor Financeiro	27/05/2019	
Aline Ferreira Penna Peli	Diretora de Relações com Investidores	27/05/2019	

Consoante o artigo 29 do Estatuto Social, compete à Diretoria da Companhia a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, seja por lei ou pelo Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Além dessas atribuições, compete ainda à Diretoria, de acordo com o artigo 30 do Estatuto Social, como colegiado:

(i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) Deliberar sobre a abertura, mudança, encerramento ou alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia e/ou de suas Investidas, em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as formalidades legais;

(iii) Submeter à apreciação do Conselho de Administração proposta sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no país ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades do país ou no exterior;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório de auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

(v) Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia;

(vi) Praticar todos os atos necessários à execução dos planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia;

(vii) Aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento; e

(viii) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

A Diretoria não possui regimento interno de seu funcionamento.

Auditoria Interna

O Departamento de Auditoria Interna, instituído em 2013, reporta-se ao Conselho de Administração e ao Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças. A área atua em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e o Código de Ética da Arezzo&Co.

Estas são algumas das responsabilidades da Auditoria Interna:
(i) Elaborar o plano anual de programação dos trabalhos de auditora, projetos, plano de pessoal e orçamento de auditoria e submeter à aprovação do Conselho de Administração e Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças;
(ii) Executar os trabalhos definidos no plano anual de auditoria de forma independente, orientando-se pela metodologia de auditoria com foco em riscos;
(iii) Avaliar se os planos de ação elaborados pelos gestores das áreas auditadas estão adequados para suprir as necessidades decorrentes das recomendações de auditoria;
(iv) Elaborar um relatório de auditoria para cada um dos trabalhos realizados, incluindo os planos de ação elaborados pelos gestores das áreas auditadas e submeter ao Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças, CEO, Diretores e Gerentes das áreas auditadas;
(v) Executar trabalhos especiais solicitados pelo Conselho de Administração, Comitês ou Diretoria Executiva;
(vi) Monitorar o status de execução dos planos de ação, elaborados pelos gestores das áreas auditadas;
(vii) Receber, direcionar e apurar os relatos recebidos através do Canal de Ética Corporativo, realizando a gestão da ferramenta, prazos, ações, deliberações e reportes relacionadas ao Canal de Ética;
(viii) Prestar atendimento a auditorias e consultorias externas sempre que necessário.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 o Conselho Fiscal, foi instalado novamente e o mandato foi fixado até a Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019.

Atualmente este órgão possui 03 membros efetivos independentes e 03 suplentes. O Estatuto Social define que terá de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho Fiscal tem as obrigações definidas por Lei.

Este órgão possui um Regimento Interno que impõe os seguintes deveres:

(i) estudar e relatar processos, emitindo pareceres formais, quando necessário;

(ii) solicitar aos administradores da Companhia, preferencialmente por intermédio do Presidente do Conselho Fiscal, qualquer informação considerada indispensável para a boa execução do respectivo mandato;

(iii) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração da Companhia os erros ou fraudes que descobrirem e recomendar providências úteis à Companhia;

(iv) examinar e aprovar o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Administração da Companhia acerca da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e da realização do ativo fiscal diferido constituído;

Segue a composição atual do Conselho Fiscal:

Membros Efetivos	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Martin da Silva Gesto	Presidente do Conselho Fiscal e Independente	30/04/2019	
Ricardo Gus Maltz	Membro Independente	30/04/2019	01 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2019.
João Luiz Trindade Telles da Silva	Membro Independente	30/04/2019	

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Embora a Companhia não possua comitês estatutários formados, o Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos da Administração da Companhia ou não. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Atualmente, a Companhia possui três comitês não estatutários formados, quais sejam: (i) Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças, (ii) Comitê de Pessoas, Cultura e Governança e (iii) Comitê de Estratégia e Marcas, todos criados em abril de 2012. Esses comitês possuem regimento interno que regula seu funcionamento.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado.

Durante os anos de 2018, 2016 e 2015 a Companhia realizou a avaliação do Conselho de Administração e de seus Comitês alinhada à cultura e aos valores da Companhia. Essa avaliação anual tem como objetivo principal avaliar a contribuição do Conselho e Comitê como órgãos colegiados, visando a melhoria e renovação, quando necessário.

Como em abril de 2017 foi realizada a renovação dos membros do Conselho de Administração, a Companhia optou por não realizar sua avaliação neste ano, haja vista o pouco tempo de atuação destes conselheiros.

Outros objetivos relevantes do processo de avaliação destes órgãos são:

a) Melhorar o alinhamento do perfil do Conselho com a estratégia corporativa;
b) Melhorar o suporte oferecido ao Diretor Presidente;
c) Melhorar o processo de recrutamento e renovação de Conselheiros e da Diretoria Executiva;
d) Melhorar a credibilidade do Conselho; e
e) Avaliar a adequação das ações do Diretor Presidente à execução do direcionamento estratégico da empresa.

Esta avaliação não tem qualquer impacto sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, que é fixa, inclusive a presenta nos comitês mencionados acima.

A Companhia adota como indicadores de desempenho da Diretoria metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global mensurado pelo EBITDA, bem como o ROIC (retorno sobre capital investido). São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia.

d) em relação aos Membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos Diretores da Companhia são estabelecidas nos termos do Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente. Compete ao Diretor Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; e (v) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Diretor Vice-Presidente de Operações. Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção, *marketing* e comercialização de produtos e serviços da Companhia, incluindo, mas não limitado a, (i) fornecimento de matérias-primas e serviços; (ii) gestão de canais de venda

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(franquias, multimarcas e lojas próprias); (iii) relacionamento com franqueados; (iv) criação e desenvolvimento de produtos; (v) atividades industriais e logísticas; (vi) estratégias e iniciativas de marketing; (vii) gestão de marcas; e (viii) exportação e atividades internacionais.

Diretor Vice-Presidente Corporativo. Compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relacionadas ao desenvolvimento de novos negócios; (ii) coordenar e supervisionar a elaboração do orçamento; (iii) coordenar e supervisionar a implementação de políticas de recursos humanos; e (iv) coordenar e supervisionar a implementação de sistemas e procedimentos de tecnologia de informação.

Diretor Financeiro. Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) administrar as operações de natureza financeira, incluindo a gestão da tesouraria e aplicação e captação de recursos; (ii) coordenar e supervisionar o planejamento financeiro; e (iii) coordenar e supervisionar as atividades de controladoria e contabilidade.

Diretor de Relações com Investidores. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme a legislação aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Para que possa participar da Assembleia Geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral, os seguintes documentos:

(i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral –RG, Carteira Nacional de Habilitação –CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, o qual recomenda-se tenha sito expedido, no máximo, cinco dias antes da data da realização da assembleia geral;

(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo cinco dias antes da data da realização da assembleia geral.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso):

(a) contrato ou estatuto social; e

(b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar a procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notarizados por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos (Convenção da Apostila) de 5 de outubro de 1961, devem ser legalizados em Consulado Brasileiro e, em ambos os casos, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Ressalta-se que, em função do atual contexto relacionado à evolução da pandemia do novo corona vírus (COVID-19), a Companhia solicita que, excepcionalmente, os documentos acima indicados sejam encaminhados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores apenas por meio de correio eletrônico (para o e-mail: ri@arezzoco.com.br).

Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido, poderá participar da Assembleia desde que os apresente na abertura da Assembleia, conforme o disposto no § 2º do art. 5º da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/2009").

A Companhia não adota outras formalidades além das acima descritas para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, não admitindo procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015 ("ICVM 561/2015"), que alterou a ICVM 481/2009, a Companhia passará a observar as formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância a partir do exercício social de 2017. No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Companhia, serão exigidos: (i) via física original do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e (ii) cópia simples dos seguintes documentos:

(i) Para Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional.

(ii) Para Pessoa Jurídica:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.
- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.
- Documentos societários que comprovem os poderes de representação.

(iii) Para Fundos de Investimento:

- Regulamento consolidado e atualizado do Fundo;
- Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto dos representantes legais.

Segundo o Art. 21-B da ICVM 481/2009, o boletim de voto à distância, acompanhado da respectiva documentação, será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Em função do atual contexto relacionado à evolução da pandemia do novo corona vírus (COVID-19), excepcionalmente, os documentos acima mencionados devem ser enviados à Companhia aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores apenas por meio do endereço eletrônico ri@arezzo.com.br.

Nos termos do Art. 21-U da ICVM 481/2009, a Companhia comunicará o acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância: (i) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distancia ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

As formalidades descritas no subitem 'f' acima referentes à documentação a ser apresentada para participação pelos acionistas nas assembleias gerais da Companhia também devem ser observadas pelos acionistas que optarem por exercer seu direito devoto por meio do boletim de voto a distância.

Os procedimentos para envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para custodiante do acionista cujas ações estejam depositadas em depositário central ou para instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

escrituração de valores mobiliários, conforme autorizado pelo artigo 21-B, inc. II da ICVM 481/09, estão descritos no item 12.2 'k' deste Formulário de Referência

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

O Conselho de Administração da Companhia é formado por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Independentemente da data da eleição dos membros do Conselho de Administração, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 07 (sete) membros, e a próxima eleição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2020.

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração da Companhia reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, e extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Durante o exercício social de 2018, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu 18 (doze) vezes extraordinariamente e 04 (quatro) vezes ordinariamente, conforme demonstra a frequência disposta na tabela abaixo:

Mês	Frequência
Janeiro 2018	01 Reunião Extraordinária
Fevereiro 2018	01 Reunião Extraordinária
Março 2018	01 Reunião Ordinária 02 Reuniões Extraordinárias
Abril 2018	02 Reuniões Extraordinárias
Maio 2018	01 Reunião Ordinária 03 Reuniões Extraordinárias
Junho 2018	02 Reuniões Extraordinárias
Julho 2018	01 Reunião Ordinária 01 Reunião Extraordinária
Agosto 2018	01 Reunião Extraordinária
Setembro 2018	Não foram realizadas reuniões
Outubro 2018	01 Reunião Ordinária 02 Reuniões Extraordinárias
Novembro 2018	01 Reunião Extraordinária
Dezembro 2018	02 Reuniões Extraordinárias

Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, como prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do §1.º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes relativos à Companhia, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possui regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses, uma vez que considera as disposições da Lei das Sociedades por Ações são suficientes para a identificação e administração de conflitos de interesses que possam existir no âmbito da Companhia.

Nos termos da lei, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes informar aos demais administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e extensão do seu interesse. Não se admite voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e os membros dos comitês estatutários técnicos e consultivos, quando criados nos termos do Estatuto Social, se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) da B3, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Rafael Sachete da Silva	08/12/1982	Pertence apenas à Diretoria	27/05/2019	AGO de 2021	1
823.924.550-15	Advogado	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	27/05/2019	Sim	0.00%
Diretor Financeiro.					
Aline Ferreira Penna Peli	08/02/1984	Pertence apenas à Diretoria	27/05/2019	AGO de 2021	1
308.774.048-95	Administradora de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/05/2019	Sim	0.00%
Diretora de Planejamento Estratégico					
Alexandre Café Birman	01/08/1976	Pertence apenas à Diretoria	27/05/2019	AGO de 2021	6
002.293.896-60	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/05/2019	Sim	0.00%
Diretor Vice-Presidente de Operações.					
Guilherme Affonso Ferreira	09/05/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	5
762.604.298-00	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100.00%
José Ernesto Beni Bolonha	02/04/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	6
532.430.488-34	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2019	Sim	100.00%
Alessandro Giuseppe Carlucci	19/05/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	1
084.142.238-93	Administrador de Empresas	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	30/04/2019	Sim	100.00%
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	09/10/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	0
052.571.868-02	Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Juliana Rozenbaum Munemori	21/07/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	4
081.606.157-28	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100.00%
Luiz Fernando Giorgi	03/09/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	1
064.116.138-77	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100.00%
Alexandre Café Birman	01/08/1976	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	AGO de 2021	1
002.293.896-60	Administrador de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2019	Sim	100.00%
Martin da Silva Gesto	01/03/1985	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	2
004.401.430-98	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	100.00%
Ricardo Gus Maltz	12/12/1958	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	2
360.267.860-15	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	100.00%
Valmor Leandro Biason	11/03/1965	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	1
405.745.980-49	Advogado, Contador e Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	66.66%
João Luiz Trindade Telles da Silva	17/10/1977	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	1
676.795.950-20	Administrador de empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	83.33%
Vinícius de Azambuja Franco	26/07/1980	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
971.590.850-00	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	66.66%
Clóvis José Ceretta	25/10/1958	Conselho Fiscal	30/04/2020	AGO de 2021	2
210.749.250-68	Administrador de empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2020	Sim	83.33%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Rafael Sachete da Silva - 823.924.550-15

O Sr. Rafael Sachete juntou-se à Arezzo&Co em 2004, tendo atuado durante a maior parte deste período nas áreas financeira e corporativa da Companhia. Ocupou os cargos de Gerente Financeiro/Tesouraria e Gerente Geral, liderando as áreas Financeira, Jurídica, Fiscal e Contábil da Arezzo&Co. Entre os anos de 2013 e 2014, foi responsável pela implementação do sistema SAP. O Sr. Rafael é Bacharel em Direito e possui MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente também é Diretor da ABLAC Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados). O Sr. Rafael informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Rafael declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Rafael declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rafael declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Aline Ferreira Penna Peli - 308.774.048-95

A Sra. Aline Penna possui 14 anos de experiência no mercado financeiro, tendo trabalhado ao longo de sua carreira em bancos nas áreas de Buy-Side Equity Research, Private Equity e Investment Banking / M&A. Antes de se juntar à Arezzo&Co em abril de 2017, Aline foi por 6 anos analista-sênior no HSBC Asset Management e no Bradesco Asset Management, com foco na cobertura de empresas do segmento de consumo e varejo, no Brasil e na América Latina. A Sra. Aline Penna é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. A Sra. Aline informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, a Sra. Aline declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. A Sra. Aline declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Aline declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Alexandre Café Birman - 002.293.896-60

Alexandre Café Birman - 002.293.896-60

CEO da Arezzo&Co desde 2013. Fundador de quatro marcas do portfólio da Arezzo&Co – Schutz, Alexandre Birman, Fiever e Owme – acumula mais de 24 anos de experiência no mercado calçadista e é responsável pela internacionalização das operações da companhia. O Sr. Alexandre é graduado pela FUMEC de Belo Horizonte e participa do Owners and President Management Program, da Harvard Business School, em Boston, EUA.
O Sr. Alexandre recebeu o Vivian Infantino Emerging Talent Award em 2009; categoria do Footwear News Achievement Award. Foi nomeado “Top 10 Designer 2012” pela Footwear News; é membro do CFDA (Council of Fashion Designers of America) desde 2013 e foi nomeado “Designer of The Year” pela FFANY (Fashion Footwear Association of NY), em 2017.
O Sr. Alexandre informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Alexandre Café Birman declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
O Sr. Alexandre declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Alexandre declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

Guilherme é membro independente do conselho de administração da Companhia. Graduou-se em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, e em Economia e Política pela Macalester College, Minnesota, EUA. Atualmente atua como: (i) membro do conselho de administração das seguintes empresas: (a)B3; (b) Bahema; (c) SulAmerica ; (d) T4F S/A e (ii) como conselheiro das seguintes Entidades de Benemerência: (a) Instituto de Cidadania Empresarial; (b) Esporte Solidário; e (c) Força Tarefa de Finanças Sociais. Nenhuma das sociedades e entidades citadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. Guilherme informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Guilherme declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
Guilherme declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Guilherme declara, portanto, estar habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Ernesto Beni Bolonha - 532.430.488-34

José Ernesto é bacharel, licenciado e pós-graduado em Psicologia e em Administração de Empresas, pela Pontifícia Universidade (PUC), em São Paulo, pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, pela Bowling Green State University, Ohio, EUA e pela University of Kalamazoo, Michigan, EUA. José Ernesto é também fundador e presidente da “Ethos Desenvolvimento Humano e Organizacional", autor, consultor e conferencista nacional e internacional em Psicologia do Desenvolvimento aplicada a Administração e à Educação. O Sr. José também é criador e coordenador de programas de desenvolvimento organizacional com foco em sucessão de empresas familiares, fusões e aquisições, planejamento estratégico e construção de equipes de alta gestão. Adicionalmente, o Sr. José é membro do conselho de mentores do Instituto de Estudos do Futuro (USP/PUC/Unicamp), membro do conselho da Rede Internacional de Educação para a Paz e a Cidadania, membro do conselho do CIES (ONU, OMS), membro do conselho do Teatro de Tábuas, membro do conselho do Colégio Santa Cruz e membro do conselho de Avaliação do IBMEC/SP. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. José informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Por fim, o Sr. José Ernesto declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
O Sr. José Ernesto declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. José Ernesto declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Alessandro Giuseppe Carlucci - 084.142.238-93

Alessandro Giuseppe Carlucci, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com MBA Executivo pelo PDG/SDE Escola de Negócios. O Sr. Alessandro comandou, por mais de uma década, a Natura, de onde saiu no final de 2014. Participou também dos conselhos da Renner, Redecard e da Alcoa Latam e, no Itaú-Unibanco, foi membro do Conselho Consultivo. Presidiu a Associação Mundial de Empresas de Vendas Diretas. Atualmente, o Sr. Alessandro preside o conselho da Business for Social Responsibility (BSR) e faz parte do conselho do Demin Center e Executive in Residence da Columbia University. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. Alessandro informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Por fim, o Sr. Alessandro Giuseppe Carlucci declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
O Sr. Alessandro declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Alessandro declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano graduou-se em Direito pela Faculdade de Direto de Franca em 1972. Iniciou suas atividades profissionais na Magazine Luiza, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, depois de participar da criação de holding para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010, e em 2011, foi eleita a vice-presidente. Faz parte do Conselho de Administração da Magazine Luiza desde junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A., tendo assumido os cargos em 2005. A Sra. Luiza também é conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). A Sra. Luiza informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, a Luiza Helena ocupou o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, até 30 de março de 2017, motivo pelo qual é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada . A Sra. Luiza declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Luiza declara, portanto, estar devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28

A Sra. Juliana é membro independente do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. desde abril de 2017, ocupando também cargo no Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. Desde junho de 2016, é membro independente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas da Duratex S.A.. Desde abril de 2018 é membro independente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, e membro do Comitê de Inclusão e Diversidade da EDP - Energias do Brasil S.A.. A Sra. Juliana, desde dezembro de 2018, também participa do Comitê de Estratégia da Suzano Papel e Celulose S.A. e, desde janeiro de 2019, é membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratorios S.A. Também faz parte do Conselho Consultivo da GoCase e da Uatt, empresas de Empreendedores Endeavor, organização da qual é mentora ativa. Acumulou 13 anos de experiência em Sell Side Equity Research, com foco primordial em empresas do setor de consumo e varejo. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking do Itaú BBA. Anteriormente, atuou como economista no Buy Side de instituições como JGP, Pactual e Icatu. A Sra. Juliana graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e detém a designação CFA®. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). A Sra. Juliana informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, a Sra. Juliana Rozenbaum declara que não é considerada uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
A Sra. Juliana declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal, (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Juliana declara, portanto, estar devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Luiz Fernando Giorgi - 064.116.138-77

Luiz Fernando tem 30 anos de atuação em gestão e liderança, tendo fundado em 2005 a LFG - Liderança e Gestão. O Sr. Luiz Fernando atua como Presidente do Conselho de Administração da Teadit S.A, membro do Conselho Consultivo da Agencia de Propaganda HEADS, membro do Comitê de Pessoas do Banco Santander S.A, membro do comitê de RH da Sul América Seguros S.A. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. Luiz Fernando informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.
O Sr. Luiz Fernando declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz Fernando declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Martin da Silva Gesto - 004.401.430-98

O Sr. Martin da Silva Gesto possui bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutorado Doutorado (Departamento de Direito Financeiro, Econômico e Tributário, pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente atuando no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (órgão vinculado ao Ministério da Fazenda), em Brasília/ DF, Conselheiro, representante dos contribuintes, da 2ª. Turma Ordinária, da 2ª. Câmara, da 2ª. Seção de Julgamento do CARF, sendo, também, Vice-Presidente da referida Turma. Também atuou mais de 10 anos em escritórios de advocacia, sempre atuando com direito tributário e fiscal. O Sr. Martin informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Martin declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Martin declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Martin declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ricardo Gus Maltz - 360.267.860-15

O Sr. Ricardo possui Mestrado em Gestão Empresarial, EBAPE-FGV/RJ – 2010, Pós-graduação em Gestão Empresarial, FGV/RS – 2009, Pós-graduação em Finanças, FGV/RS – 1995. Formação superior em Economia, PUC/RS – 1984. Atualmente Professor da Pós Graduação da FGV. Profissional com grande experiência na área financeira, contabilidade e auditoria. Membro do Conselho Fiscal (suplente) de Lojas Renner S.A. Membro do Conselho de Administração de Reflorestadores Unidos S.A. O Sr. Ricardo informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Ricardo declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Ricardo declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Ricardo declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Valmor Leandro Biason - 405.745.980-49

O Sr. Valmor Leandro Biason é graduado em Direito pela FEEVALE e em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela FACCAT. O Sr. Biason comanda, há mais de 25 anos, a BIASON ASSESSORIA EMPRESARIAL, empresa de serviços jurídicos e contábeis. Na sua atividade o Sr. Biason presta assessoria e consultoria para as maiores indústrias da região do Vale do Sinos. É assessor jurídico e consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Componentes para Calçados – ASSINTECAL e consultor da área tributária da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – ABICALÇADOS. Foi conselheiro no Conselho Jurídico – CONJUR da ACI/NH por 6 anos. Atua também como palestrante na área tributária. Nenhuma das empresas e entidades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. Valmor informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Valmor declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Valmor declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Valmor declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

João Luiz Trindade Telles da Silva - 676.795.950-20

O Sr. João Luiz Trindade Telles da Silva é administrador de Empresas (CRA/RS 33731) e Bacharel em Ciências Contábeis (PUCRS) com conhecimento em Engenharia da Produção, Finanças Corporativas, Controladoria e Direito Societário. Atua desde 2006 como consultor do Núcleo Reestruturação e Performance, do qual é sócio fundador. Carreira consolidada através da gestão de empresas em crise financeira, onde atuou como Executivo responsável pelo processo de Reorganização Empresarial e Consultor, destacando-se nas áreas de: Construção Civil, Automação Industrial, Aviação, Têxtil e Alimentação. Dentre as principais atividades, sobressai a criação e participação de conselhos e grupos de Administração e Gestão nos níveis operacionais, táticos e estratégicos; o apoio ao desenvolvimento de Cisões, Incorporações e Fusões do ponto de vista contábil, administrativo e negocial; Negociação e elaboração de estratégias com Stakeholders; condução interna e externa dos projetos de reestruturação, direcionamento e implementação de ferramentas e condutas vinculadas à Gestão da empresa; Gestão de crise e Desenvolvimento de novas fontes de recursos. O Sr. João informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. João declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. João declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. João declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Vinícius de Azambuja Franco - 971.590.850-00

O Sr. Vinícius de Azambuja Franco é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com Pós-Graduação em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Sr. Vinícius Franco comanda, por mais de uma década, a Taxcon Consultoria Tributária Empresarial, no Rio Grande do Sul. Participou também da Martinelli Advocacia Empresarial por mais de dois anos e, anteriormente, trabalhou em cargo efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) por mais de cinco anos, afora outras experiências de estágio, durante a graduação. Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento). O Sr. Vinicius informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Vinicius declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Vinicius declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Vinicius declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Clóvis José Ceretta - 210.749.250-68

O Sr. Clóvis é graduado em Engenharia Eletronica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graduado em Administração de empresas pelo Centro de Ensino Unificado e Brasília, Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuou durante 10 como oficial engenheiro da Aeronáutica do Brasil. De 1994 até março de 2018, auditor da Receita Federal do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Clóvis informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Clóvis declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Clóvis declara que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Clóvis declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rafael Sachete da Silva - 823.924.550-15	
N/A	
Aline Ferreira Penna Peli - 308.774.048-95	
N/A	
Alexandre Café Birman - 002.293.896-60	

Alexandre Café Birman - 002.293.896-60

N/A

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

N/A

José Ernesto Beni Bolonha - 532.430.488-34

N/A

Alessandro Giuseppe Carlucci - 084.142.238-93

N/A

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

N/A

Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28

N/A

Luiz Fernando Giorgi - 064.116.138-77

N/A

Martin da Silva Gesto - 004.401.430-98

N/A

Ricardo Gus Maltz - 360.267.860-15

N/A

Valmor Leandro Biason - 405.745.980-49

N/A

João Luiz Trindade Telles da Silva - 676.795.950-20

N/A

Vinícius de Azambuja Franco - 971.590.850-00

N/A

Clóvis José Ceretta - 210.749.250-68

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Alessandro Giuseppe Carlucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/05/1966	30/04/2019	Indeterminado
084.142.238-93	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Administrador de Empresas		30/04/2019	1	89.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Alexandre Café Birman	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1976	30/04/2019	Indeterminado
002.293.896-60	Comitê de Estratégia	Empresário		30/04/2019	4	100.00%
Diretor Presidente e Vice-Presidente de Operações e Membro do Conselho Administrativo						
Claudia Falcão da Motta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/01/1965	30/04/2019	Indeterminado
480.834.960-49	Comitê de Pessoas	Psicóloga/Administradora de Empresas		30/04/2019	1	93.00%
Consultor Externo do Comitê						
Edward Ruiz	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/04/1950	30/04/2019	Indeterminado
052.399.217-33	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Contador		30/04/2019	4	83.00%
Consultor Externo do Comitê						
Guilherme Affonso Ferreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/1951	30/04/2019	Indeterminado
762.604.298-00	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Empresário		30/04/2019	4	100.00%
Membro do Independente Conselho de Administração						
José Ernesto Beni Bolonha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/04/1948	30/04/2019	Indeterminado
532.430.488-34	Comitê de Pessoas	Psicólogo/ Empresário		30/04/2019	4	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Admnistração						
Juliana Rozenbaum Munemori	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/07/1976	30/04/2019	Indeterminado
081.606.157-28	Comitê de Estratégia	Economista		30/04/2019	4	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Luiz Fernando Giorgi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/09/1964	30/04/2019	Indetermidado
064.116.138-77	Comitê de Pessoas	Administrador de Empresas		30/04/2019	1	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/10/1951	30/04/2019	Indeterminado
052.571.868-02	Comitê de Estratégia	Empresária		30/04/2019	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Alessandro Giuseppe Carlucci - 084.142.238-93						
Alexandre Café Birman - 002.293.896-60						
Claudia Falcão da Motta - 480.834.960-49						
Edward Ruiz - 052.399.217-33						
Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00						
José Ernesto Beni Bolonha - 532.430.488-34						
Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28						
Luiz Fernando Giorgi - 064.116.138-77						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02						

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alessandro Giuseppe Carlucci - 084.142.238-93	
N/A	
Alexandre Café Birman - 002.293.896-60	

N/A

Claudia Falcão da Motta - 480.834.960-49

N/A

Edward Ruiz - 052.399.217-33

N/A

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

N/A

José Ernesto Beni Bolonha - 532.430.488-34

N/A

Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28

N/A

Luiz Fernando Giorgi - 064.116.138-77

N/A

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Alexandre Café Birman	002.293.896-60	Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Vice-Presidente de Operações e Membro do Conselho Administrativo				
Pessoa relacionada				
Anderson Lemos Birman	130.865.966-00	Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76	
Controlador				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Alexandre Café Birman	002.293.896-60	Controle	Controlador Direto

Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações e Membro do Conselho de Administração (a partir de 28/04/2017)

Pessoa Relacionada

Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76

Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações

Observação

Administrador do Emissor

José Ernesto Beni Bolonha	532.430.488-34	Prestação de serviço	Fornecedor

Membro Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76

Membro Conselho de Administração

Observação

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Alexandre Café Birman	002.293.896-60	Controle	Controlador Direto

Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações e Membro do Conselho de Administração (a partir de 28/04/2017)

Pessoa Relacionada

Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76

Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
José Ernesto Beni Bolonha	532.430.488-34	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76		
Membro Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Alexandre Café Birman	002.293.896-60	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações			
Pessoa Relacionada			
Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76		
Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Operações			
Observação			
Administrador do Emissor			
José Ernesto Beni Bolonha	532.430.488-34	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Arezzo Indústria e Comércio S.A.	16.590.234/0001-76		
Membro Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil contratado através da CHUBB SEGURADORA AS, em benefício de seus administradores (apólices de seguro D&O), o qual se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, as quais estejam atreladas a reclamações de terceiros relacionadas às suas respectivas atividades na Companhia. O valor do prêmio contratado é de R$100.000.000. Tal apólice também é válida para empresas controladas em que a AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRICO S/A, tenha participação superior a 30%. As coberturas seguradas pela referida apólice são:

Cobertura A - Garante ao segurado ou terceiro beneficiário pagamento decorrentes de reclamações ou reclamações por práticas trabalhistas indevidas. Pagamento efetuado pela seguradora diretamente ao autor do processo.

Cobertura B - Mesma abrangência da cobertura "A", para os casos em que o segurado teve de pagar a despesa a seguradora reembolsa dos valores ao segurado.

Cobertura C - Processos referente mercado de capitais. BM&FBovespa, CVM e minoritários.

Cobertura D - (Extensões da cobertura: penhora online e bloqueio de bens (bloqueio de contas bancarias); ações movidas contra contadores da companhia, auditores internos; processos ou procedimentos administrativos ou judiciais movidos contra segurados; custos de investigações/inquéritos.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral

Conforme o Parágrafo Único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência, deste último, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da Assembleia Geral indicar o secretário.

As Assembleias Gerais serão realizadas ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Seguem abaixo as informações sobre as últimas Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2016, 2017 e 2018 e no exercício social, ainda corrente, de 2019:

1ª CONVOCAÇÃO:

EVENTO	DATA DA CONVOCAÇÃO	DATA DA ASSEMBLEIA GERAL	QUORUM DE INSTALAÇÃO
AGO	29.03.2019	30.04.2019	71,75%
AGO	20.03.2018	20.04.2018	78,40%
AGE	08.06.2017	23.06.2017	74,86%
AGOE	29.03.2017	28.04.2017	78,63%
AGO	06.04.2016	29.04.2016	70,92%

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve Assembleias Gerais instaladas em 2ª convocação.

Conselho de Administração

Conforme estabelece o artigo 17 do Estatuto Social, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á ordinariamente trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário.

De acordo com o §5.º do Estatuto Social da Companhia, o mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, salvo destituição, podendo os mesmos ser reeleitos.

12.12 - Outras informações relevantes

Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores eleitos.

Diretoria

De acordo com o artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, conforme estabelece o artigo 24 do Estatuto Social.

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de qualquer de seus membros. A reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões de Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício, de acordo com o previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; ou por 2 (dois) procuradores com poderes especiais em conjunto. Não terão validade os atos praticados em desconformidade com o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.

Comitês não estatutários

Em 2012, a Companhia criou o Comitê de Estratégia e Marcas, não estatutário, com o objetivo de preparar o crescimento da Companhia no longo prazo. Este Comitê está subordinado ao Conselho de Administração tem como principais competências elaborar a estratégia do negócio por meio do crescimento orgânico, mapear concorrência e participação de mercado, analisar potenciais aquisições e parcerias estratégicas, oportunidades de desenvolvimento de novas marcas ou negócios e conduzir a ferramenta de gestão da Companhia no longo prazo. O Comitê é composto por 3 (três) membros e 1 (um) secretário, e realiza reuniões no mínimo a cada 2 (dois) meses.

A Companhia criou, também no início de 2012, o Comitê de Riscos, Auditoria, e Finanças, não estatutário, com o objetivo de identificar e gerir os principais riscos corporativos aos quais a Companhia e seus negócios estão expostos, inclusive riscos de mercado. O Comitê gerencia os riscos por meio da avaliação e monitoramento constante de sua matriz de risco, mediante controles internos sólidos e eficazes. Ainda, o Comitê realiza a supervisão da atuação dos auditores independentes e monitora a estrutura ótima de capital. O Comitê de Risco, Auditoria e Finanças é composto por 3 (três) membros e 1 (um) secretário, dentre

12.12 - Outras informações relevantes

os quais 2 (dois) membros do Conselho de Administração e 1 (um) membro independente.

Também em 2012, foi criado o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, não estatutário, com o objetivo de definir as principais diretrizes referentes às políticas de pessoas, entre suas tarefas deliberar sobre a estrutura organizacional, organizar o recrutamento e seleção de pessoas, deliberar sobre a remuneração de executivos e funcionários, e desenvolver plano de carreira e sucessão das pessoas-chave da Companhia. O Comitê é composto por 3 (três) membros e 1 (um) secretário e realiza reuniões no mínimo a cada 2 (dois) meses.

Os três comitês se reúnem no mínimo bimestralmente e reportam suas atividades e resultados atingidos ao Conselho de Administração da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com o objetivo de oferecer a seus executivos, pacote de remuneração adequado, conciliando metas estratégicas da organização e melhores práticas de mercado, em 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente a política de remuneração da Companhia para os membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários e Gerentes.

A Companhia possui cultura corporativa sólida de gestão voltada para alta performance de resultados. Alinhada a essa filosofia, a área de Gente desenvolveu a estrutura da remuneração para garantir que a Companhia possa atrair e reter os melhores profissionais com as competências e valores requeridos, além de motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais *stakeholders*.

A remuneração dos administradores da Companhia é norteada pelos seguintes princípios e premissas:

- Geração de valor: respeito aos interesses dos *stakeholders* e criação de valor sustentável;
- Meritocracia: valorização da performance, conforme metas e estratégia da Companhia;
- Equidade e competividade: avaliação e adequação às melhores práticas de mercado;
- Cultura: aderência à visão, missão e valores da Companhia.

A Companhia tem um Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos administradores. É o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança que formula proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores estatutários e Diretores Executivos.

A remuneração global dos Diretores não estatutários e Gerentes é aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração global da administração estatutária (Conselho de Administração e Diretoria) e do Conselho Fiscal, por sua vez, é submetida à Assembleia Geral de Acionistas. Cabe ao Conselho de Administração, por sua vez, efetuar a distribuição da verba global anual entre os Conselheiros e Diretores estatutários, depois de considerar o parecer do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos administradores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Destaca-se ainda que, no âmbito de suas práticas remuneratórias, a Companhia conta com dois planos de remuneração baseados em ações voltados a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), e o Plano de Outorga de Ações Restritas ("Plano de Outorga de Ações Restritas" e, em conjunto com o Plano de Opção, os "Planos"), aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 25 de maio de 2012 e 23 de junho de 2017.

Os Planos, cujos principais termos, condições e características encontram-se descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência, estão disponíveis para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (http://arezzoco.com.br/) e na página eletrônica da Companhia no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, na categoria "Plano de Remuneração Baseado em Ações".

Os Planos, que são administrados pelo Conselho de Administração com assessoramento do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, têm como principais objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia, conferindo aos executivos a possibilidade de serem acionistas; (c) alinhar os interesses dos executivos com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a atração e a retenção de administradores e empregados na Companhia.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria:

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária e da Diretoria não estatutária da Companhia é composta por remuneração fixa, que consiste em salário ou pró-labore, em benefícios, que englobam vale refeição, auxílio creche, seguro de vida e assistência médica, e por remuneração variável, consistente em participação nos resultados, bônus e remuneração baseada em ações[1].
A remuneração fixa dos Diretores é definida com o objetivo de alinhar a remuneração dos administradores às práticas do mercado, tendo como referência pesquisa salarial de mercado realizada por empresa terceira.

Os elementos da remuneração variável, por sua vez, visam a remunerá-los de acordo com os resultados de indicadores de desempenho da Companhia e metas individuais estabelecidas no Programa de Participação nos Lucros e Resultados, além de contribuir para a alta performance e o atingimento das metas pré-estabelecidas. Adicionalmente, as parcelas

1 Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

resultantes dos Planos também se revelam importantes para retenção dos executivos como um incentivo de longo prazo.

A estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada e as indicações dos beneficiários são aprovadas pelo Conselho de Administração. A estratégia de remuneração baseada em ações[2] é aprovada pelo Conselho de Administração, com base nos Planos.

Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por remuneração fixa, consistente em pró-labore. Os conselheiros podem receber remuneração adicional por participação em comitês.

Até 30 de abril de 2017, o Presidente do Conselho de Administração fazia jus aos seguintes benefícios: plano de saúde e seguro de vida. Desde 01 de maio de 2017, os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer benefício.

A remuneração fixa é definida com o objetivo de alinhar a remuneração dos administradores às práticas do mercado, de acordo com as pesquisas salariais de mercado para a posição.

Destaca-se que os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, independentemente do número de reuniões do Conselho de Administração convocadas e realizadas.

Comitês:

A Companhia, atualmente, possui os seguintes comitês não estatutários instalados, que constituem órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração:

- Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças;
- Comitê Estratégia e Marcas; e
- Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.

Os membros dos Comitês, sejam eles membros do Conselho de Administração ou não, fazem jus a remuneração fixa mensal em virtude de sua participação nos Comitês. Como destacado anteriormente, os membros do Conselho de Administração que integrem quaisquer dos Comitês acima farão jus a remuneração mensal adicional e fixa por tal função.

Conselho Fiscal:

---

2 Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, segue o previsto no art. 162, §3º, da Lei nº 6.404, de 1976 ("Lei das S.A.").

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

As proporções médias de cada elemento da remuneração nos 3 (três) últimos exercícios sociais (2019, 2018 e 2017) são indicadas na tabela abaixo:

2019	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	78%	22%	0%	0%	0%	**100%**
Diretoria Estatutária	36%	0%	1%	36%	27%	**100%**
Diretoria Não Estatutária	58%	0%	4%	24%	14%	**100%**
Comitês	0%	100%	0%	0%	0%	**100%**

2018	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	73%	27%	0%	0%	0%	**100%**
Diretoria Estatutária	37%	0%	1%	29%	33%	**100%**
Diretoria Não Estatutária	36%	0%	2%	16%	46%	**100%**
Comitês	0%	100%	0%	0%	0%	**100%**

2017	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	80%	19%	1%	0%	0%	**100%**
Diretoria Estatutária	35%	0%	2%	39%	24%	**100%**
Diretoria Não Estatutária	46%	-	3%	39%	12%	**100%**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês	--	100%	--	--	--	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança avalia e propõe a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive coordenando as comparações realizadas pelas consultorias externas especializadas em remuneração contratadas pela Companhia.

O valor global da remuneração dos administradores é definido em Assembleia Geral e distribuído entre os membros nas proporções que forem determinadas pelo Conselho de Administração em reunião própria.

O valor global da remuneração da Diretoria não estatutária é definida pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Governança com base em informações adquiridas por meio de pesquisa de mercado. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia aprovar a remuneração global e a distribuição da remuneração da Diretoria não estatutária, com base na proposta do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.

Individualmente, os valores de remuneração pagos aos administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, em empresas de portes e setores similares aos da Companhia, visando a avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração visa a promover o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

Adicionalmente, no que diz respeito à remuneração baseada em ações[3] a que fazem jus os beneficiários dos Planos, como destacado no item 13.1(a) acima, visa-se a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia com o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia e das pessoas elegíveis à remuneração baseada em ações, possibilitando a atração e manutenção dos profissionais elegíveis.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os órgãos da administração da Companhia não têm membros não remunerados.

---

[3] Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa não é referenciada em indicadores de desempenho, sendo determinada e revista com base em pesquisas salariais anuais, utilizando como referência práticas de mercado e empresas de portes e setores similares aos da Companhia, visando a avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes.

A remuneração variável anual, consistente em participação nos resultados, depende de indicadores de desempenho tais como metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas está incluído, principalmente, o acompanhamento do resultado global mensurado pelo EBITDA. São realizadas avaliações periódicas para mensurar o desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia.

Já a parcela da remuneração variável baseada em ações[4], nos termos dos Planos, é vinculada ao desempenho das ações no mercado financeiro, e, no caso do Plano de Outorga de Ações Restritas, a metas empresariais quantitativas, principalmente, o acompanhamento do resultado global mensurado pelo EBITDA e ROIC.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês é fixa e independe de indicadores de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Conforme exposto no item "c" acima, somente a parcela variável da remuneração dos Diretores estatutários e dos Diretores não estatutários está vinculada a indicadores de desempenho da Companhia no período em questão.

A esse respeito, destaca-se que os valores a serem pagos aos Diretores a título de participação nos resultados dependem da evolução e do alcance de metas individuais pelos Diretores e de metas consolidadas globais pela Companhia.

Em regra, caso as metas mínimas não sejam alcançadas, o Diretor não fará jus à respectiva remuneração variável. Em contrapartida, caso haja uma superação da meta global poderá haver parcela maior na distribuição do Programa de Participação nos Lucros, que estará restrita ao limite máximo determinado no Programa de Participação nos Lucros da Companhia e validado pela Comissão de Funcionários Representantes e Sindicatos de cada unidade.

---

[4] Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A estratégia de remuneração da Companhia procura incentivar os profissionais a buscarem maior rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de maneira a alinhar os interesses desses com os da Companhia.

Em perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários, pró-labores e pacotes de benefícios competitivos, compatíveis com as melhores práticas de mercado.

No médio prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio do pagamento de participação nos resultados a determinados Diretores estatutários e Diretores não estatutários. Isso porque referida participação está diretamente ligada ao atingimento de metas qualitativas e quantitativas, dentre as quais se inclui, principalmente, o resultado global da Companhia mensurado pelo EBITDA.

No longo prazo, o alinhamento é objetivado especialmente por meio dos Planos, que priorizam o desempenho da Companhia e o atingimento de metas estratégicas. Os Planos contribuem, ainda, para estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, alinhar os interesses das pessoas elegíveis aos interesses dos acionistas da Companhia, além de possibilitar a atração e a retenção de administradores e funcionários-chave da Companhia.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; e

A Companhia esclarece que não há qualquer remuneração de sua administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

A Companhia esclarece que não há qualquer remuneração ou benefício de sua administração vinculado à ocorrência de eventos societários determinados, tal como a alienação do seu controle societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

O Conselho de Administração conta com o suporte do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança no processo de definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores estatuários e não estatutários e Gerentes.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança analisa a performance dos seus executivos, pesquisas de mercado, e caso necessário, contrata empresas de consultoria especializadas no tema para embasar suas recomendações ao Conselho

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

de Administração quanto ao posicionamento adequado ou eventual necessidade de ajustes nas remunerações praticadas.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Como destacado nos itens anteriores, o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança é o principal órgão de assessoramento do Conselho de Administração no processo de definição da remuneração da administração.

Cabe ao Comitê avaliar, emitir seu parecer e fazer as recomendações necessárias à tomada de decisão do Conselho de Administração, a quem compete submeter à Assembleia Geral a proposta de fixação da remuneração global da administração, e definir a remuneração individual dos administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

No processo de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança analisa comparativamente pesquisas e práticas de mercado com vistas a identificar o alinhamento ou possíveis distorções na remuneração dos principais administradores e executivos da empresa, possibilitando tomadas de decisão devidamente embasadas. Quando entende necessário, o Comitê solicita a contratação de empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avalia as práticas de remuneração de empresas de porte similar, do mesmo segmento e/ou da mesma região de atuação da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração reavalia anualmente a adequação de suas práticas de remuneração, com suporte do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, conforme descrito nos itens anteriores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,33	3,00	13,33
Nº de membros remunerados	6,00	3,33	3,00	12,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.027.250,72	4.496.738,66	446.054,40	6.970.043,78
Benefícios direto e indireto	0,00	169.396,71	0,00	169.396,71
Participações em comitês	796.400,00	0,00	0,00	796.400,00
Outros	564.730,14	1.137.416,64	89.210,88	1.791.357,66
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos - INSS	Encargos: FGTS e INSS	Encargos: INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.602.512,00	0,00	2.602.512,00
Participação de resultados	0,00	1.269.533,46	0,00	1.269.533,46
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	520.502,40	0,00	520.502,40
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos: INSS Bônus		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.178.531,89	0,00	4.178.531,89
Observação				
Total da remuneração	3.388.380,86	14.374.631,76	535.265,28	18.298.277,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,50	2,00	12,50
Nº de membros remunerados	6,00	3,50	2,00	11,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.617.240,00	4.404.927,19	252.313,61	6.274.480,80
Benefícios direto e indireto	0,00	172.282,25	0,00	172.282,25
Participações em comitês	592.000,00	0,00	0,00	592.000,00
Outros	441.848,00	1.113.453,81	50.462,72	1.605.764,53

Descrição de outras remunerações fixas	Encargos	Encargos	Encargos	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.934.400,00	0,00	1.934.400,00
Participação de resultados	0,00	900.075,22	0,00	900.075,22
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	386.880,00	0,00	386.880,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	531.230,31	0,00	531.230,31
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.944.105,79	0,00	3.944.105,79
Observação				
Total da remuneração	2.651.088,00	13.387.354,57	302.776,33	16.341.218,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	7,33	3,00		10,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.480.000,00	3.107.937,06		4.587.937,06
Benefícios direto e indireto	14.141,23	185.893,59		200.034,82
Participações em comitês	360.000,00	0,00		360.000,00
Outros	368.000,00	1.166.215,56		1.534.215,56
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos	Encargos		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	877.000,00		877.000,00
Participação de resultados	0,00	2.520.571,00		2.520.571,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	206.648,56		206.648,56
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.085.745,87		2.085.745,87
Observação		Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.		
Total da remuneração	2.222.141,23	10.150.011,64		12.372.152,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	3,58		13,58
Nº de membros remunerados	10,00	3,58		13,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	3.102.931,30		4.302.931,30
Benefícios direto e indireto	41.562,48	116.481,56		158.044,04
Participações em comitês	480.000,00	0,00		480.000,00
Outros	336.000,00	1.054.144,41		1.390.144,41
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos: INSS	Encargos: INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	778.338,99		778.338,99
Participação de resultados	0,00	1.477.383,82		1.477.383,82
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	155.668,00		155.668,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos: INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	294.806,00		294.806,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.106.919,00		1.106.919,00

Observação				
Total da remuneração	2.057.562,48	8.086.673,08		10.144.235,56

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2016			
Número de Membros	10,00	3,58	13,58
Número de Membros remunerados	0,00	3,58	3,58
Bônus (em R$)	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.353.850,00	1.353.850,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício		778.338,99	778.338,99
Participação no resultado (em R$)			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.566.384,00	1.566.384,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	1.477.383,82	1.477.383,82

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2017			
Número de Membros	8,00	3,00	11,00
Número de Membros remunerados	0,00	3,00	3,00
Bônus (em R$)	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.100.000,00	2.100.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	2.512.345,00	2.512.345,00
Participação no resultado (em R$)			

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.168.135,00	1.168.135,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	885.226,00	885.226,00

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2018

2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Número de Membros	7	3	3,5	13,5
Número de Membros remunerados	0	0	3,5	3,5
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	558.000,00	558.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	3.348.000,00	3.348.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	2.280.000,00	2.280.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	1.934.400,00	1.934.400,00
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	253.863,91	253.863,91
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	1.515.563,28	1.515.563,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	1.057.500,00	1.057.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	900.075,22	900.075,22

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2019

2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Número de Membros	7	3	3,33	13,33
Número de Membros remunerados	0	0	3,33	12,33
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	669.600,00	669.600,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	3.348.000,00	3.348.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	2.232.000,00	2.232.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	3.008.392,68	3.008.392,68
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	266.531,20	266.531,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	1.323.856,00	1.323.856,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	881.104,00	881.104,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	1.018.413,19	1.018.413,19

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em 2019, estavam vigentes dois planos de remuneração baseado em ações[1] da Companhia, para os quais eram elegíveis seus administradores: o Plano de Opção (Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2012), e o Plano de Outorga de Ações Restritas (aprovado Assembleia Geral realizada em 23 de junho de 2017).

a) Termos e condições gerais

Plano de Opção

Considerando que a Companhia deseja estimular o empreendedorismo daqueles profissionais que com ela se relacionam, instituiu, no exercício social de 2012, o Plano de Opção. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012 foi aprovada a primeira outorga de opções de compra de ações ("Primeira Outorga – Plano de Opção"), em 27 de maio de 2013 foi aprovada a segunda outorga de opções de compra de ações ("Segunda Outorga – Plano de Opção"), em 26 de maio de 2014 foi aprovada a terceira outorga de opções de compra de ações ("Terceira Outorga – Plano de Opção"), em 25 de maio de 2015 foi aprovada a quarta outorga de opções de compra de ações ("Quarta Outorga – Plano de Opção") e, em 30 de maio de 2016 foi aprovada a quinta outorga de opções de compra de ações ("Quinta Outorga – Plano de Opção").

Nos exercícios de 2017 e 2018 não foram outorgadas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção.

Os principais termos e condições vigentes das opções outorgadas a beneficiários administradores encontram-se descritos abaixo.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os Diretores Estatutários e Não Estatutários da Companhia, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob seu controle que sejam referendados pelo Conselho de Administração ("Pessoas Elegíveis").

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis para receber opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano de Opção, com exceção daqueles que ocupam cargo de Diretor da Companhia cumulativamente ao cargo de membro do Conselho de Administração, que poderão, na qualidade de Diretor, receber outorgas no âmbito do Plano de Opção.

[1] Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Cada uma das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção, quando exercidas, conferem ao respectivo beneficiário direito de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia, observadas as condições estabelecidas no respectivo Contrato de Outorga de Opção.

O Plano de Opção prevê a outorga de opções de duas espécies, com as seguintes principais características:

(a) Opções do lote I: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período compreendido entre a data em que o beneficiário exercer a respectiva opção e o terceiro aniversário da data de referido exercício; e

(b) Opções do lote II: (i) tornar-se-ão exercíveis na seguinte proporção (i.1) 25% no primeiro aniversário da respectiva data de outorga; (i.2) 25% no segundo aniversário da data de outorga; e (i.3) 50% no terceiro aniversário da respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 3 anos, contados da data em que se tornarem exercíveis.

O Plano de Opção é administrado pelo Conselho de Administração, que, observadas as condições gerais do Plano de Opção e disposições legais pertinentes, terá amplos poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas à administração do Plano e para estabelecer as condições das opções a serem outorgadas e a modificação dessas condições.

A outorga de opções nos termos do Plano de Opção é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os beneficiários, podendo o Conselho de Administração estabelecer, a seu critério, termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Com o intuito de permitir a outorga de ações restritas a administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle, a Companhia, aprovou, no exercício de 2017, o Plano de Outorga de Ações Restritas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Primeiro Programa de Outorga no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas ("Primeira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas").

Em reunião do Conselho de Administração realizada em Junho de 2018, foi aprovado o [Segundo Programa de Outorga no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas ("Segunda Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas").

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano de Outorga de Ações Restritas estabelece que os seus beneficiários terão pleno direito às ações a partir do atingimento das métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos beneficiários, no período compreendido entre a data de outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções: (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da data de outorga; (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da data de outorga; (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da data de outorga; e (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da data de outorga.

O beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de ações restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração.

b) Principais objetivos do plano;

Plano de Opção:

O Plano de Opção busca estimular os administradores e demais pessoas elegíveis a perseguir o planejamento estratégico da Companhia e garantir a geração de valor. Busca-se, com o Plano de Opção, alinhar as ações de curto e longo prazo dos administradores e demais Pessoas Elegíveis ao crescimento da rentabilidade das operações da Companhia. Além disso, o Plano de Opção objetiva também a atração e a retenção dos melhores talentos para atuação como Administradores e profissionais-chave.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Plano de Outorga de Ações Restritas tem como principais objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos;

Tanto por meio do Plano de Opção quanto por meio do Plano de Outorga de Ações Restritas, ao possibilitar que os beneficiários adquiram ações de emissão da Companhia, estimula-se a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e incentiva-se o alinhamento de interesses dos beneficiários aos interesses dos acionistas.

Isso ocorre na medida em que os beneficiários passam a compartilhar com a Companhia e seus acionistas os riscos e variações do mercado de capitais, tendo sua remuneração afetada pelo desempenho da Companhia e consequente valorização de suas ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Com isso, também por meio das perspectivas de ganhos no âmbito dos Planos, contribui-se para a atração e retenção de profissionais-chave e talentos.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia;

Os Planos compõem a remuneração dos administradores no pilar de remuneração variável de longo prazo, complementando os demais componentes da remuneração dos administradores da Companhia, que possuem foco no curto e médio prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo;

Os Planos contribuem para que a Companhia atraia e retenha profissionais com as melhores qualificações para a organização, atribuindo responsabilidade e vinculando administradores e profissionais-chave beneficiários aos riscos e variações do mercado de capitais.

Nesse sentido, com base nas metas estabelecidas nos programas de outorga, no âmbito dos Planos, a administração da Companhia tem ferramentas para alinhar os potenciais ganhos dos beneficiários tanto ao desempenho de curto de prazo, quanto ao atingimento de indicadores e resultados de médio e longo prazo.

f) Número máximo de ações abrangidas;

Plano de Opção

O número total de ações que poderão ser adquiridas e/ou subscritas no âmbito do Plano de Opção não excederá 5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do Plano de Opção, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, as quais poderão ser objeto de novas outorgas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Poderão ser entregues aos beneficiários do Plano de Outorga de Ações Restritas ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação do referido plano.

No caso de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos programas já instituídos, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos seus beneficiários.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

g) Número máximo de opções a serem outorgadas;

Plano de Opção:

Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir 1 ação de emissão da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está sujeita ao limite descrito no item "f" acima.

Plano de Outorga de Ações Restritas:

No âmbito do Plano de Ações restritas, anualmente, ou quando julgar conveniente, o conselho de administração poderá aprovar a outorga de ações restritas no âmbito dos programas de outorgas. O número máximo de ações restritas que poderão ser outorgadas é o descrito no item "f" anterior.

h) Condições de aquisição de ações

Plano de Opção:

As opções outorgadas aos beneficiários dos termos do Plano de Opções se tornam exercíveis na medida em que, findo o prazo de carência para o seu exercício, os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou outra sociedade sob seu controle.

Os prazos de carência e de exercício das opções depende do lote ao qual as opções outorgadas pertençam, observadas, ainda, eventuais condições específicas previstas no Contrato de Outorga de Opção.

A seguir, estão descritas as principais diferenças do prazo de carência dos lotes, conforme previsto no Plano de Opção:

(a) Opções do Lote I (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias contados da data em que se tornarem exercíveis; e

(b) Opções do Lote II (i) tornar-se-ão exercíveis na seguinte proporção: (i.1) 25% no primeiro aniversário da respectiva data de outorga; (i.2) 25% no segundo aniversário da data de outorga; e (iii.3) 50% no terceiro aniversário da respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 3 anos, contados da data em que se tornarem exercíveis.

Plano de Outorga de Ações Restritas:

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração poderá aprovar a outorga de ações restritas, no âmbito de cada programa de outorga de ações restritas que poderá ser criado, aprovado e/ou cancelado pelo Conselho de Administração ("Programa – Plano de Outorga de Ações Restritas").

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Os beneficiários somente poderão participar de um novo Programa após o decurso do período de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de outorga do primeiro Programa, exceto se de outra forma definido pelo Conselho de Administração.

A transferência das ações restritas para o beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Outorga de Ações Restritas, nos Programas e nos Contratos de Outorga, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre as ações restritas ou representa a garantia do seu recebimento. As ações restritas entregues aos beneficiários terão os direitos estabelecidos no Plano e nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, sendo que o beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às ações restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das ações restritas para os beneficiários.

Observados os demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos beneficiários, no período compreendido entre a data de outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções: (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da data de outorga; (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da data de outorga; (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da data de outorga; e (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da data de outorga. O Conselho de Administração poderá estabelecer, a seu critério, prazos diversos para a aquisição do direito às ações restritas outorgadas.

Os beneficiários poderão receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de ações restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venham a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme definido pelo Conselho de Administração.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção é determinado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderada pelo volume de negociação, nos 90 últimos pregões que antecederem a aprovação da outorga, admitido deságio de até 30%.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para satisfazer a outorga de ações restritas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas, a Companhia, observando as normas aplicáveis, poderá alienar ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários, nos termos da Instrução CVM nº 567/15.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O preço de referência por ação restrita será equivalente à média ponderada (e não média simples) das cotações das ações de emissão da Companhia nos pregões ocorridos nos meses de fevereiro a maio de cada ano, na B3.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção

O prazo de exercício foi fixado em linha com o intuito de incentivo e retenção dos administradores na Companhia no curto, médio e longo prazo.

O prazo para exercício das opções será diferente dependendo do lote ao qual as opções outorgadas pertencerem, observadas, ainda, eventuais condições específicas previstas no Contrato de Outorga de Opção.

A seguir, estão descritas as principais diferenças do prazo de exercício dos lotes, conforme previsto no Plano de Opção:

(a) Opções do lote I (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias contados da data em que se tornarem exercíveis; e

(b) Opções do lote II (i) tornar-se-ão exercíveis na seguinte proporção: (i.1) 25% no primeiro aniversário da respectiva data de outorga; (i.2) 25% no segundo aniversário da data de outorga; e (iii.3) 50% no terceiro aniversário da respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 3 anos, contados da data em que se tornarem exercíveis.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O prazo de aquisição de direitos em relação às ações restritas outorgadas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas foi fixado em linha com o intuito de incentivo e retenção dos administradores na Companhia no curto, médio e longo prazo.

Observados os termos e condições aplicáveis, conforme Plano de Outorga de Ações Restritas, e os respectivos Programas e Contratos de Outorga, os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas serão adquiridos nas seguintes proporções: (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da data de outorga; (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da data de outorga; (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da data de outorga; e (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da data de outorga. O Conselho de Administração poderá estabelecer, a seu critério, prazos diversos para a aquisição do direito às ações restritas outorgadas.

k) Forma de liquidação

Plano de Opção

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação divulgado pelo Conselho de Administração.

O preço de exercício da opção deve ser pago pelo beneficiário preferencialmente à vista, em dinheiro, na data do exercício da respectiva opção pelo beneficiário, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Opção outras formas, condições e prazos de pagamento.

Nos Contratos de Opção firmados com os administradores da Companhia até 31.12.2016, o preço de exercício, em regra, deve ser pago na data de exercício da opção.

Com o propósito de satisfazer o exercício das opções outorgadas, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações de sua emissão dentro do limite do capital autorizado, ou vender ações por ela mantidas em tesouraria.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para satisfazer a outorga de ações restritas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas, a Companhia, observando as normas aplicáveis, poderá alienar ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários, nos termos da Instrução CVM nº 567/15.

A transferência das ações restritas para o beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Outorga de Ações Restritas, nos Programas e nos Contratos de Outorga, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre as ações restritas ou representa a garantia do seu recebimento. As ações restritas entregues aos beneficiários terão os direitos estabelecidos no Plano e nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, sendo que o beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às ações restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das ações restritas para os beneficiários.

l) Restrições à transferência das ações

Plano de Opção:

Nos termos do Plano de Opção, sem prejuízo de eventuais condições específicas previstas nos Contratos de Outorga de Opção, as ações decorrentes do exercício de opções do lote I não poderão ser negociadas durante o período que se inicia na data de exercício da respectiva opção e termina no terceiro aniversário de referida data de exercício.

Cumpre ressaltar, ainda, que, enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas em razão do exercício da opção, independentemente do lote ao qual pertença, não poderão ser alienadas a terceiros, salvo

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do beneficiário para com a Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Plano de Outorga de Ações Restritas:

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações restritas.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Plano de Opção

O Plano de Opção expirará (i) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção; (ii) por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

A extinção do Plano de Opção por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia não afetará a eficácia das opções então em vigor anteriormente outorgadas (salvo se diversamente acordado por escrito com o respectivo beneficiário), tampouco a eficácia e validade das restrições à negociação com as opções, as ações e/ou a eventual direito de preferência.

Na hipótese de a Companhia se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, o Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (i) a substituição das ações objeto das opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (ii) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das opções, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (iii) o pagamento em dinheiro da quantia a que o beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opção.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

Por fim, o Conselho de Administração poderá estabelecer regras complementares ao Plano de Opção e rever suas condições, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Adicionalmente, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;
(b) após o decurso do prazo de vigência da opção;
(c) mediante o distrato do contrato de opção;
(d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
(e) na hipótese de inadimplemento do contrato pelo beneficiário;
(f) no caso de desligamento do beneficiário nas hipóteses estabelecidas no Plano conforme indicadas no item abaixo.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Cumpre à Assembleia Geral aprovar, alterar, suspender ou extinguir o Plano de Outorga de Ações Restritas.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Outorga de Ações Restritas e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Outorga de Ações Restritas e dos Programas, incluindo a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações restritas e a proposição de eventuais alterações ao Plano de Outorga de Ações Restritas.

Toda e qualquer alteração do Plano de Outorga de Ações Restritas, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária e, uma vez aprovada, somente poderá atingir as ações restritas a serem outorgadas.

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano de Outorga de Ações Restritas está a ocorrência de fatores que causem mudança significativa no sistema tributário financeiro nacional.

O Plano de Outorga de Ações Restritas permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

O direito ao recebimento das ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (i) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses indicadas no item abaixo.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de Opção

Em qualquer hipótese de desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, as opções não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data do desligamento do beneficiário.

Nos casos em que o beneficiário desligar-se da Companhia (i) por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço; (ii) por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescisão do contrato de prestação de serviço sem que tenha havido o descumprimento de seus termos e condições; e (iii) por aposentadoria, as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de desligamento da Companhia, por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violação dos deveres e atribuições de Administrador, ou rescisão do contrato de prestação de serviço por descumprimento de seus termos e condições, todas as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

No caso de desligamento por falecimento ou invalidez permanente, as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do desligamento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário no caso de falecimento, ou pelos seus representantes no caso de invalidez permanente, no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que as ações adquiridas e/ou subscritas em tais circunstâncias se tornarão automaticamente disponíveis para negociação, independentemente de as mesmas estarem sujeitas a eventual período de vedação à negociação, respeitadas a lei e a regulamentação aplicáveis.

Se, antes do término do período de vedação à negociação, o beneficiário se desligar da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de Administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia terá a opção de recomprar as ações restritas, pelo mesmo preço de exercício pago pelo beneficiário para aquisição das ações restritas, exercível pelo prazo de 120 dias a contar da data do respectivo desligamento.

Não obstante, o Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as mencionadas, ou estipular novas regras, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para fins do Plano de Outorga de Ações Restritas, entende-se por desligamento o término da relação jurídica de administrador ou empregado entre o beneficiário e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento – Plano de Outorga de Ações Restritas").

Na hipótese de Desligamento – Plano de Outorga de Ações Restritas, exceto por invalidez permanente ou falecimento, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao beneficiário.

Na hipótese de Desligamento – Plano de Outorga de Ações Restritas por motivo de invalidez permanente ou falecimento, os herdeiros ou sucessores legais do beneficiário, no caso de falecimento, ou seus representantes legais, no caso de invalidez permanente, farão jus ao recebimento: (i) das ações restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo beneficiário, ainda que as ações restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia; e (ii) das ações restritas objeto do período aquisitivo imediatamente subsequente ao evento de falecimento ou invalidez permanente, observadas as métricas de desempenho e demais condições aplicáveis às ações restritas objeto do referido período, as quais serão recebidas pelos sucessores legais na data originalmente prevista, sendo certo que as demais ações restritas objeto dos períodos aquisitivos subsequentes restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer a indenização ao beneficiários e seus sucessores legais.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas no Plano de Outorga de Ações Restritas no caso de Desligamento – Plano de Outorga de Ações Restritas, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As tabelas a seguir apresentam informações quantitativas em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor nos exercícios sociais findos em, 31.12.2016, 31.12.2017, 31.12.2018 e 31.12.2019 e à prevista para o exercício social corrente. Para melhor organização, foram indicadas em tabelas distintas, em relação aos exercícios aplicáveis, as informações relativas ao Plano de Opção e ao Plano de Outorga de Ações Restritas.

Remuneração Baseada em Ações – Exercício Social encerrado em 31.12.2016 (Plano de Opção)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	10,00	3,58
Nº de membros remunerados	-	3,00
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(a.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	R$20,856948048
(a.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	R$27,613453786
(a.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	R$18,418830632
(a.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	R$19,909130890
(a.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de Opção		-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(c.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	R$20,856948048
(c.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c4) referente à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(c5) referente à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	R$17,679048801
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas.	-	0,190%

Remuneração Baseada em Ações – Exercício Social encerrado em 31.12.2017 (Plano de Opção)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

(a.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de	-	R$27,613453786
(a.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de	-	R$18,418830632
(a.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de	-	R$19,909130890
(a.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de	-	R$17,679048801
(b) Das opções perdidas durante o exercício	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício	-	-
(c.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de	-	R$27,613453786
(c.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	R$18,418830632
(c.4) referente à Quarta Outorga - – Plano de Opção	-	-
(c.5) referente à Quinta Outorga - – Plano de Opção	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício	-	-
(d.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção		
(d.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção		
(d.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção		
(d.4) referente à Quarta Outorga - – Plano de Opção		
(d.5) referente à Quinta Outorga - – Plano de Opção		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas.	-	0,077%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração Baseada em Ações – Exercício Social encerrado em 31.12.2018 (Plano de Opção)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(a.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	R$19,90913089
(a.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	R$17,679048801
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(b.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(c.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.4) referente à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	R$19,90913089
(c.5) referente à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
(d.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.4) referente à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.5) referente à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas.	-	0,190%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração Baseada em Ações para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (Plano de Opção)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,00	3,33
Nº de membros remunerados	-	3,33
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(a.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(a.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	R$17,679048801
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(b.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.4) referentes à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(b.5) referentes à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(c.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.4) referente à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(c.5) referente à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	R$17,679048801
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
(d.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.4) referente à Quarta Outorga – Plano de Opção	-	-
(d.5) referente à Quinta Outorga – Plano de Opção	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas.	-	0,0%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

As tabelas a seguir

Remuneração Baseada em Ações – Exercício Social encerrado em 31.12.2017		
Remuneração Baseada em Ações – Exercício Social encerrado em 31.12.2018 (Plano de Outorga de Ações Restritas)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Remuneração Baseada em Ações Exercício Social encerrado em 31.12.2019 (Plano de Outorga de Ações Restritas)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,00	3,33
Nº de membros remunerados	-	3,33
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	-	Não há diluição
Nº de membros	7,00	3,33
Nº de membros remunerados	-	3,33
Preço médio ponderado de exercício:	-	R$32.287
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas.	-	Não há diluição
(a) Das outorgas em aberto no início do exercício social	-	-
(a.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	R$32.287
(a.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	R$49,958
(a.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	R$ 0,00
(b) Das outorgas perdidas durante o exercício social	-	-
(b.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(b.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(b.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(c) Das outorgas exercidas durante o exercício social	-	-
(c.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(c.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(c.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(d) Das outorgas expiradas durante o exercício social	-	-
(d.1) referentes à Primeira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(d.2) referentes à Segunda Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
(d.3) referentes à Terceira Outorga – Plano de Outorga de Ações Restritas	-	-
Diluição potencial no caso do transferência efetiva de todas as ações outorgadas.	-	Não há diluição

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

apresentam informações **quantitativas** em relação às outorgas reconhecidas no resultado do emissor nos exercícios sociais findos em 31.12.2017, 31.12.2018 e 31.12.2019 e à prevista para o exercício social corrente:

PRIMEIRA OUTORGA **Plano de Opção**		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de Outorga	--	Mai/2012
Quantidade de opções outorgadas	--	48.756
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	--	1 a 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	--	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	3 anos
Valor justo das opções na data da outorga	--	534.909

SEGUNDA OUTORGA **Plano de Opção**		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de Outorga	--	Mai/13
Quantidade de opções outorgadas	--	71.766
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	--	1 a 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	--	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	3 anos
Valor justo das opções na data da outorga (mai/13)	--	1.101.453

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

TERCEIRA OUTORGA Plano de Opção		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de Outorga	--	Mai/14
Quantidade de opções outorgadas	--	153.716
Prazo para que as opções de tornem exercíveis	--	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	--	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	3 anos
Valor justo das opções na data da outorga	--	1.636.756

QUARTA OUTORGA Plano de Opção		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de Outorga	--	Mai/15
Quantidade de opções outorgadas	--	162.729
Prazo para que as opções de tornem exercíveis	--	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	--	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	3 anos
Valor justo das opções na data da outorga	--	1.444.310

QUINTA OUTORGA Plano de Opção		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de Outorga	--	Mai/16
Quantidade de opções outorgadas(*)	--	230.775
Prazo para que as opções de tornem exercíveis	--	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	--	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	3 anos
Valor justo das opções na data da outorga	**--**	941.291

*** Retificada em jun/16**

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

PRIMEIRA OUTORGA Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de ações		
Data de Outorga	--	Agosto/17
Quantidade de ações outorgadas	--	288.470
Prazo para que as ações de tornem exercíveis	--	4 anos
Prazo máximo para exercício das ações	--	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	4 anos
Valor justo das ações na data da outorga	**--**	13.746.382

SEGUNDA OUTORGA Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de ações		
Data de Outorga	--	Agosto/18
Quantidade de ações outorgadas	--	62.464
Prazo para que as ações de tornem exercíveis	--	4 anos
Prazo máximo para exercício das ações	--	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	4 anos
Valor justo das ações na data da outorga	**--**	2.677.589

TERCEIRA OUTORGA Plano de Outorga de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de ações		
Data de Outorga	--	Agosto/19
Quantidade de ações outorgadas	--	7.287
Prazo para que as ações de tornem exercíveis	--	4 anos
Prazo máximo para exercício das ações	--	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	--	4 anos
Valor justo das ações na data da outorga	**--**	255.059

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Estão indicadas abaixo as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia a seus administradores em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2018:

Plano de Opção

QUARTA OUTORGA – Plano de Opção		
Opções em Aberto ao Final do Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social		-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções Exercíveis	-	-
Quantidade	-	80.360
Prazo máximo para exercício das opções	-	1º aniversário: 10/06/2019 2º aniversário: 09/06/2020 3º aniversário: 09/06/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	R$ 19,90913089
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	1º aniversário: R$8,52 2º aniversário: R$9,23 3º aniversário: R$9,84
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	1º aniv.: R$559.964,22 2º aniv.: R$559.964,22 3º aniv.: R$479.969,33

QUINTA OUTORGA – Plano de Opção
Opções em Aberto ao Final do Exercício Social encerrado em 31/12/2018

13.6 - Opções em Aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	85.978
Data em que se tornarão exercíveis	-	13/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	-	12/06/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Ações em lock up até 13/06/2019
Preço médio ponderado de exercício	-	R$17,679048801
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R$2,68
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	R$230.421
Opções Exercíveis	-	-
Quantidade	-	85.978
Prazo máximo para exercício das opções	-	1º aniversário: 13/06/2020 2º aniversário: 13/06/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Ações em lock up até 13/06/2019
Preço médio ponderado de exercício	-	R$17,679048801
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	1º aniv.: R$6,16 2º aniv.: R$4,15
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	1º aniv: R$264.812 2º aniv: R$178.404

13.6 - Opções em Aberto

Ações Restritas

PRIMEIRA OUTORGA – Plano de Outorga de Ações Restritas		
Ações em Aberto ao Final do Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Ações ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	219.737
Data em que se tornarão exercíveis	-	24.415 - agosto/2019 (10%) 48.830 - agosto/2020 (20%) 146.492 - agosto/2021 (60%)
Prazo máximo para exercício	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado das cotações das ações exercício outorgadas	-	R$32,287
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social (31.12.2018)	-	R$8.730.070
Ações Exercíveis	-	-
Quantidade	-	24.415
Prazo máximo para exercício	-	Não há
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	R$32,287
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social	-	R$1.025.995

SEGUNDA OUTORGA – Plano de Outorga de Ações Restritas		
Ações em Aberto ao Final do Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Ações ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	48.789
Data em que se tornarão exercíveis	-	4.879 - agosto/2019 (10%) 4.879 - agosto/2020 (10%) 9.758 - agosto/2021 (20%) 29.273 - agosto/2022 (60%)

13.6 - Opções em Aberto

Prazo máximo para exercício das ações	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado das cotações das ações exercício outorgadas	-	R$ 49,938
Valor justo das ações no último dia do exercício social 31.12.2018	-	2.677.589
Ações Exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das ações no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Opções Exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2016		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	10,00	3,58
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	39.604
Preço médio ponderado de exercício	-	R$19,64 (1)
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.		R$ 149.627
Ações entregues		
Número de ações entregues		16.660
Preço médio ponderado de aquisição		R$20,48 (1)
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado de ações adquiridas		R$ 149.627

1) Preço ponderado das 26.029 opções outorgadas em 2012, no âmbito da Primeira Outorga – Plano de Opção, referentes ao lote II e das 13.575 opções outorgadas em 2016, no âmbito da Quinta Outorga – Plano de Opção, referentes ao loteI

Opções Exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2017		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados		3,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	14.243
Preço médio ponderado de exercício	-	R$20,29
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.		R$170.127,54
Ações entregues		
Número de ações entregues		14.243
Preço médio ponderado de aquisição		R$20,29
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado de ações adquiridas		R$170.127,54

Opções Exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2018

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	3,5
Nº de membros remunerados	-	3,5
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	48.216
Preço médio ponderado de exercício	-	R$19,90913089
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.	-	R$1.153.368,63
Ações entregues	-	-
Número de ações entregues	-	48.216
Preço médio ponderado de aquisição	-	R$19,90913089
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado de ações adquiridas	-	R$1.153.368,63

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação;

O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga, no âmbito do Plano de Opção, de 2012 foi o método Black & Scholes; já para as outorgas de 2013, 2014, 2015 e 2016, foi adotado o modelo Binomial.

No Plano de Outorga de Ações Restritas, por sua vez, adotou-se o método Black & Scholes também foi utilizado para precificação do valor justo das ações.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

Na determinação do valor justo das opções das ações no âmbito do Plano de Opção, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015		5ª Outorga Junho/2016	
Lote	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15

13.8 - Precificação Das Ações/opções

3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o vencimento (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

Ações Restritas

	Data da outorga	Carência tranche	Quantidade
1ª Outorga	**28/08/2017**	**N/A**	**607.283**
1ª vencimento	N/A	27/08/2018	60.728

13.8 - Precificação Das Ações/opções

2ª vencimento	N/A	27/08/2019	60.728
3ª vencimento	N/A	27/08/2020	121.457
4ª vencimento	N/A	27/08/2021	364.370

1ª outorga

Quantidade de ações	
1º Vencimento	60.728
2º Vencimento	60.728
3º Vencimento	121.457
4º Vencimento	364.370
Preço de ação - (R$)	**35,50**

Valor justo por ação - (R$)	
1º Vencimento	34,73
2º Vencimento	33,97
3º Vencimento	33,24
4º Vencimento	32,51
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	**2,20%**

Volatilidade do preço da ação	
1º Vencimento	32,21%
2º Vencimento	36,51%
3º Vencimento	36,55%
4º Vencimento	36,75%

Taxa de juro livre de risco

13.8 - Precificação Das Ações/opções

1º Vencimento	7,88%
2º Vencimento	8,37%
3º Vencimento	8,97%
4º Vencimento	9,40%

Período esperado até o vencimento - (anos)

1º Vencimento	1
2º Vencimento	2
3º Vencimento	3
4º Vencimento	4

	Data da outorga	Carência tranche	Quantidade
2ª Outorga	**30/07/2018**	**N/A**	**110.664**
1ª vencimento	N/A	29/07/2019	11.066
2ª vencimento	N/A	29/07/2020	11.066
3ª vencimento	N/A	29/07/2021	22.134
4ª vencimento	N/A	29/07/2022	66.398

2ª outorga

Quantidade de ações	
1º Vencimento	11.066
2º Vencimento	11.066
3º Vencimento	22.134
4º Vencimento	66.398
Preço de ação - (R$)	**43,38**
Valor justo por ação - (R$)	

13.8 - Precificação Das Ações/opções

1º Vencimento	43,37
2º Vencimento	43,37
3º Vencimento	43,37
4º Vencimento	43,37
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	**3,14%**

Volatilidade do preço da ação	
1º Vencimento	32,21%
2º Vencimento	36,51%
3º Vencimento	36,55%
4º Vencimento	36,75%

Taxa de juro livre de risco	
1º Vencimento	7,32%
2º Vencimento	8,50%
3º Vencimento	9,32%
4º Vencimento	9,97%

Período esperado até o vencimento - (anos)	
1º Vencimento	1
2º Vencimento	2
3º Vencimento	3
4º Vencimento	4

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício

13.8 - Precificação Das Ações/opções

antecipado;

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado em nenhum dos Planos.

d) forma de determinação da volatilidade esperada;

A volatilidade esperada do Plano de Opção foi calculada com base na média anual da volatilidade das ações da Companhia desde o início de suas negociações em mercado aberto em fevereiro de 2011.

Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas a volatilidade esperada foi calculada com base na média da volatilidade das ações da Companhia com a data base de agosto de 2017 levando em consideração o preço médio de 90 dias.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A precificação das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção considerou os critérios e características indicadas nos subitens acima.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Acionista/ Quotista[1]		Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
Companhia			
	Conselho de administração	5	0,0
	Diretoria	15.196.590	16,8
	Total	**15.196.595**	**16,8**
ZZAB Comércio de Calçados Ltda			
	Conselho de administração	0	0,0
	Diretoria	1	0,0
	Total	**1**	**0,0**
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Conselho de administração	0	0,0
	Diretoria	1	0,0
	Total	**1**	**0,0**
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	Conselho de administração	0	0,0
	Diretoria	200	0,0
	Total	**200**	**0,0**

[1] Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas na Diretoria.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

a) órgão;
b) número de membros;
c) nome do plano;
d) quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar;
e) condições para se aposentar antecipadamente;
f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018
Nº de membros	3,50	3,00	3,58	7,00	8,00	10,00	2,00
Nº de membros remunerados	3,50	3,00	3,58	6,00	7,33	10,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	6.319.727,00	4.157.892,37	2.956.572,80	1.052.688,00	672.000,00	257.562,48	119.275,52
Valor da menor remuneração(Reais)	1.085.946,28	1.080.199,96	998.276,57	319.680,00	172.800,00	144.000,00	91.750,40
Valor médio da remuneração(Reais)	3.824.958,44	3.383.337,21	2.258.847,17	441.848,00	303.157,00	205.756,25	151.388,16

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Período de permanência do membro na Diretoria: 12 meses de 2018. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	Período de permanência do membro na Diretoria: 12 meses de 2017.
31/12/2016	Período de permanência do membro na Diretoria: Os doze meses de 2016.

Conselho de Administração	
31/12/2018	Período de permanência do membro no Conselho de Administração: 12 meses de 2018.
31/12/2017	Período de permanência do membro no Conselho de Administração: 12 meses de 2017.
31/12/2016	Período de permanência do membro no Conselho de Administração: Os doze meses de 2016.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	Período de permanência do membro no Conselho Fiscal: 8 meses de 2018, considerando que o conselho fiscal foi instalado na assembleia geral ordinária realizada em 20 de abril de 2018 e seus membros tomaram posse em maio de 2018. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal considera o período de exercício do cargo de 8 meses, uma vez que o conselho fiscal foi instalado na assembleia geral ordinária realizada em 20 de abril de 2018 e seus membros tomaram posse em maio de 2018. O valor médio de remuneração individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando-se o número de 2 membros remunerados, calculado na forma do item 13.2 deste Formulário de Referência (divisão da soma do número de membros, apurado mensalmente ao longo de 12 meses). Portanto, considerando-se que havia conselheiros fiscais remunerados no período de 8 meses de 2018, uma vez que o conselho fiscal foi instalado na assembleia geral ordinária realizada em 20 de abril de 2018 e seus membros tomaram posse em maio de 2018. O valor médio de remuneração individual do Conselho Fiscal considerando-se o número de 3 membros remunerados durante o período de 8 meses de 2018 corresponde a R$100.925,44.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

A Companhia tem contratada uma apólice de seguro D&O cujo custo foi de R$ 157.967,00 em 2018, que tem por objeto cobertura de eventuais perdas e custos incorridos por ou cujo pagamento seja obrigação de Conselheiros de Administração e/ou Diretores estatutários e não estatutários, associados a reclamações, demandas e/ou processos judiciais, arbitrais ou administrativos relativos a atos ou omissões praticados no exercício das suas funções, com limite máximo de indenização fixado em R$100.000.000,00.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2016	11,1%	37,4%	Não Aplicável
2017	0,04%	41,0%	Não Aplicável
2018	-	37,2%	-

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Até dezembro de 2017 a Companhia mantinha contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia até o final do mandato que se encerrou na AGOE de 2017. Atualmente, a Companhia mantém contrato com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., que presta consultoria em gestão de recursos humanos, de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, atual membro do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia reconheceu nos seus resultados os seguintes valores relacionados aos serviços mencionados acima: (I) no exercício findo em 31.12.2018, não foram reconhecidos valores relacionados aos serviços prestados pelo Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho e foi reconhecido o valor de R$ 671 mil relacionado aos serviços prestados pela Ethos Desenvolvimento S/C Ltda (II) no exercício findo em 31.12.2017, R$ 68 mil reconhecidos valores relacionados aos serviços prestados pelo Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho e R$ 671 mil relacionado aos serviços prestados pela Ethos Desenvolvimento S/C Ltda; e (III) no exercício findo em 31.12.2016, R$ 111 mil relacionados aos serviços prestados pelo Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho e R$ 577 mil relacionado aos serviços prestados pela Ethos Desenvolvimento S/C Ltda..

A Companhia manteve serviços de consultoria empresarial do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A. até 2016, no qual o Sr. Welerson Cavalieri, membro do Conselho de Administração da Companhia até o final do mandato que se encerrou na AGOE de 2017, participa como sócio. Não houve transações e a Companhia não reconheceu nos seus resultados valores relacionados aos serviços mencionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Desde 2016 o Sr. Welerson não presta serviços para a Companhia. [

A Companhia mantém, também, o contrato de locação do imóvel onde está estabelecida a filial de sua controlada ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. na cidade de Campo Bom/RS, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é o Sr. Anderson Lemos Birman, acionista controlador da Companhia e que ocupou cargo no Conselho de Administração da Companhia até a assembleia geral que analisou as contas do exercício findo em 31/12/2016, ocorrida em 28/04/2017. O valor reconhecido nos resultados da Companhia relativo ao aluguel pago no exercício findo em 31.12.2016 foi de R$ 163 mil, no exercício findo em 31.12.2017 foi de R$ 174 mil. Em 2018, o Sr. Anderson Lemos Birman não exerceu nenhum cargo de administração na Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou dos Diretores Estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a esta Seção foram divulgadas nos itens acima.

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Segue abaixo tabela contendo o quadro de empregados nos períodos indicados, considerando apenas os empregados da Arezzo Indústria e Comércio S.A.:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	2016	2017	2018
São Paulo	Direção / Administração	201	235	283
São Paulo	Loja	401	470	435
Belo Horizonte	Administração/Operação	12	32	31
Belo Horizonte	Loja	54	46	2
Campo Bom/RS	Administração/Operação	650	754	779
Rio Grande do Sul	Indústria	797	795	917
Rio Grande do Sul	Loja	60	61	56
Brasilia	Loja/Administração/Comercial	29	29	1
Rio de Janeiro	Loja/Administração/Comercial	188	232	229
Paraná	Loja	12	0	0
Goiás	Loja	18	18	16
Espirito Santo	Administração/Operação	11	17	9
Espirito Santo	Loja	0	4	11
Santa Catarina	Loja	0	0	21
Estados Unidos	Administração/Operação	27	31	49
Estados Unidos	Loja	20	21	43
Headcount	-	**2480**	**2745**	**2882**

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Nosso quadro de terceirizados nos períodos indicados era composto conforme apresentado na tabela abaixo, considerando apenas os terceirizados da Arezzo Indústria e Comércio S.A.:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	2016	2017	2018
Rio Grande do Sul	Direção / Administração	**33**	**29**	**31**
São Paulo	Direção / Administração	0	0	0
Headcount		**33**	**29**	**31**

c) índice de rotatividade

Para os anos de 2016, 2017 e 2018 o nosso índice de desligamentos (turnover), considerando apenas os empregados da Arezzo Indústria e Comércio S.A., era de aproximadamente 33,8%, 30% e 33,6%, respectivamente.

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente, parte dos produtos da marca Schutz e Alexandre Birman são produzidos pela Companhia, o restante da operação envolvendo as outras marcas do grupo é realizado pelo sistema de compra e venda que se dá pela contratação de fábricas independentes e especializadas na industrialização. As fábricas, que inclusive são avaliadas por empresas responsáveis pelo agenciamento dos negócios são escolhidas segundo a capacidade produtiva e de atendimento da encomenda de acordo com a especificidade do calçado e padrões técnicos e de qualidade.

A Companhia pode vir a responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados às fabricas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia figurava no polo passivo em 1414 ações trabalhistas, em sua maioria ajuizada por ex-empregados de fábricas que mantivemos relação comercial ou empresas prestadoras de serviços, reivindicando vínculo empregatício ou condenação solidária e/ou subsidiária, no valor total reclamado de R$ 55.172.127,00, dos quais R$ 4.836.652 representavam processos com chances de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo em 1979 ações trabalhistas, em sua maioria ajuizada por ex empregados de fábricas que mantivemos relação comercial ou empresas prestadoras de serviços, reivindicando vínculo empregatício ou condenação solidária e/ou subsidiária, no valor total reclamado de R$ 49.510.390,53,dos quais R$ 6.261.269,57 representavam processos com chances de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figurava no polo passivo em 1483 ações trabalhistas, em sua maioria ajuizada por ex empregados de fábricas que mantivemos relação comercial ou empresas prestadoras de serviços, reivindicando vínculo empregatício ou condenação solidária e/ou subsidiária, no valor total reclamado de R$ R$ 50.270.962,34 dos quais R$ R$ 6.605,351,01 representavam processos com chances de perda provável.

Adicionalmente, a eventual descontinuidade da relação comercial e da prestação de serviços pelas fábricas e ateliers independentes poderá afetar a qualidade e a continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente. Para informações adicionais sobre nossas contingências trabalhistas atuais, vide item 4.6 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:
As alterações dos números divulgados no item 14.1 acima foram decorrentes da necessidade de contratação em razão do crescimento dos nossos negócios nos referidos anos.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável

Elementos da Remuneração

A remuneração total da Companhia para os seus empregados é composta pelos seguintes elementos:

• Remuneração Fixa: Objetiva reconhecer de forma justa e refletir o valor do cargo interna e externamente (mercado), bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do profissional. Neste sentido, além da Companhia buscar fixar a remuneração dos seus empregados em linha com os valores praticados no mercado, os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados de acordo com seu desempenho, potencial e engajamento.

• Remuneração Variável: Objetiva recompensar o alcance e a superação de metas individuais, alinhadas mediante ao atingimento das metas da companhia e individuais. Neste sentido, a Companhia possui remuneração variável de curto prazo, a qual é baseada em um plano de participação nos lucros e resultados, destinado a todos os nossos empregados, exceto aos lojistas e indústrias. Os lojistas fazem jus a comissões sobre vendas realizadas. Os planos de participação nos lucros e resultados são homologados em sindicato anualmente e constituem um instrumento incentivador do bom desempenho, uma vez que visam premiar os empregados que atingirem as metas individuais previamente estabelecidas. A remuneração variável de curto prazo é distribuída anualmente.

• Benefícios: Objetiva oferecer serviços que proporcionem melhor qualidade de vida a seus colaboradores, como forma de atrair e manter as pessoas na organização e de proporcionar que seus profissionais mantenham o foco no desempenho de suas funções.

• Planos de Incentivo de Longo Prazo: Considerando que a Companhia deseja estimular uma relação de parceria dos profissionais que com ela se relacionam, instituiu, no exercício social de 2012, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de maio de 2012, o Plano de Opção de Compra de Ações. Esse Plano permaneceu ativo até o ano de 2016, quando houve a última contratação de opções de compra. Atualmente mantem-se, anualmente, o exercício das ações já contratadas.

Em 2017, com o intuito de permitir a outorga de ações restritas aos administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle ("Beneficiários"), a Companhia, aprovou o Plano de Outorga de Ações Restritas, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2017.

Os principais termos e condições vigentes das opções outorgadas a beneficiários administradores encontram-se descritos no item 13.4 do Formulário de Referência.

b) Política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por nossa liberalidade. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios:

(i) seguro de vida;
(ii) assistência médica;
(iii) assistência odontológica;
(iv) vale refeição;
(v) vale alimentação;

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(vi) vale transporte;
(vii) estacionamento;
(viii) auxílio creche; e
(ix) convênio farmacêutico.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Plano de Opções de Compra

A Companhia institui, no exercício social de 2012, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de maio de 2012, o Plano de Opção de Compra de Ações cujos principais termos e condições vigentes das opções outorgadas a beneficiários administradores encontram- se descritos no item 13.4 do Formulário de Referência, sendo destacados os seguintes pontos:

(i) Grupo de Beneficiários

São elegíveis para participar do plano de remuneração baseado em ações os administradores, empregados e prestadores da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que tenham manifestado a intenção de investir na Companhia e que sejam referendados pelo Conselho de Administração.

(ii) Condições para Exercício

A Companhia poderá outorgar Opções de duas espécies, conforme abaixo:

Lote I: As Opções do Lote I ("Opções do Lote I") terão as seguintes características: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período compreendido entre a data em que o beneficiário exercer a respectiva opção e o terceiro aniversário da data de referido exercício; e

Lote II: As Opções do Lote II ("Opções do Lote II") terão as seguintes características: (i) tornar-se-ão exercíveis na seguinte proporção: (a) 25% no primeiro aniversário da respectiva data de outorga, (b) 25% no segundo aniversário da respectiva data de outorga, e (c) 50% no terceiro aniversário da respectiva data de outorga; e (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 3 anos, contados da data em que se tornarem exercíveis.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções se tornarão exercíveis na medida em que os participantes permanecerem continuamente vinculados à Companhia ou outra sociedade sob seu controle, conforme o caso, após o decurso do respectivo prazo de carência, conforme descrito acima.

(iii) Preço de Exercício

O preço de exercício das opções, sejam as Opções do Lote I ou as Opções do Lote II, corresponde à média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, nos 90 últimos pregões que antecederem a aprovação da outorga, com deságio de 20%.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(iv) Prazo de Exercício

As Opções do Lote I tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga e poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis. Sem prejuízo de eventuais condições específicas previstas nos contratos de outorga de opção, as ações decorrentes do exercício das Opções do Lote I estarão sujeitas a um período de vedação à negociação de 3 anos contados da data de exercício.

As Opções do Lote II tornar-se-ão exercíveis na seguinte proporção: (a) 25% no primeiro aniversário da respectiva data de outorga, (b) 25% no segundo aniversário da respectiva data de outorga, e (c) 50% no terceiro aniversário da respectiva data de outorga e poderão ser exercidas dentro do período de 3 anos, contados da data em que se tornarem exercíveis.

Quantidade de Ações Comprometida pelo Plano

O número total de ações que poderão ser adquiridas e/ou subscritas no âmbito do plano é de até 5% das ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano de Outorga de Ações Restritas

No exercício de 2017, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2017, o Plano de Outorga de Ações Restritas cujos principais termos e condições vigentes a beneficiários administradores encontram- se descritos no item 13.4 do Formulário de Referência, sendo destacados os seguintes pontos:

(i) Grupo de Beneficiários

Poderão ser eleitos como participantes do Plano os administradores ou empregados da Companhia, ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia (os “Beneficiários”).

(ii) Condições para Exercício

A cada ano de vigência do Plano, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia poderá criar um Programa de ações restritas (o “Programa”) que, se implementado, deverá ser estruturado com base nos critérios definidos no Plano.

Ainda, o Conselho de Administração aprovará a um determinado número de Ações Restritas a serem outorgadas aos Beneficiários no âmbito de cada Programa, elegendo também os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas nos termos do Plano e do respectivo Programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

Os Beneficiários que vierem a ter Ações Restritas outorgadas em determinado Programa somente poderão participar de um novo Programa após o decurso do período de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Outorga do primeiro Programa, exceto se de outra forma definido pelo Conselho de Administração.

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga, os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e as métricas de desempenho para cada Programa.

A transferência das Ações Restritas para o Beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

As Ações Restritas entregues aos Beneficiários terão os direitos estabelecidos no Plano e nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, sendo certo que o Beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das Ações Restritas para os Beneficiários.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas.

Os Contratos de Outorga serão celebrados individualmente com cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

(iii) Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

Sem custo para o Beneficiário.

Não obstante, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano será equivalente à média ponderada (e não média simples) das cotações das ações de emissão de Companhia nos pregões ocorridos nos meses de fevereiro a maio de cada ano, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iv) Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

(i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;

(ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;

(iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e

(iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nas alíneas (i) a (iv) deste item “f”, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração.

Importante destacar que, não obstante o disposto nas alíneas (i) a (iv) deste item “f”, o Conselho de Administração poderá estabelecer, a seu critério, prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos aos quais somos afiliados é muito saudável. Seguem todos os sindicatos com que mantemos relações e aos quais somos filiados:

UNIDADE	SINDICATO
AREZZO BH	SIND.TRAB. IND. DE CALÇ. BH
AREZZO SP	SINDICATO TRABALHADORES INDUSTRIA DE CAL SP
AREZZO LOG	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB
AREZZO SALZANO	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB
AREZZO CD VITORIA	SIND. DOS EMPREGADOS NO COM.NO EST ES
ZZAB AREZZO IGUATEMI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO OSCAR F. SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO JARDIM SUL SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO MORUMBI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ IGUATEMI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ MORUMBI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ OSCAR F. SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ BRASILIA DF	SINDICATO DO COMERCIO DE DISTRITO FEDERAL
ZZAB SCHUTZ MOINHOS RS	SINDICATO COMERCIO DE PORTO ALEGRE
ZZAB SCHUTZ IBIRAPUERA SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ HIGIENOPOLIS SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO OUTLET ITUPEVA SP	SINCOMERCIARIOS - ITUPEVA
ZZAB AREZZO PAULISTA SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ OUTLET ITUPEVA SP	SINCOMERCIARIOS - ITUPEVA
ZZAB SCHUTZ PARK SHOPPING DF	SINDICATO DO COMERCIO DE DISTRITO FEDERAL
ZZAB SCHUTZ LEBLON RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB AREZZO RIO SUL RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB AREZZO SHOPPING CENTRO RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB SCHUTZ FASHION MALL RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB SCHUTZ BARRA SHOPPING RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB SCHUTZ RIO DESIGN RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB ANACAPRI OSF SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB ANA CAPRI MORUMBI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ SHOPPING BH MG	SIND EMPREGADOS COMERCIO BELO HORIZONTE
ZZAB SCHUTZ JK SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO JK SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AB IGUATEMI SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB SCHUTZ DIAMOND MG	SIND EMPREGADOS COMERCIO BELO HORIZONTE
ZZAB SCHUTZ PATIO SAVASSI MG	SIND EMPREGADOS COMERCIO BELO HORIZONTE
ZZAB SCHUTZ ANALIA FRANCO SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AREZZO BARRA RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB AREZZO VILLAGE MALL RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB SCHUTZ VILLAGE MALL RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB SCHUTZ IPANEMA RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB AREZZO GRAMADO RS	SINDICATOS DOS EMP. DE GRAMADO/CANELA

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

ZZAB ANACAPRI BARRA RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB OUT PLATINUM RS	SINDICATO DO COMÉRCIO DE NH
ZZAB SCHUTZ RIO SUL RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB AB CIDADE JARDIM SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB OUTLET PREMIUM GO	SINDICATO DOS EMPREG NO COM EST GOIAS
ZZAB OUTLET SÃO ROQUE	SIND DOS EMPREG. COM. DE SOROCABA
ZZAB FIEVER	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB FIEVER RJ	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB FIEVER JK SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB FIEVER MORUMBI	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AB JK SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB WEBCOMMERCE	SIND. DOS EMPREGADOS NO COM.NO EST ES
ZZAB AREZZO OTP RIO	SIND. TRAB. COM. DE DUQUE DE CAXIAS
ZZAB AB VILLAGE MALL	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB OWME OSF SP	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB FIEVER HIGIENOPOLIS	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB OWME HIGIENOPOLIS	SIND. TRAB. COM. DE SÃO PAULO
ZZAB AB LEBLON	SINDICATOS DOS EMP. NO COMERCIO DO RJ
ZZAB OUTLET TIJUCAS SC	SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE BRUSQUE
ZZEXP COMERCIAL EXPORTADORA S.A	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB
ZZSAP INDÚSTRIA COMÉRCIO CALÇADOS - MTZ	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB
ZZSAP INDÚSTRIA COMÉRCIO CALÇADOS - AB	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB
ZZSAP INDÚSTRIA COMÉRCIO CALÇADOS - OWME	SINDICATO DOS TRAB. INDUSTRIAS DE CALÇAD CB

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a serem reportadas pela Companhia.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Anderson Lemos Birman					
130.865.966-00	Brasil-MG	Não	Sim	20/09/2018	
Não					
31.021.715	34,107%	0	0,000%	31.021.715	34,107%
Alexandre Café Birman					
002.293.896-60	Brasil-MG	Não	Sim	16/03/2020	
Não					
15.102.796	16,605%	0	0,000%	15.102.796	16,605%
OUTROS					
44.764.562	49,216%	0	0,000%	44.764.562	49,216%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 16/03/2020					
65.207	0,072%	0	0,000%	65.207	0,072%
TOTAL					
90.954.280	100,000%	0	0,000%	90.954.280	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	13/05/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.804
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	26
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	184

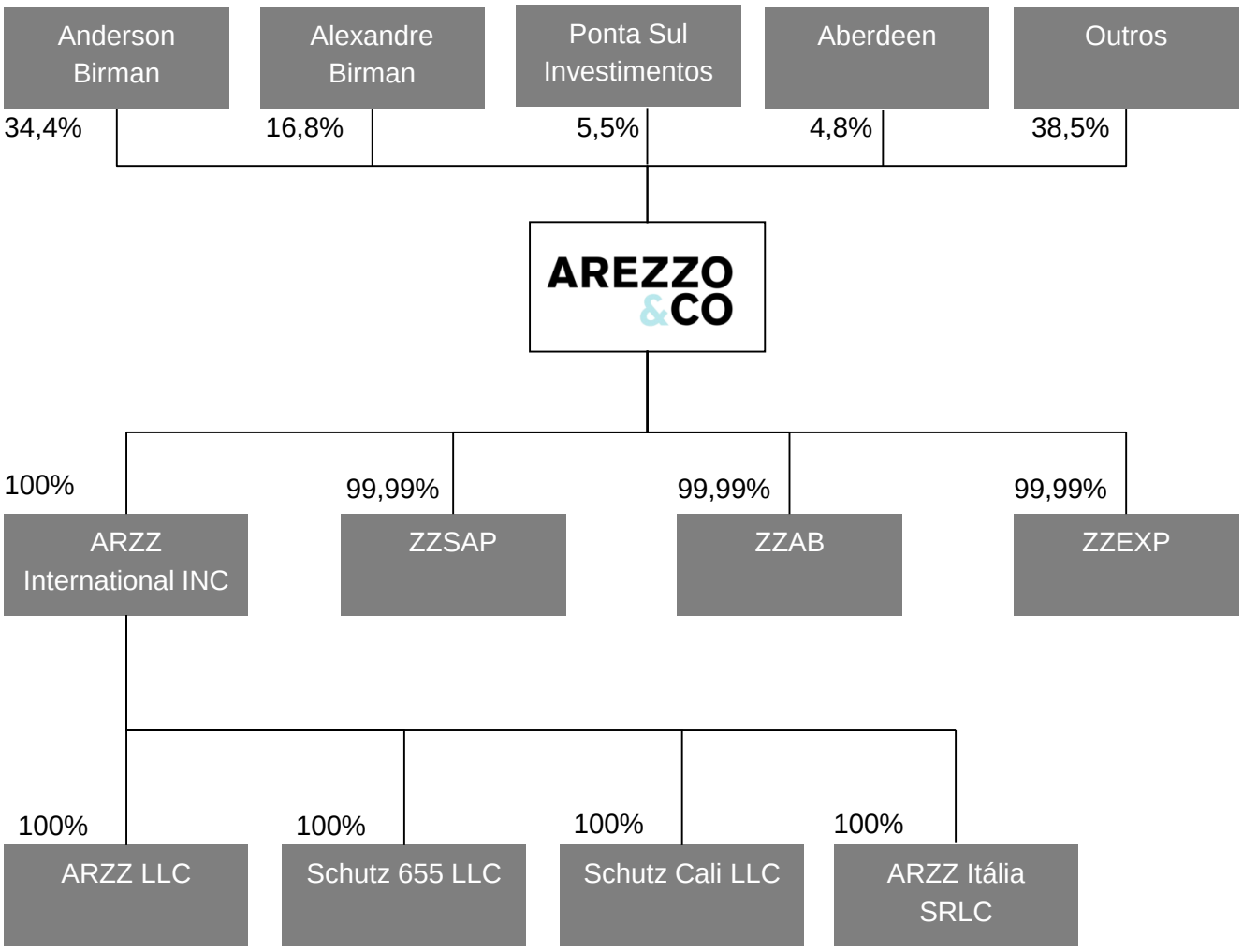
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	44.764.562	49,217%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	44.764.562	49,217%

15.4 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Composição acionária em 24/05/2019



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte
a. partes
b. data de celebração
c. prazo de vigência
d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários
f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes dos quais os Acionistas Controladores da Companhia sejam parte ou que estejam arquivados na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias
a. Evento
b. Principais condições do negócio
c. Sociedades envolvidas
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
e. Quadro societário antes e depois da operação
f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Para o preenchimento do item 15.1 deste Formulário de Referência foram consideradas ações detidas pelos Acionistas Controladores e também as ações dos membros do nosso Conselho de Administração.

Em 11 de fevereiro de 2011 a *Fidelity Investments* – FMR LLC comunicou à Companhia que o conjunto de fundos administrados por suas subsidiárias atingiu a participação de 5,49% do capital total e votante da Companhia.

Em 04 de abril de 2012, a subsidiária da Aberdeen *Asset Management* PLC, a Aberdeen *Asset Managers Limited*, na qualidade de gestoras discricionárias de investimentos e atuando em nome de diversas carteiras administradas, adquiriu 61.800 ações da Companhia, o que aumentou a participação de tais carteiras em ações ordinárias da Companhia para 5,03%.

Em 19 de julho de 2013, a subsidiária da Aberdeen *Asset Management* PLC, a Aberdeen *Asset Managers Limited*, na qualidade de gestoras discricionárias de investimentos e atuando em nome de diversas carteiras administradas, adquiriu 71.800 ações da Companhia, o que aumentou a participação de tais carteiras em ações ordinárias da Companhia para 10,09%.

Em 25 de novembro de 2013, a *Fidelity Investments* – FMR LLC comunicou à Companhia que o conjunto de fundos administrados por suas subsidiárias, alienou 582.917 ações da Companhia, o que reduziu a participação de tais carteiras em ações ordinárias da Companhia para 4,83%.

Em 11 de dezembro de 2013 o HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo ("HSBC") comunicou à Companhia que o conjunto de fundos administrados por suas subsidiárias atingiu a participação de 5,17% do capital total e votante da Companhia.

Em 25 de abril de 2014, a subsidiária da Aberdeen *Asset Management* PLC, a Aberdeen *Asset Managers Limited*, na qualidade de gestoras discricionárias de investimentos e atuando em nome de diversas carteiras administradas, adquiriu 494.000 ações da Companhia, o que aumentou a participação de tais carteiras em ações ordinárias da Companhia para 15,50%.

Em 17 de novembro de 2014, a Companhia recebeu e-mail da ARX Investimentos Ltda. ("ARX") pelo qual comunicou à Companhia que o conjunto de fundos e carteiras de clientes geridos pela ARX atingiu participação de 5,02% do capital social total e votante da Companhia.

Em 17 de novembro de 2014, a Companhia recebeu e-mail da ARX pelo qual comunicou à Companhia que o conjunto de fundos e carteiras de clientes geridos pela ARX passaram a deter participação de 4,98% do capital social total e votante da Companhia.

Em 26 de novembro de 2014, a Companhia recebeu e-mail da ARX pelo qual comunicou à Companhia, que o conjunto de fundos e carteiras de clientes geridos pela ARX passaram a deter participação de 5,05% do capital social total e votante da Companhia.

Em 17 de abril de 2015, a Companhia recebeu e-mail da ARX pelo qual comunicou à Companhia, que o conjunto de fundos e carteiras de clientes geridos pela ARX passaram a deter participação de 4,46% do capital social total e votante da Companhia.

A Companhia recebeu e-mail da Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda. ("Dynamo") comunicando à Companhia que, em 01 de outubro de 2015, o conjunto de fundos e carteira de clientes geridos pela Dynamo e pela Dynamo Administração de Recursos Ltda. atingiu participação de 5,12% do capital social total e votante da Companhia.

Em 28 de abril de 2016, a Companhia recebeu um comunicado da Aberdeen Asset Management PLC, informando que sua subsidiária, a Aberdeen Asset Managers Limited (e/ou suas afiliadas), na

qualidade de gestoras discricionárias de investimentos e atuando em nome de diversas carteiras administradas, reduziu sua participação para 13.259.963 ações ordinárias escriturais, representativas de 14,94% do capital social total e votante da Companhia.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia recebeu um comunicado da HSBC, informando que o somatório da participação das carteiras por ele administradas sofreu uma variação desde o último comunicado enviado em 04 de Dezembro de 2013, quando referida participação era de 5,17% do capital social total e votante da Companhia. O HSBC comunicou que a participação das carteiras por ele administradas foi reduzida para 206.400 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas de 0,23% do capital social total e votante da Companhia.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia recebeu um comunicado da HSBC, informando que o somatório da participação das carteiras por ele administradas sofreu uma variação desde o último comunicado enviado em 04 de Dezembro de 2013, quando referida participação era de 5,17% do capital social total e votante da Companhia. O HSBC comunicou que a participação das carteiras por ele administradas foi reduzida para 206.400 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas de 0,23% do capital social total e votante da Companhia.

Em 21 de julho de 2016, recebeu comunicação da Dynamo Administração de Recursos Ltda. (CNPJ/MF n.º 72.116.353/0001-62), informando que, em conjunto com a Dynamo Gestão de Recursos Ltda. (CNPJ/MF n.º 07.880.927/0001-02), na qualidade de gestoras discricionárias de investimentos e atuando em nome de diversas carteiras administradas, reduziu sua participação para 4.282.587 ações ordinárias, representativas de 4,82% do capital social total e votante da Companhia.

Em 17 de agosto de 2016, recebeu comunicação da Aberdeen Asset Management PLC, com sede em 10 Queen's Terrace, Aberdeen, AB10 1YG informando em nome de fundos de investimento e carteiras sob gestão das empresas integrantes de seu grupo econômico que reduziu sua participação para 8.807.662 ações ordinárias, representativas de 9,91% do capital social total e votante, descendo a um patamar inferior a 10% do total de ações da Companhia.

Em 18 de agosto de 2016, recebeu comunicação da Aberdeen Asset Management PLC ("Aberdeen"), informando, em nome de fundos de investimento e carteiras ("Carteiras") sob gestão de empresas integrantes de seu grupo econômico, que aumentou sua participação para 8.931.862 ações ordinárias escriturais, representativas de aproximadamente 10,05% do capital social total e votante da Companhia.

Em 24 de janeiro de 2017, recebeu comunicação da Aberdeen Asset Management PLC, informando, em nome de fundos de investimento e carteiras sob gestão de empresas integrantes de seu grupo econômico, que diminuiu sua participação acionária na Companhia para 8.849.962 ações ordinárias escriturais, representativas de aproximadamente 9,96% do capital social total e votante da Companhia, descendo a um patamar inferior a 10% do total de ações da Companhia.

Em 27 de janeiro de 2017, recebeu comunicação da Aberdeen Asset Management PLC, informando, em nome de fundos de investimento e carteiras sob gestão de empresas integrantes de seu grupo econômico, que aumentou sua participação acionária na Companhia para 8.936.362 ações ordinárias escriturais, representativas de aproximadamente 10,06% do capital social total e votante da Companhia, subindo a um patamar superior a 10% do total de ações da Companhia.

Em 30 de janeiro de 2017, a Companhia recebeu comunicação da Aberdeen Asset Management PLC, informando, em nome de fundos de investimento e carteiras sob gestão de empresas integrantes de seu grupo econômico, que diminuiu sua participação acionária na Companhia para 8.853.962 ações ordinárias escriturais, representativas de aproximadamente 9,97% do capital social total e votante da Companhia, descendo a um patamar inferior a 10% do total de ações da Companhia.

Em 5 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu comunicação do BTG Pactual WM Gestão de Recursos LTDA, informando, por meio de fundos de investimentos por ela geridos, atingiu a

participação acionária de de 5.985.193 ações ordinárias correspondentes a aproximadamente 6,67% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 8 de abril de 2019, a Companhia recebeu comunicação do Fundo IA Ponta Sul IE, informando, a respeito da alteração de gestor dos acionistas detentores da participação direta e indireta do Fundo IA Ponta Sul IE, e que não houve alteração dos patamares de participação nem realização de negociação relevante, das 5.218.300 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a, aproximadamente, 5,78%, dos fundos que eram geridos pelo BTG Pactual WM Gestão de recursos LTDA. Em 5 de abril, a Companhia também recebeu comunicação do BTG Pactual WM Gestão de recursos LTDA, que declarou que alguns dos fundos por ela geridos tiveram sua gestão transferida para outro gestor, de forma que foi zerada sua participação em ações ordinárias de emissão da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada:

A Companhia, quando necessário, no procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, conforme definido na Deliberação CVM n.º 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC05(R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, observa os termos dispostos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), bem como no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A Lei das S.A. proíbe membros do Conselho de Administração e Diretoria de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo Estatuto Social ou concedida através de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros

De acordo com o estatuto social da Companhia, art. 21, item (xxi), compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a realização de negócios e operações entre a Companhia e quaisquer membros do Conselho de Administração ou diretores da Companhia, seu acionista controlador, suas subsidiárias, coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, que, nos termos da legislação ou regulamentação interna aplicável, devam ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Dessa maneira, a Companhia esclarece que toda e qualquer operação celebrada entre a Companhia e quaisquer membros do Conselho de Administração da Companhia e seu acionista controlador é submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia além da observância das recomendações do Código de Ética da Companhia.

Por sua vez, operações que envolvam colaboradores da Companhia que não se encaixem no rol de partes relacionadas descrito acima, são tratadas de acordo com o estabelecido no Código de Ética da Companhia, que tem por finalidade evitar situações passíveis de criarem conflito real ou potencial de interesse ou a aparência de tal conflito. Nesse sentido, a Companhia observa os procedimentos estabelecidos no seu Código de Ética para a contratação de parentes de colaboradores e de empresas fornecedoras de produtos e serviços de propriedade de parentes de colaboradores. Vale ressaltar que tais princípios também se aplicam a partes relacionadas que não as expressamente elencadas no Código de Ética da Companhia.

Ademais, as Demonstrações Financeiras da Companhia apresentam notas explicativas sobre transações com partes relacionadas, indicando como estas movimentações podem ter afetado sua posição financeira e o seu resultado da Companhia.

Todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, com os sócios ou administradores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

A Companhia, seus Diretores e Conselheiros estão submetidos ao Código de Ética da Arezzo&Co, que está disponível no site corporativo da Companhia, http://arezzoco.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-etica/. Uma das políticas apresentadas neste Código trata do Conflito de Interesses, conforme apresentado abaixo:

3. Conflito de Interesses

A Arezzo&Co insiste na lealdade de todos os seus colaboradores, e sabendo disso, os colaboradores não devem se envolver em qualquer comuta ou situações que criaria um conflito real ou potencial de interesse ou ainda criar a aparência de tal conflito. Conflitos de interesse surge, quando a atividade pessoal de um empregado ou de interesse pessoal é contrária aos interesses da empresa. Essas atividades ou interesses pessoais podem influenciar na decisão do colaborador, fazendo com que o empregado tome decisões com base no potencial de ganho pessoal, ao invés de nos melhores interesses da empresa. Devemos estar atentos para as situações que possam sugerir ou gerar um conflito entre nossos interesses pessoais de nossos colaboradores e/ou de outros públicos com os interesses da Companhia. Desta forma, fica estipulado que:

Quanto à contratação de parentes[1] de colaboradores:

- Toda e qualquer indicação de contratação de pessoal passará pelas mesmas etapas do processo seletivo, sem qualquer privilégio independente do nível do colaborador que realizou a indicação.
- Não pode haver relação de liderança/subordinação direta ou indireta.
- É vedado ao colaborador participar e/ou influenciar no processo de seleção/contratação de pessoal.
- A contratação de parentes dos sócios depende de prévia aprovação da Diretoria de Gente&Gestão da Arezzo&Co, conforme documentos societários.

Quanto à contratação de empresas fornecedoras de propriedade de parentes de colaboradores:

- Toda e qualquer indicação de contratação de empresa fornecedora passará pelas mesmas etapas do processo seletivo, sem qualquer privilégio independente do nível do colaborador que realizou a indicação.
- O colaborador não pode ser o contratante e/ ou o gestor do contrato com a empresa fornecedora de propriedade de seu parente.
- É vedado ao colaborador participar e/ou influenciar no processo de seleção/contratação de empresa fornecedora.
- A contratação de empresas das quais os sócios dependem de prévia aprovação da Diretoria Interna da Arezzo&Co, conforme documentos societários.

[1] Pai, mãe, filhos(as), irmãos(ãs), cônjuges, primos(as), tios(as) e sobrinhos(as).

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Quanto ao relacionamento afetivo amoroso[2] entre os colaboradores:

- Não pode haver relação de liderança/subordinação direta ou indireta.
- Colaboradores que trabalhem em mesmo departamento devem reportar tal situação à Diretoria, para análise e decisão.

Quanto ao colaborador possuir empresa prestadora de bens e serviços:

- Não poderá prestar serviço para a Companhia (mesmo que a atividade fim não tenha relação com o negócio da Companhia).
- Não poderá ter prejudicada a jornada habitual de trabalho na Arezzo&Co.
- Não poderá prestar serviço para franqueados e outros clientes.
- Não poderá haver empresa que preste serviços ou fabrique bens diretamente ligados ao negócio (ex. consultoria em estilo em sapatos).

É vedado ao colaborador:

- Valer-se de seu cargo, do acesso a informações confidenciais ou do nome da Companhia dentro e fora do ambiente de trabalho, para obter benefícios pessoais ou vantagens de qualquer natureza para si ou para terceiros.
- Realizar atividades externas, como prestar consultorias ou exercer cargos em organizações com interesses conflitantes, concorrentes ou que realizem negócios com a Arezzo&Co.
- Ser proprietário de empresa fornecedora da Arezzo&Co.
- Manter interesses diretos ou indiretos em uma empresa não cotada em Bolsa de Valores, que concorra no todo ou em parte com a Arezzo&Co.

A lista acima serve apenas para ilustrar as fontes de possíveis conflitos de interesse e não constitui uma lista completa de todas as situações que podem resultar em um conflito de interesses. Em última análise, é a responsabilidade de cada colaborador para evitar qualquer situação que possa afetar sua capacidade de julgar as situações de forma independente e objetiva, e qualquer situação que poderia até parecer um conflito de interesses. É importante notar que, sob certas circunstâncias, os conflitos de interesse podem ter como consequência violações da legislação cível e criminal. Qualquer dúvida entre em contato com o Departamento de Auditoria Interna ou o Departamento de Gente&Gestão.

Os princípios elencados acima são também aplicados em situações que envolvem outras partes relacionadas, que não as expressamente elencadas na política mencionada.

A Companhia tem como costume ser transparente em relação a contratações envolvendo partes relacionadas, divulgando estes relacionamentos quando requerido pela regulamentação em vigor.

[2] Companheiros (as) e namorados (as).

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A contratação de partes relacionadas é baseada nos mesmos princípios e requisitos aplicados e exigidos em qualquer negociação realizada pela Companhia, sempre respeitando o seu Código de Ética e a legislação brasileira.

Após certificar-se que a proposta da entidade classificada como parte relacionada é compatível com a prática de mercado, a Companhia negocia os valores e condições do contrato em questão com o objetivo de alcançar vantagens que não lhe foram concedidas pelas outras empresas participantes do processo de escolha.

Após confirmar a proposta final de todas as prestadoras de serviços, constatando que a entidade relacionada apresentou a proposta mais justa e benéfica, esta é contratada e a contratação é divulgada conforme exigido pela legislação brasileira.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	31/12/2018	0,00	R$0,0	100%	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios da ZZAB Comércio de Calçados Ltda (Controlada) para a Companhia (Controladora).						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ZZSAP indústria e Comércio Ltda.	31/12/2018	48.993.091,85	R$ 0,0	100%	Indeterminado	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios pela a ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda (Controlada) para a ZZEXP Comercial Exportadora S/A (Controlada)						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio escrito com 30 dias de antecedência						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ZZSAP indústria e Comércio Ltda.	31/12/2018	39.021,37	n/a	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios pela Companhia (Controladora) para a ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda (Controlada).						
Garantia e seguros	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	31/12/2018	192.147.918,83	n/a	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB Comércio de Calçados Ltda (Controlada).						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	31/12/2018	36.580,00	R$0,0	100%	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para a ZZEXP Comercial Exportadora S/A (Controlada)						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
ZZSAP indústria e Comércio Ltda.	31/12/2018	99.859.081,76	R$ 0,0	100%	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios pela a ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda (Controlada) para a Companhia (Controladora).						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ethos Desenvolvimento S/C Ltda.	10/01/2013	670.827,00	O montante envolvido refere-se a parcelas mensais pagas pelo serviço prestado.	100%	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. José Ernesto Bolonha, Vice-Presidente do Conselho de Administração, é também sócio fundador da Ethos Desenvolvimento S/C Ltda.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria em psicologia e psicanálise pela Ethos Desenvolvimento S/C Ltda.						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	Por iniciativa de uma das partes, com aviso prévio de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	O saldo existente indicado acima refere-se a 31/12/2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Arzz International Inc.	31/12/2017	19.563.106,52	n/a	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo/ Empréstimo em favor da ARZZ International Inc (controlada)						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio escrito com 30 dias de antecedência						
Natureza e razão para a operação	Mutuário: ARZZ International Inc Mutuante: Companhia Empréstimo concedido pela Companhia no curso normal dos negócios. O saldo existente indicado acima refere-se a 31/12/2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Arzz International Inc.	31/12/2018	63.781.097,06	n/a	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios da ZZEXP Comercial Exportadora S/A (Controladora) para a ARZZ International Inc. (Controlada)						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Arzz International Inc.	31/12/2018	1.253.104,52	R$0,0	100%	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para a ARZZ International Inc. (Controlada)						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Por questões estratégicas a Companhia optou por realizar estes negócios desta forma. A comercialização não é feita com base em contrato específico, mas em ordens de compra, referente a todo o período do ano de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Além dos mecanismos legais, a Companhia se baseia no seu Código de Ética como método de identificação e solução de conflitos de interesses. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas da Companhia, mencionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo e a Companhia entende que estas transações foram celebradas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, Assim, a Companhia sempre observa as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas com pagamento compensatório adequado. Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

Em relação aos mútuos oferecidos às controladas da companhia, após ponderações internas foi decidido que estes seriam realizados pela própria Companhia, e não por instituições financeiras, pois desta forma o empréstimo ocorre de forma mais célere, menos burocrática e com taxas e condições mais brandas do que as oferecidas pelo mercado financeiro. Está estabelecido que sobre o mútuo será aplicada correção monetária, e sanções, caso seja identificado o inadimplemento.

Com relação às transações relativas à contratação de consultoria especializada de membros de nosso Conselho de Administração, entendemos que os valores pagos são compatíveis com os serviços prestados e com o nível dos profissionais envolvidos, além de serem comparáveis aos valores cobrados por outros profissionais que não se enquadram como partes relacionadas e que prestam serviços semelhantes para a Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes além daquelas já divulgadas nas demais seções deste item 16 do Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
27/05/2019	352.714.860,96	N/A	90.954.280	0	90.954.280
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
27/05/2019	352.714.860,96		90.954.280	0	90.954.280
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
25/06/2018	341.072.655,59		90.302.408	0	90.302.408
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
29/05/2017	330.375.365,09		89.765.882	0	89.765.882
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
07/01/2011	500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/03/2015	Reunião do Conselho de Admnistração	30/03/2015	40.110.467,03	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/08/2015	Reunião do Conselho de Administração	03/08/2015	1.050.027,47	Subscrição particular	52.741	0	52.741	0,00403551	19,90	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado na Reunião do Conselho de Administração em 25.05.2015, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional.									
27/04/2016	Reunião do Conselho de Administração	27/04/2016	46.830.382,63	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
18/07/2016	Reunião do Conselho de Admnistração	18/07/2016	949.983,69	Subscrição particular	53.735	0	53.735	0,06052431	17,68	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado na Reunião do Conselho de Administração em 03.06.2016, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional.									
29/05/2017	Reunião do Conselho da Administração	29/05/2017	20.367.266,22	Subscrição particular	929.635	0	929.635	0,06569914	21,91	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado na Reunião do Conselho de Administração em 30.05.2016, retificada por meio de Reunião do Conselho de Administração em 03.06.2016 , nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional.									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/06/2018	Reunião do Conselho de Administração	25/06/2018	10.697.290,50	Subscrição particular	536.526	0	536.526	0,03237920	19,94	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Preço fixado na Reunião do Conselho de Administração em 30.05.2016, retificada por meio de Reunião do Conselho de Administração em 03.06.2016 , nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

27/05/2019	Reunião do Conselho de Administração	27/05/2019	11.642.205,37	Subscrição particular	651.872	0	651.872	0,03413409	17,86	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Preço fixado na Reunião do Conselho de Administração em 25.06.2018, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, eventos de desdobramento, grupamento e bonificações envolvendo ações de emissão da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções do capital social da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Capital Autorizado
A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Aumento do capital social
Em 27 de maio de 2019, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor total de R$ 11.642.205,37 (onze milhões, seiscentos quarenta e dois mil, duzentos e cinco reais e trinta e sete centavos), em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 651.872 (seiscentas e cinquenta e uma mil, oitocentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo:
(i) 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 500 (quinhentas) opções do Lote II da segunda outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2013, nos termos do Plano de Opção, pelo preço de emissão de R$ 27,61345378600 por ação;
(iii) 1.000 (hum mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 1.000 (hum mil) opções do Lote II da terceira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2014, nos termos do Plano de Opção, pelo preço de emissão de R$ 18,41883063200 por ação;
(iv) 50.232 (cinquenta mil, duzentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 50.232 (cinquenta mil, duzentas e trinta e duas) opções do Lote II da quarta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2015, nos termos do Plano de Opção, pelo preço de emissão de R$ 19,90913089000 por ação;
(v) 600.140 (seiscentas mil, cento e quarenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 600.140 (seiscentas mil, cento e quarenta) opções do Lote II da quinta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de maio de 2016, nos termos do Plano de Opção, pelo preço de emissão de R$ 17,67904880100 por ação (em conjunto, as “Opções de Compra de Ações”).

Em 25 de junho de 2018, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor total de R$ 10.697.290,50 (dez milhões, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa reais e cinquenta centavos) em razão do exercício por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 536.526 (quinhentas e trinta e seis mil, quinhentas e vinte e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo:
(i) 755 (setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 755 (setecentas e cinquenta e cinco) opções do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opção – 2012, pelo preço de emissão de R$ 20,85694804800 por ação;
(ii) 16.330 (dezesseis mil, trezentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 16.330 (dezesseis mil, trezentas e trinta) opções do Lote II da segunda outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2013, nos termos do Plano de Opção – 2012, pelo preço de emissão de R$ 27,61345378600 por ação;
(iii) 33.436 (trinta e três mil, quatrocentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 33.436 (trinta e três mil, quatrocentas e trinta e seis) opções do Lote II da terceira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2014, nos termos do Plano de Opção – 2012, pelo preço de emissão de R$ 18,41883063200 por ação;
(iv) 458.574 (quatrocentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 458.574 (quatrocentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e setenta e quatro) opções do Lote II da quarta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada

17.5 - Outras Informações Relevantes

em 25 de maio de 2015, nos termos do Plano de Opção – 2012, pelo preço de emissão de R$ 19,90913089000 por ação;
(v) 27.431 (vinte e sete mil, quatrocentas e trinta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 27.431 (vinte e sete mil, quatrocentas e trinta e uma) opções do Lote II da quinta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de maio de 2016, nos termos do Plano de Opção – 2012, pelo preço de emissão de R$ 17,67904880100 por ação.

Em 29 de maio de 2017, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor total de R$ 20.367.266,22 (vinte milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos) em razão do exercício por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 929.635 (novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo:
(i) 2.225 (duas mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 2.225 (duas mil, duzentas e vinte e cinco) opções do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano, pelo preço de emissão de R$ 20,85694804800 por ação;
(ii) 352.114 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e catorze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 352.114 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e catorze) opções do Lote II da segunda outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2013, nos termos do Plano, pelo preço de emissão de R$ 27,61345378600 por ação;
(iii) 574.292 (quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e dois) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 574.292 (quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e dois) opções do Lote II da terceira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2014, nos termos do Plano, pelo preço de emissão de R$ 18,41883063200 por ação;
(iv) 1.004 (mil e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 1.004 (mil e quatro) opções do Lote II da quarta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2015, nos termos do Plano, pelo preço de emissão de R$ 19,90913089000 por ação.

Em 18 de julho de 2016, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor total de R$ 949.983,69 (novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), em razão do exercício por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 53.735 (cinquenta e três mil, setecentos e trinta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, do Lote I da quinta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de junho de 2016, nos termos do plano de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de maio de 2012, pelo preço de emissão de R$ 17,679048801.

Em 03 de julho de 2016, foi retificada, em Reunião do Conselho de Administração, a redação da deliberação da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de maio de 2016, que tratou do aumento do capital social da Companhia. Na reunião de 03 de junho de 2016 formalizou-se o aumento de capital social dentro do limite autorizado, no valor total de R$ 981.027,41 (novecentos e oitenta e um mil e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), em razão do exercício por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 47.036 (quarenta e sete mil e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrentes do exercício de 47.036 (quarenta e sete mil e trinta e seis) opções do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de Maio de 2012, nos termos do Plano, pelo preço de emissão de R$ 20,856948048 por ação (em conjunto, as “Opções de Compra de Ações”).

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 27 de abril de 2016 foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor de R$ 46.830.382,63 (quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), mediante a capitalização de parcela da reserva de lucros da Companhia.

Em 03 de agosto de 2015, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor total de R$ 1.050.027,47 (um milhão, cinquenta mil, vinte e sete reais e quarenta e sete centavos), em razão do exercício por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra do montante total de 52.741 (cinquenta e duas mil, setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, do Lote I da quarta outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2015, nos termos do plano de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de maio de 2012, pelo preço de emissão de R$ 19,90913089 por ação.

Em 30 de março de 2015 foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado, no valor de R$ 40.110.467,03 (quarenta milhões, cento e dez mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, e três centavos), em razão da capitalização de parcela da reserva de capital da Companhia.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), podendo, ainda, receber juros sobre o capital próprio e/ou dividendos intercalares.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Acionistas da Companhia dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se do quadro de acionistas, mediante o reembolso de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após a convocação do Conselho de Administração no prazo de até 10 (dez) dias subsequentes do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações nem o Estatuto Social, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedades por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição de lucros; (ii) direito a participar, na proporção de sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedade por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito de retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Os direitos atribuídos às ações que não sejam determinados pela legislação aplicável poderão ser modificados mediante alteração do Estatuto Social, aprovada em assembleia geral, a qual somente poderá ser instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 2/3 do capital social e, em 2ª convocação, com qualquer número. De acordo com as regras atualmente vigentes aplicáveis às empresas listadas no Novo Mercado da B3, nos casos de alienação de controle da Companhia, é assegurado aos acionistas direito de venda conjunta de suas ações (tag along) por valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor pago pelas ações do acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

O artigo 37 do Estatuto Social determina que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser realizada (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o alienante do poder de controle da Companhia ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove.

Aquele que adquirir o poder de controle em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá: (i) realizar uma oferta pública nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social, conforme descrita acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à b3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Segundo o artigo 40 do Estatuto Social, a saída da Companhia do Novo Mercado está sujeita à realização, pelo acionista controlador da Companhia, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico atribuído em laudo de avaliação.

A oferta pública prevista no artigo 40 do Estatuto Social será feita em conformidade com a legislação aplicável, as regras de ofertas públicas de aquisição de ações estabelecidas pela CVM, bem como aquelas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado.

No caso de saída da Companhia do segmento do Novo Mercado da B3 ocorrer em decorrência de reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultante não sejam admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da Assembleia Geral que aprovou a operação, o anúncio da oferta pública a que se refere o artigo

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

40 do Estatuto Social deverá ser enviado à B3 e divulgado ao mercado imediatamente após a realização da referida Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 41 do Estatuto Social, o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia está sujeito à realização, pelo acionista controlador ou pela Companhia, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico atribuído em laudo de avaliação.

Nos termos do artigo 43 do Estatuto Social, nas hipóteses em que a Companhia não tiver um acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 40 deste Estatuto Social.

A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Conforme o artigo 44 do Estatuto Social, a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 40, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Tal oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada pelo(s) acionista(s) que detiver(em) o poder de controle.

Caso a Companhia não tenha um acionista controlador e a sua saída do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de qualquer obrigação constante do Regulamento do Novo Mercado: (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração da Companhia, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Caso a referida Assembleia Geral delibere

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no Artigo 44, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	827.108.427	61,60	47,60	R$ por Unidade	55,23
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.006.358.388	55,10	39,50	R$ por Unidade	46,23
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	712.127.929	45,28	37,25	R$ por Unidade	41,84
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.046.202.304	55,06	42,00	R$ por Unidade	48,03

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	308.537.645	31,80	25,05	R$ por Unidade	29,61
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	595.725.948	36,10	30,34	R$ por Unidade	32,78
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.280.917.648	53,98	31,94	R$ por Unidade	42,11
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.121.839.059	61,60	44,34	R$ por Unidade	52,92

Exercício social **31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	184.974.003	23,35	17,05	R$ por Unidade	19,93
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	229.743.756	27,14	21,91	R$ por Unidade	25,07
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	249.196.366	28,27	25,81	R$ por Unidade	26,89
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	271.540.906	31,75	23,21	R$ por Unidade	27,23

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, e com relação aos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos que não sejam as ações da própria Companhia.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, e com relação aos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos que não sejam as ações da própria Companhia.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código “ARZZ3” desde fevereiro de 2011.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui títulos emitidos em mercados estrangeiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos 3 exercícios sociais, não foi realizada, pela própria Companhia ou por quaisquer terceiros (incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas), oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissor de terceiro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, oferta pública de aquisição de ações de terceiros.

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
02/10/2018	03/10/2018 à 03/04/2020	44.007.800,00	Ordinária		4.400.780	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

Objetivo do Programa de Recompra: O Programa de Recompra tem por objetivo incrementar a geração de valor para os acionistas da Companhia em razão do desconto atual das ações no mercado, por meio da aquisição das ações ordinárias de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado ou sua destinação ao eventual exercício de direitos no âmbito do plano de opção de compra de ações ou do plano de outorga de ações restritas da Companhia, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na ICVM 567/15.
Ações emcirculação:Atualmente, nos termos do § 3º do art. 8º da ICVM 567/15, existem 44.007.803 (quarenta e quatro milhões, sete mil, oitocentas e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia em circulação no mercado (“Ações em Circulação”).
Quantidade de ações a ser adquirida: A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra de Ações estará limitada a 4.400.780 (quatro milhões, quatrocentas mil, setecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% (dez por cento) do total de Ações em Circulação no mercado nesta data, 2/6
sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovada dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º da ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis.

27/03/2017	28/03/2017 à 28/09/2018	38.469.850,00	Ordinária		3.846.985	10,000000	75.000	48,06	R$ por Unidade	1,949579

Objetivo do Programa de Recompra: O objetivo da Companhia na execução do Programa de Recompra de Ações é a negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1.º do artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na ICVM 567/15.
Ações em circulação: Atualmente, nos termos do § 3.º do art. 8.º da ICVM 567/15, existem 42.316.835 (quarenta e dois milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentas e trina e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia em circulação (“Ações em Circulação”).
Ações em tesouraria: Não há, nesta data, ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, em tesouraria.
Preço e modo de aquisição: As operações de aquisição serão realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), a preço de mercado, cabendo à Diretoria da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.
Duração do Programa de Recompra de Ações: O prazo máximo para realização das compras e aquisições é de 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 28 de março de 2017, inclusive, e encerrando-se em 28 de setembro de 2018, inclusive.
Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: A operação de aquisição das ações da Companhia será realizada a preço de mercado e intermediada pelas corretoras: Merril Lynch S.A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Merril Lynch S.A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Ações mantidas em tesouraria: Nos termos da legislação aplicável, as ações, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direitos patrimoniais ou políticos e, consoante o § 2.º do art. 10 da ICVM 567/15, serão desconsideradas no cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos na Lei das S.A. e na regulamentação do mercado de valores mobiliários.

28/03/2016	28/03/2016 à 27/03/2017	42.439.033,00	Ordinária		4.243.903	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										

i. Objetivo do Programa de Recompra: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo a aplicação eficiente dos recursos excedentes da Companhia, visando maximizar a geração de valor para seus acionistas. Dessa forma, será possível à Companhia negociar com ações ordinárias de sua emissão para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

ii. Quantidade de ações a serem adquiridas: A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 4.243.903 (quatro milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% (dez por cento) do total de ações da Companhia em circulação no mercado nesta data, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º, §3.º, inciso I da ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis. Atualmente existem 42.439.033 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, trinta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição do artigo 8º, §3.º, inciso I da ICVM 567/15.

iii. Prazo máximo para realização das operações autorizadas: As negociações poderão ser realizadas pelo prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de em 28 de março de 2016, encerrando-se, portanto em 27 de março de 2017.

i. Objetivo do Programa de Recompra: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo a aplicação eficiente dos recursos excedentes da Companhia, visando maximizar a geração de valor para seus acionistas. Dessa forma, será possível à Companhia negociar com ações ordinárias de sua emissão para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

ii. Quantidade de ações a serem adquiridas: A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 4.243.903 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% (dez por cento) do total de ações da Companhia em circulação no mercado nesta data, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º, §3.º, inciso I da ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis. Atualmente existem 42.439.033 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição do artigo 8º, §3.º, inciso I da ICVM 567/15.

iii. Prazo máximo para realização das operações autorizadas: As negociações poderão ser realizadas pelo prazo de até 365 dias contados a partir de em 28 de março de 2016, encerrando-se, portanto em 27 de março de 2017.

iv. Quantidade de ações em circulação no mercado: Atualmente existem 42.439.033 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição do artigo 8º, §3.º, inciso I da ICVM 567/15.

v. Lastro para as operações: As operações de compra das ações realizadas nos termos do Programa de Recompra serão suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capital disponíveis, constantes das últimas demonstrações financeiras da Companhia divulgadas anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão, podendo ser anuais ou informações financeiras intermediárias, observado o disposto na ICVM 567/15.

vi. Preço e modo de aquisição: As operações de aquisição serão realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preço de mercado, cabendo à Diretoria da Companhia decidir o momento e a q

30/03/2015	30/03/2015 à 29/03/2016	42.386.292,00	Ordinária		4.238.629	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
i. Objetivo do Programa de Recompra: O objetivo da Companhia é negociar com ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social. ii. Quantidade de ações: A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 4.238.629 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% do total de ações da Companhia em circulação no mercado, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 3º da ICVM nº 10/80 e demais normas aplicáveis. Atualmente existem 42.386.292 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição do artigo 5º da ICVM nº 10/80. iii. Prazo e Instituições Intermediárias: O prazo máximo para a realização das aquisições ora aprovadas é de 365, contados a partir desta data, encerrando-se, portanto em 29 de março de 2016 e as negociações serão realizadas a preços de mercado com a intermediação da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 16º andar, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 02.670.590/0001-95, Banco BTG Pactual S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ n.º 30.306.594/0001-45, Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º, 12º e 14º andares, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 42.584.318/0001-07 e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º andar, Vila Gertrudes, inscrita no CNPJ n.º 01.170.892/0001-31. Fica a Diretoria autorizada a definir o melhor momento e a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas, observados os limites e o prazo de validade do Programa de Recompra.										
31/03/2014	31/03/2014 à 31/03/2015	42.315.591,00	Ordinária		4.231.560	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
i. Objetivo do Programa de Recompra: O objetivo da Companhia é negociar com ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento. ii. Quantidade de ações: A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 4.231.560 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% do total de ações da Companhia em circulação no mercado, sendo certo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 3º da ICVM nº 10/80 e demais normas aplicáveis. Atualmente existem 42.315.591 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em circulação no mercado, conforme definição do artigo 5º da ICVM nº 10/80. iii. Prazo e Instituições Intermediárias: O prazo máximo para a realização das aquisições ora aprovadas é de 365, contados a partir desta data, encerrando-se, portanto em 31 de março de 2015 e as negociações serão realizadas a preços de mercado com a intermediação da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 16º andar, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n. 02.670.590/0001-95, Banco BTG Pactual S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ n. 30.306.594/0001-45, e Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º, 12º e 14º andares, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n. 42.584.318/0001-07. Fica a Diretoria autorizada a definir o melhor momento e a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas, observados os limites e o prazo de validade do Programa de Recompra										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	25.000	
Quantidade adquirida	27.119	50,29
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	52.119	
Relação valores mobiliários em circulação	0,118268%	

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	25.000	47,95
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	25.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,082831%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Em 13 de março de 2018 a Companhia recomprou 10.000 ações de emissão própria, assim totalizando 35.000 ações em tesouraria.

Em 26 de março de 2018 a Companhia recomprou 10.000 ações de emissão própria, assim totalizando 45.000 ações em tesouraria.

Em 10 de abril de 2018 a Companhia recomprou 10.000 ações de emissão própria, assim totalizando 55.000 ações em tesouraria.

Em 11 de maio de 2018 a Companhia recomprou 20.000 ações de emissão própria, assim totalizando 75.000 ações em tesouraria.

Em 15 de junho de 2018 a Companhia recomprou 10.000 ações de emissão própria, assim totalizando 85.000 ações em tesouraria.

Em reunião de 30 de julho de 2018 ("RCA 30.07.2018"), o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a transferência de 38.281 (trinta e oito mil, duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, mantidas em tesouraria, para beneficiários que adquiriram direitos de ações outorgadas no 1º Programa de Outorga de Ações Restritas ("1º Programa de Ações Restritas"), aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017, no âmbito do "Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia" ("Plano de Ações Restritas"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2017. Mencionadas transferências serão realizadas sem custo para os beneficiários, nos termos do 1º Programa de Ações Restritas e do Plano de Ações Restritas, e conforme RCA 30.07.2018. Em 15 de agosto de 2018, foram transferidas 24.583 ações mantidas em tesouraria para parte dos beneficiários do "Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia" citado acima. Em 17 de agosto de 2018, foram transferidas 10.391 ações, em 23 de agosto de 2018 foram transferidas mais 1.430 ações, em 6 de setembro de 2018 foram transferidas 1.475 ações e em 19 de setembro de 2018 foram transferidas 402 ações ao restante dos beneficiários. Sendo assim, a transferência de ações no âmbito do 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, como citado acima, está finalizada.

Em 13 de setembro de 2018, a Companhia recomprou 3.400 ações de emissão própria, assim totalizando 50.119 ações em tesouraria.

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia recomprou 2.000 ações de emissão própria, assim totalizando 52.119 ações em tesouraria.

Em reunião de 24 de julho de 2019 ("RCA 24.07.2019"), o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a transferência de 46.912 (quarenta e seis mil, novecentas e doze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, mantidas em tesouraria, para beneficiários que adquiriram direitos de ações outorgadas no 1º Programa e do 2º Programa de Outorga de Ações Restritas, aprovados conforme reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017 ("1º Programa") e em 30 de julho de 2018 ("2º Programa"), no âmbito do "Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2017 ("Plano de Ações Restritas"). Mencionadas transferências foram realizadas sem custo para os beneficiários, nos termos do 1º Programa de Ações Restritas e do Plano de Ações Restritas, e conforme RCA 30.07.2018. Em 07 de agosto de 2019, foram transferidas 46.912 ações mantidas em tesouraria para os beneficiários do 1º Programa e do 2º Programa de Outorga de Ações Restritas citado acima. Assim totalizando 5.207 ações em tesouraria.

Em 12 de março de 2020, a Companhia recomprou 20.000 ações de emissão própria, assim totalizando 25.207 ações em tesouraria.

Em 16 de março de 2020, a Companhia recomprou 40.000 ações de emissão própria, assim totalizando 65.207 ações em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**07/12/2010**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Política de Negociação da Companhia estabelece determinadas regras que deverão ser observadas em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados ("Valores Mobiliários"), pela Companhia, suas controladas e sociedades sob controle comum, pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos comitês estatutários, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e pelos funcionários da Arezzo que tenham acesso frequente a Informações Relevantes e outros que a Companhia considere necessária ou conveniente aderirem à Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

Principais características e locais de consulta

É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas datas em que a Companhia, ou a suas controladas e sociedades sob controle comum, negociarem com ações de emissão da Companhia, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia deverá informar previamente aos Indivíduos Restritos acerca de tais datas.

A prestação de aconselhamento por Indivíduos Restritos a título oneroso ou gratuito é restringida pela Política de Negociação, devendo ser limitada aos períodos em que os Indivíduos Restritos não tenham conhecimento de qualquer informação relacionada a ato ou fato relevante ainda não divulgado.

É também vedada a negociação com ações de emissão da Companhia por ela própria e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Credit Suisse (Brasil) S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 13° andar, São Paulo - SP; (ii) UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 10° andar, São Paulo-SP; (iii) Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Praia de Botafogo, 300, 6° andar, Rio de Janeiro-RJ e (iv) Fator S.A. - Corretora de Valores, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 12° andar, São Paulo - SP ("Corretoras Credenciadas"). Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.

Durante os períodos de vedação estabelecidos na Instrução 358 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Política de Negociação, a Companhia autorizará as Corretoras Credenciadas a rejeitar ordens de negociação advindas da própria Companhia e dos Indivíduos Restritos cobertos pela vedação acima descrita. Os Indivíduos Restritos só podem negociar Valores Mobiliários na pendência de divulgação de ato ou fato relevante se tiverem seus respectivos planos individuais de investimento aprovados pela Companhia, observado o disposto na Instrução CVM 358, bem como diversos requisitos estabelecidos no Plano de Negociação.

Os Indivíduos Restritos que tiverem seus planos individuais de investimento aprovados pela Companhia, em conformidade com as especificações abaixo, poderão negociar com Valores Mobiliários na pendência de divulgação de ato ou fato relevante, não obstante terem de observar todas as obrigações relacionadas acima.

O plano individual de investimento:

(a) não poderá ser arquivado pelo Indivíduo Restrito que tiver conhecimento pessoal acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP;

(b) deverá ser arquivado com 30 (trinta) dias de antecedência ao início de qualquer negociação com Valores Mobiliários pelo Indivíduo Restrito;

(c) será estabelecido com período de validade não inferior a 12 (doze) meses;

(d) estabelecerá o compromisso irrevogável e irretratável da pessoa sujeita à restrição para negociação de investir valores previamente estabelecidos, indicando mensalmente, (i) o volume de recursos próprios que pretende investir em Valores Mobiliários no período; e (ii) a quantidade, tipo, espécie e classe, se for o caso, de Valores Mobiliários que pretende adquirir no período;

(e) estabelecerá (i) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra dos Valores Mobiliários, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação de Indivíduo Restrito ao plano individual de investimento, na pendência de ato ou fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (ii) obrigação dos indivíduos restritos reverterem à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com Valores Mobiliários da Companhia, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados através de critérios razoáveis a serem definidos no próprio plano.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Os Indivíduos Restritos deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com Valores Mobiliários e no período de 15 dias que anteceder a divulgação de informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM e entre a data de deliberação do órgão competente para aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Administradores que se afastarem do cargo na Administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante o seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até (i) o encerramento do prazo de 6 meses, contados da data de seu afastamento, ou (ii) a divulgação ao público da respectiva Informação Relevante.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante, pertinentes à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, além daquelas descritas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia possui Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, devidamente arquivada na CVM, elaborada nos termos das Instruções CVM n.º 358/2002 e n.º 480/2009, conforme alteradas, aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 07 de dezembro de 2010 e alterada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2017 ("Política de Divulgação").

A Política de Divulgação tem como objetivo estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, visando especialmente: (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de ato ou fato relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de ato ou fato relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Os principais termos e condições da Política de Divulgação estão descritos no item 21.2 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Divulgação está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, no seguinte link: http://arezzoco.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/, bem como no website CVM (www.cvm.gov.br), além de estar disponível para consulta na sede social da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Conforme Instrução CVM n° 358/02, a Política de Divulgação da Companhia foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, realizada em 07 de dezembro de 2010 e alterada na Reunião do Conselho de Administração de 31 de julho de 2017, tendo como objetivo estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358, visando a especialmente: (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de ato ou fato relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de ato ou fato relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância do ato ou fato relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação: (i) anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia; ou (ii) anúncio, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, divulgado no “Portal NEO1”, cujo endereço na rede mundial de computadores é www.portalneo1.net e no portal de notícias do Jornal Valor Econômico, cujo endereço na rede mundial de computadores é www.valor.com.br/valorri.

Caso a divulgação seja feita na forma do item (i) acima, o anúncio poderá conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na rede mundial de computadores onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a informação relevante será enviada simultaneamente à CVM e às bolsas de valores e divulgada ao público investidor em geral.

Enquanto o ato ou fato relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação (“Pessoas Vinculadas”) deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da Instrução 358, as Pessoas Vinculadas respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de informação relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de informações relevantes, devem comunicar a informação relevante diretamente à CVM.

O Diretor de Relações com investidores é o primeiro responsável pela divulgação de ato ou fato relevante. Ele deve (i) divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante simultaneamente nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de informação relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a informação relevante diretamente à CVM.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a informação relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a informação relevante, ou, na hipótese da informação escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às bolsas de valores e ao público.

Caso a CVM decida pela divulgação da informação relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à pessoa vinculada, conforme o caso, que comunique a informação relevante às bolsas de valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores ou a Pessoa Vinculada, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

A íntegra da Política de Divulgação está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, no seguinte link: http://arezzoco.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/, bem como no website CVM (www.cvm.gov.br), além de estar disponível para consulta na sede social da Companhia.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação Ato ou Fato Relevante da Companhia é a Sra. Aline Ferreira Penna Peli, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105; 3° andar; Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04571-010, telefone (11) 2132-4300 e no e-mail ri@arezzo.com.br.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes, uma vez que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.